



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO PROFISSIONAL
UFPB/CE/PPGAES**

BRUNO VITOR VERÍSSIMO DE LIMA

Formação continuada de Técnicos em Assuntos Educacionais:
Aprendizagens e Contribuições institucionais

**JOÃO PESSOA – PB
2026**

BRUNO VITOR VERÍSSIMO DE LIMA

Formação continuada de Técnicos em Assuntos Educacionais:

Aprendizagens e Contribuições institucionais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes.

JOÃO PESSOA – PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732f Lima, Bruno Vitor Verissimo de.

Formação continuada de técnicos em assuntos
educacionais : aprendizagens e contribuições
institucionais / Bruno Vitor Verissimo de Lima. - João
Pessoa, 2026.
145 f.

Orientação: Ana Paula Furtado Soares Pontes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Técnicos em assuntos educacionais. 2.
Contribuições institucionais. 3. Pós-graduação stricto
sensu. 4. Egressos. 5. PPGAES. I. Pontes, Ana Paula
Furtado Soares. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.091.113:378(813.3)(043)

BRUNO VITOR VERÍSSIMO DE LIMA

Formação continuada de Técnicos em Assuntos Educacionais:
Aprendizagens e Contribuições institucionais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes.
Presidente/Orientadora PPGAES/UFPB

Prof^o Dr. Mariano Castro Neto
Titular Interno PPGAES/UFPB

Prof^a Dra. Mariana Lins de Oliveira
Titular Interno PPGAES/UFPB

Prof^o Dra. Alexsandra Cristina Chaves
Titular Externo - IFPB

FOLHA DE ASSINATURA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DA MESTRANDA BRUNO VITOR VERISSIMO DE LIMA, MATRÍCULA 20241007910, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

Documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES**
Data: 10/04/2026 13:36:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Furtado Soares Pontes
(Presidente Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA LINS DE OLIVEIRA**
Data: 10/04/2026 16:43:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Mariana Lins de Oliveira
(Membro Interno)

Documento assinado digitalmente
 **MARIANO CASTRO NETO**
Data: 10/04/2026 14:35:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mariano Castro Neto
(Membro Interno)

Documento assinado digitalmente
 **ALEXSANDRA CRISTINA CHAVES**
Data: 11/04/2026 16:17:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Alexsandra Cristina Chaves
(Membro Externo à Instituição/IFPB)

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO VITOR VERISSIMO DE LIMA**
Data: 10/04/2026 13:27:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno Vitor Veríssimo de Lima
Mestrando do PPGAVE/CE/UFPB)

AGRADECIMENTOS

Ao nosso Deus, o grande criador, autor de toda a existência.

Aos meus pais, Marcos Antônio Barbosa de Lima e Maria Veríssimo de Lima, pela dedicação, amor e esforço em me educar e chegar até aqui comigo.

Aos meus irmãos, Marcos Paulo Veríssimo de Lima e Sandro Bastos, por todo apoio e motivação aos meus estudos.

A minha querida esposa, Andréa Cammilla Palmeira Santos, por toda a paciência, ajuda e colaboração nesse caminho.

A minha orientadora, Prof^a. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes, pelo apoio, dedicação e grande incentivo e que mesmo com os afazeres da vida, lembrava de mim e enviava algum artigo ou palestra sobre o tema da pesquisa para eu ver.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, em especial e postumamente, ao prof. Dr. Luiz de Souza Júnior (*in memoriam*), por toda a dedicação e amor a este lindo programa.

A todos os meus colegas de Mestrado, por todo o companheirismo, incentivo, brincadeiras e convivência.

Em cada folha virada, um mundo a explorar.
Palavras que dançam, prontos a encantar. A
mente é um jardim, onde o saber floresce, e
cada novo aprendizado é um sol que se tece.
(Lêdo Ivo, Caminhos do Saber).

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) para a formação dos Técnicos em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) egressos do Programa, com foco no desenvolvimento pessoal, profissional e institucional. Com formação na área de educação, a categoria profissional chamada Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) é de provimento de cargo efetivo de nível superior, nível E (Lei nº 11.091/2005), tendo como exigência a graduação em pedagogia ou demais licenciaturas. A investigação baseou-se nas contribuições de Tessarini *et al.* (2020); Sousa Júnior e Lopes (2019); Cury (2019); Moura (2017); Sanseverino e Gomes (2017), Silva e Melo Filho (2021) e Arruda (2021, dentre outros. Em termos metodológicos, a pesquisa adotou a abordagem de natureza qualitativa, tendo como procedimento de coleta de dados o Grupo Focal (Gatti, 2005), envolvendo sete TAEs egressos do Mestrado Profissional do PPGAES. Adotou-se a análise temática como método de interpretação e categorização dos dados, tomando como referência as categorias: Impacto na vida pessoal, profissional e institucional; Aprendizagens Profissionais; Devolutivas de pesquisa, Expectativas e Oportunidades geradas com a conclusão do curso. Os resultados demonstraram que o PPGAES contribuiu de modo relevante na trajetória dos TAEs na Instituição, trazendo contribuições que atravessaram o âmbito pessoal e profissional, alcançando as ambiências institucionais da UFPB. Ademais, concluiu-se que o mestrado proporcionou oportunidades de valorização profissional, qualificação e também fortalecimento profissional para os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB, considerando as especificidades do cargo. Como Produto Técnico-Tecnológico, foi desenvolvido um protótipo de página web vinculada à página oficial do PPGAES a fim de dar visibilidade às dissertações defendidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais, assim como às suas contribuições institucionais.

Palavras-chave: **Palavras-chave:** Técnicos em Assuntos Educacionais; Contribuições institucionais; Pós-graduação *stricto sensu*; Egressos; PPGAES.

ABSTRACT

This research aims to analyze the contribution of the Postgraduate Program in Public Policies, Management and Evaluation of Higher Education (PPGAES) to the training of Educational Affairs Technicians at the Federal University of Paraíba (UFPB) who graduated from the Program, focusing on personal, professional and institutional development. With training in the field of education, the professional category called Educational Affairs Technician (TAE) is a permanent position at the higher education level, level E (Law No. 11.091/2005), requiring a degree in pedagogy or other teaching qualifications. The investigation was based on the contributions of Tessarini et al. (2020); Sousa Júnior and Lopes (2019); Cury (2019); Moura (2017); Sanseverino and Gomes (2017), Silva and Melo Filho (2021), and Arruda (2021), among others. Methodologically, the research adopted a qualitative approach, using the Focus Group (Gatti, 2005) as the data collection procedure, involving seven TAEs (Technical-Administrative Employees) who graduated from the PPGAES Professional Master's Program. Thematic analysis was adopted as the method of data interpretation and categorization, taking as reference the categories: Impact on personal, professional, and institutional life; Professional Learning; Research Feedback; Expectations and Opportunities generated with the completion of the course. The results demonstrated that the PPGAES contributed significantly to the trajectory of the TAEs at the Institution, bringing contributions that crossed the personal and professional spheres, reaching the institutional environments of UFPB. Furthermore, it was concluded that the master's program provided opportunities for professional development, qualification, and professional strengthening for the Technical-Administrative Employees of UFPB, considering the specificities of the position. As a Technical-Technological Product, a prototype webpage linked to the official PPGAES page was developed in order to give visibility to the dissertations defended by Educational Affairs Technicians, as well as their institutional contributions.

Keywords: Educational Affairs Technicians; Institutional contributions; Postgraduate studies; Alumni; PPGAES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Campus</i> I da UFPB.....	26
Figura 2 - Seminário 10 anos PPGAES.....	29
Figura 3 - Proposta de criação e implantação do CIAI no SIGAA.....	80
Figura 4 - Instrução Normativa Conjunta Nº 01. PROGEP/PROPLAN/PRG/GR.....	84
Figura 5 – Propostas de ações para a melhoria do processo avaliativo dos Curso do Centro de Educação das ameaças e fraquezas evidenciadas nos últimos relatórios de avaliação externa.....	91
Figura 6 - Apresentação da página.....	95
Figura 7 - Uma das guias da página.....	95
Figura 8 - Página inicial que oferece o download do <i>software</i>	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo de TAES com pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UFPB egressos do PPGAES.....	15
Quadro 2 - Trabalhos com relevância temática escolhidos.....	17
Quadro 3 - Trabalhos com relevância temática escolhidos.....	19
Quadro 4 - Relação das pesquisas levantadas após o procedimento de Revisão Sistemática.....	20
Quadro 5 - Correlações entre os registros de falas dos TAEs nas sessões de grupo focal e às atribuições típicas do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais.....	56
Quadro 6 - Registros de falas e dimensão da sugestão apresentadas pelos TAES.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CCEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CCM – Centro de Ciências Médicas

CCTA – Centro de Comunicação, Turismo e Artes

CE – Centro de Educação

CGE – Coordenação Geral de Estágio

CONSUNI – Conselho Universitário

CTC-ES – Conselho Técnico-Científico da Educação Superior

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DSR – Design Science Research

GF – Grupo Focal

IA – Inteligência Artificial

IES – Instituição de Educação Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

IQ – Incentivo à Qualificação

MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MP – Mestrado Profissional

MPPGAV – Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PPGAES – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

PPGAVE – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

PROLING – Programa de Pós-Graduação em Linguística

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento

PRG – Pró-Reitoria de Graduação

PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PTT – Produto Técnico-Tecnológico

RS – Revisão Sistemática

RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação

TAES – Técnicos em Assuntos Educacionais

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
1.1	Apresentação do tema.....	07
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
2.1	Considerações iniciais.....	12
2.2	Procedimentos e técnicas de coleta de dados.....	14
2.2.1	Revisão Sistemática sobre a temática abordada.....	15
2.2.2	Pesquisas desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais egressos do PPGAES.....	20
2.3	Comitê de Ética.....	24
2.4	<i>Lócus</i> de pesquisa.....	25
2.4.1	Programa de Pós-graduação PPGAES – UFPB.....	26
3	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO: HISTÓRICO, DEFINIÇÕES E ELEMENTOS INICIAIS.....	29
3.1	Formação Continuada de Servidores Públicos Federais.....	35
4	BREVE HISTÓRICO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL.....	43
4.1	O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES-UFPB.....	46
5	CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO NO PPGAES: DIMENSÃO PESSOAL E PROFISSIONAL.....	48
5.1	Contribuições para a vida pessoal dos Técnicos em Assuntos Educacionais.....	48
5.2	Contribuições para a vida profissional dos Técnicos em Assuntos Educacionais.....	50
5.3	Aprendizagens Profissionais e Contribuições para o setor de trabalho.....	55
5.4	Expectativas e Oportunidades geradas a partir do Mestrado Profissional (PPGAES) na Instituição e fora dela.....	60
5.5	Sugestões dos Técnicos em Assuntos Educacionais para o aprimoramento do Programa de Pós-Graduação (PPGAES).....	64
6	AS CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E SEUS DEVOLUTIVAS À INSTITUIÇÃO.....	68
7	PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO (PTT).....	90
7.1	Descrição do Produto Técnico-Tecnológico (PTT).....	90

7.2	Metodologia de Elaboração do Produto Técnico-Tecnológico (PTT).....	93
7.3	Instrumentos de Validação.....	95
7.4	Relevância, Aplicabilidade, Impacto e Inovação.....	96
7.5	Reformulação e Consolidação do Produto.....	97
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	Referências	101
	Apêndice A - Guia de Tópicos para desenvolvimento do Grupo Focal (GF).....	108
	Apêndice B - Termo de Autorização para uso de Imagem.....	109
	Apêndice C - Links para acesso às pesquisas desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais no âmbito do PPGAES.....	110
	Apêndice D - Print de tela acerca do Produto Técnico-Tecnológico.....	111
	Apêndice E - Questionário de Avaliação do site decorrente da pesquisa.....	113
	Apêndice F - Produto Técnico-Tecnológico (PTT) do Protótipo de Web Site.....	115

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Nesta pesquisa, eu me propus¹ a investigar as contribuições da formação *stricto sensu* de uma categoria profissional da qual também faço parte, a dos Técnicos em Assuntos Educacionais. Destarte, quer pela minha atuação profissional como servidor Técnico em Assuntos Educacionais, quer como pesquisador acadêmico – todos no âmbito de uma instituição federal de educação superior (IFES) – o presente trabalho ganhou, e vem ganhando, mais espaço de interesse pessoal e profissional para mim, vez que sou servidor Técnico em Assuntos Educacionais desde agosto de 2021 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, atualmente lotado na Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ.

Adicionalmente, cabe esclarecer que a categoria profissional supracitada, embora esteja incluída na grande categoria chamada “Técnicos Administrativos em Educação”, organizada pelo teor da Lei Federal de nº 11.091/2005, possui especificidades de trabalho próprias, exaradas por normativo ministerial, a saber o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC².

O ofício ministerial supracitado foi tornado sem efeito pelo Ofício Circular nº 01/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC³, gerando uma preocupante lacuna no que tange às descrições dos cargos do PCCTAE. Importante mencionar que o PCCTAE é o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que organiza a carreira dos servidores técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior e dos institutos federais no Brasil. Esse plano foi instituído pela Lei nº 11.091/2005 e estabelece estrutura, progressão, desenvolvimento profissional e organização dos cargos ocupados pelos servidores técnico-administrativos nas universidades federais, como a Universidade Federal da Paraíba.

Este novo ofício recomenda que sejam observadas as descrições dos cargos constantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE - Decreto nº 94.664 de 1987, até publicação do regulamento dos cargos do PCCTAE de que trata a Lei nº

¹ Justificativa para uso da primeira pessoa neste capítulo introdutório: deriva da minha experiência pessoal como Técnico em Assunto Educacional.

² Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC foi enviado pelo Ministério da Educação (MEC) aos dirigentes de gestão de pessoas das Instituições Federais de Ensino, em 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/oficios/oc01505.pdf>

³ Ofício Circular nº 01/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC enviado pelo MEC também aos dirigentes de gestão de pessoas das IFES, em 2017. Disponível em: <https://dafdc.paginas.ufsc.br/files/2019/03/Ofi%CC%81cio-Circular-n%C2%BA-1-2017-COLEP-CGGP-SAA-MEC-Carreira-PCCTAE.pdf>

11.091 de 2005. Importante salientar que até a conclusão desta pesquisa não houve publicação desse regulamento.

Em que pese tornado sem efeito, o Ofício nº 15/2005 continua servindo de referência documental, seja para pesquisadores, seja para as instituições de ensino, inclusive nas descrições de atribuições dos cargos em editais de concursos públicos, como no último concurso público para provimento de cargo efetivo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), edital nº 17/2024.

Assim, a categoria profissional chamada Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) é de provimento de cargo efetivo de nível superior (nível E, conforme classificação prevista na lei nº 11.091/2005), destinado a licenciados ou a pedagogos. Tem como função, de acordo com o próprio ofício ministerial mencionado, coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo, bem como assessorar às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A descrição sintética das atribuições dessa categoria profissional aponta para a natureza do ofício dos servidores TAES, que é voltada, diretamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão, isto é, às atividades-fim das Instituições de Educação Superior. Ocorre que, em muitos casos, conforme Sanseverino (2015) esses trabalhadores são alocados em meras funções administrativas/burocráticas, no sentido do desvio de função e subutilização desse profissional.

Nesse sentido, Sanseverino e Gomes Júnior (2014) afirmam que a descrição relacionada ao cargo de TAE registra atividades de natureza pedagógica, principalmente voltadas para o processo educativo. Dessarte, há aqui a necessidade de estudos que descortinem o papel educativo dessa categoria profissional, aspecto que não nos propomos a tratar no âmbito desta pesquisa.

Como afirma Silva (2021), os Técnicos em Assuntos Educacionais são especialistas em educação com exigência de cargo em nível superior, cujas atividades têm por prioridade a intencionalidade pedagógica. Logo, segundo Gonçalves, Abensur e Queiroz (2009), esses profissionais podem ser compreendidos como uma espécie de mediadores/articuladores de práticas educativas nas instituições da Rede Federal de Ensino. Esse profissional é considerado um educador, cuja formação tem como pré-requisito a formação pedagógica. Sua função, seja ela coordenação, supervisão, administração ou orientação, é fundamentada, portanto, na ação educativa, de acordo com os autores supracitados.

Diante desse cenário, como técnico em assuntos educacionais surge o nosso interesse de pesquisa, que parte da seguinte questão-problema: Qual a percepção dos técnicos em

assuntos educacionais sobre a contribuição do PPGAES para sua formação pessoal e profissional e para a instituição onde atuam?

Como objetivo geral buscamos analisar a contribuição do PPGAES para a formação dos Técnicos em Assuntos Educacionais egressos do Programa, com foco no desenvolvimento pessoal, profissional e institucional.

Ademais, buscou-se responder aos seguintes objetivos específicos:

- Analisar como os TAES veem as mudanças em suas práticas e aprendizagens profissionais decorrentes de sua formação no PPGAES;
- Investigar as contribuições dos TAES egressos do PPGAES para o desenvolvimento institucional da UFPB a partir das pesquisas por eles desenvolvidas;
- Discutir o processo de devolutiva institucional das pesquisas desenvolvidas pelos TAES egressos do PPGAES, na UFPB;
- Desenvolver uma página web vinculada à página oficial do PPGAES a fim de dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos em Assuntos Educacionais, assim como às suas contribuições institucionais.

O estudo tem como delimitação, a Universidade Federal da Paraíba, *campus* I, com foco também no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES. O *campus* supracitado fica localizado na cidade de João Pessoa-PB, no bairro do Castelo Branco. Sede de 13 Centros de Ensino e abrigando mais de 50 cursos de graduação e diversas pós-graduações, o *campus* I é a sede principal da Universidade Federal da Paraíba. É neste *campus* que se encontra o prédio da Reitoria.⁴

A presente pesquisa encontra justificativa pessoal pelo interesse em me debruçar sobre a categoria profissional que, desde a minha graduação, na Universidade Federal de Alagoas, desejava fazer parte. Seja pelo desejo de continuar vivenciando experiências nesse *lócus* de trabalho diferente e acolhedor – como descrevo a Universidade pública brasileira -, seja pela vontade de obter um trabalho mais qualificado e valorizado, no âmbito do serviço público federal, reafirmo minha justificativa pessoal na realização desta pesquisa.

Adiciono, ainda, como justificativa pessoal para o desenvolvimento da presente pesquisa, minha própria atuação como servidor técnico em assuntos educacionais na UFPB, no sentido de contribuir para as suas atividades finalísticas. Hodiernamente, sou discente da pós-graduação *stricto sensu* e também sou colaborador de um projeto de pesquisa da iniciação

⁴ Disponível em: <https://www.ufpb.br/aci/contents/paginas/campi/campus-1>, acesso em 27 de setembro de 2024.

científica desta universidade.

Sublinha-se, ainda, a relevância desta pesquisa para a Instituição, pois pretende-se dar visibilidade tanto ao Programa de Pós-graduação em estudo, na perspectiva do que ele oferece aos egressos, como também a uma categoria de servidores com atribuições diferenciadas – Técnicos em Assuntos Educacionais — e bastante inclinadas às atividades precípua da Universidade. Ainda nesse sentido, pode-se elencar que esta investigação apresenta potencial de impacto relevante na promoção de políticas públicas institucionais da UFPB para apoiar e investir na formação continuada de seus servidores.

Em termos acadêmicos, justifica-se pela lacuna identificada na produção científica acerca da atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Até o momento de conclusão deste estudo, não foram encontradas investigações que dedicadas especificamente a compreender o papel, as práticas e os percursos formativos desses servidores na Instituição. Essa ausência reforça a relevância desta investigação tendo em vista contribuir para a ampliação do conhecimento na área e dar visibilidade a essa categoria profissional no âmbito da educação superior.

Cabe ressaltar, que o PPGAES-UFPB, conforme teor da Resolução CONSEPE N.º 14/2021, tem por objetivo proporcionar uma formação na área de políticas públicas de gestão e avaliação da educação superior, de modo a possibilitar oportunidades de reflexão crítica. Nesse diapasão, a presente pesquisa é relevante para o referido Programa por ter como foco sua contribuição para a formação de uma categoria profissional relevante para as IFES, o que correlata com os objetivos do PPGAES.

Atualmente, com a Resolução CONSEPE nº 08/2025, o Programa expandiu seu escopo, voltando a atenção não apenas para a formação de servidores técnico-administrativos de IES públicas, mas para servidores do quadro ativo permanente de instituições públicas de Educação Básica e Superior. Com o novo Regulamento e Estrutura Acadêmica, passa a denominar-se Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação (PPGAES), com duas linhas de pesquisas: a) Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Básica e b) Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior.

Moura (2017) evidencia que há poucos trabalhos que colocam esse profissional no centro de estudos. Tendo em vista que essa categoria está presente em todas as universidades federais do Brasil, bem como nos institutos e escolas federais. Assim, torna-se relevante contribuir para o enriquecimento dos estudos sobre a categoria.

Além disso, até o presente momento, em levantamento realizado verifica-se que não há trabalhos publicados sobre técnicos em assuntos educacionais da Universidade Federal da

Paraíba, o que motivou esta pesquisa a conhecer um pouco mais da realidade na qual estou inserido e promover aprofundamentos nos estudos empreendidos em outras Instituições Federais de Educação Superior para enriquecimento do nosso quadro teórico. Outrossim, é possível perceber no levantamento uma lacuna acadêmica nos trabalhos pretéritos sobre a temática, pois nenhuma pesquisa sobre os TAEs procurou compreender as contribuições desses profissionais com pós-graduação *stricto sensu* para as instituições na qual estão inseridas, investigando, na maioria das vezes, as atribuições e atuação, a identidade profissional e as dificuldades enfrentadas na carreira.

A presente dissertação está organizada em cinco (05) seções. Contendo além desta introdução, o capítulo da metodologia, na qual se optou em discorrer minudentemente sobre procedimentos metodológicos que foram adotados e as técnicas utilizadas para coleta de dados. O terceiro trata acerca dos servidores técnicos administrativos, o contexto do trabalho e os aspectos introdutórios sobre a carreira dos Técnicos em Assuntos Educacionais, a fim de descortinar a discussão que foi feita em capítulo próprio. O quarto capítulo apresenta as análises e discussões sobre a Contribuição da Formação no PPGAES para os Técnicos em Assuntos Educacionais na dimensão pessoal e profissional, ademais, apresentamos as aprendizagens e contribuições para o setor de trabalho, as expectativas geradas a partir da formação do Programa de Pós-Graduação e por fim as sugestões dos Técnicos em Assuntos Educacionais para aprimoramento do PPGAES. Por último, no quinto capítulo, apresentamos as análises dos registros de falas dos TAEs acerca das contribuições das suas pesquisas para a Instituição e análises das pesquisas desenvolvidas por cada TAE sujeito desta pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão explicitados de forma detalhada os procedimentos metodológicos adotados ao longo da pesquisa, com o propósito de alcançar os objetivos previamente estabelecidos. A escolha da abordagem, dos instrumentos de coleta de dados, do recorte temporal e da definição do público-alvo foi justificada com base em critérios técnicos e teóricos, de modo a garantir consistência e validade científica do estudo. Além disso, pretende-se que a descrição minuciosa do percurso metodológico contribua não apenas para a transparência da investigação, mas também para o aprofundamento crítico das reflexões produzidas a partir dos dados empíricos, fortalecendo a articulação entre teoria e prática.

2.1 Considerações iniciais

Inicialmente, faz-se necessário situar que, conforme Sampieri, Collado e Lúcio (2013), a pesquisa é um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados ao estudo de um fenômeno. Logo, o presente capítulo apresentará os processos metodológicos que serão adotados a fim de se estudar o objeto de pesquisa.

Ademais, a pesquisa sempre parte de uma problemática e para tanto tem a pretensão de trazer respostas ao problema proposto (Lakatos, 2021), para isso é necessário traçar o percurso metodológico que se pretende empreender.

Nessa perspectiva, infere-se que quanto à natureza, a presente pesquisa enquadra-se como uma pesquisa aplicada, apresenta-se também como um estudo de caso e possui, ainda, abordagem qualitativa. Para o enquadramento da presente pesquisa como estudo de caso, tomou-se o trabalho de Alves-Mazzotti (2006), com tema “usos e abusos do estudo de caso”, nele, é apresentado a definição adequada da pesquisa como estudo de caso, levando em consideração as perspectivas de Robert Stake e Robert Yin (2001). Para a presente pesquisa, foi adotado o paradigma de Yin, que, de maneira sintética, define **Estudo de Caso** como uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

A intenção de pesquisa ainda possui tendência exploratória descritiva, haja vista que busca compreender as imbricações do problema de pesquisa que foi apresentado, e para Gil (2019), as pesquisas desse tipo têm como foco principal a descrição de características de determinados sujeitos, fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A investigação ocorreu no *Campus I*, da Universidade Federal da Paraíba, por ser o *campus* com maior número de Técnicos em Assuntos Educacionais com titulação de mestrado e doutorado, justificando, dessa maneira, a escolha do *lócus* da presente pesquisa.

Nesse diapasão, os sujeitos de pesquisa deste projeto são os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) que atuam no *campus I*, da UFPB, que são egressos do programa de pós-graduação *stricto sensu* PPGAES-CE e regidos pela Resolução CONSEPE ⁵N.º 14/2021. A fim de obter informações a respeito do número de TAEs com pós-graduação *stricto sensu* e suas respectivas lotações, foi cadastrado Processo Administrativo Eletrônico, no SIPAC-UFPB, com número 23074.030123/2024-82⁶, de natureza ostensiva e direcionado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas exarou despacho informando que a solicitação deveria ser feita através da Ouvidoria Geral da UFPB. Diante desse cenário, foi feita uma solicitação de acesso à informação no canal exigido, com o número E-SIC 23546043066202416.

As informações foram prestadas pela Superintendência de Tecnologia e Informação – STI/UFPB. À luz dessas informações temos que há 38 servidores técnicos em Assuntos Educacionais que possuem titulação de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado ou doutorado, no *Campus I*, da UFPB. Importante mencionar que essa quantitativo faz referência à época do pedido de informação e desenvolvimento inicial desta pesquisa, em 2024. Faz-se relevante destacar ainda que o Programa de Pós-graduação que possui maior número de egressos – entre este universo de 38 servidores TAEs – foi o PPGAES, o segundo programa com mais representatividade foi o Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, justificando assim a escolha do PPGAES também como *lócus* da pesquisa. (Conforme apêndice A).

As unidades de trabalho que apresentaram servidores Técnicos em Assuntos Educacionais com titulação de mestrado e que são egressos do PPGAES foram: A Pró-Reitoria de Graduação – PRG, especificamente, a Coordenação Geral de Estágio, o Centro de Educação – CE, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação PRPG e a Direção do Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA / UFPB, conforme quadro apresentado a seguir:

⁵ Em 2025 foi aprovada nova resolução do Programa, a Resolução CONSEPE N° 08/2025, que altera suas linhas de pesquisa e público alvo, não sendo alvo de atenção deste estudo.

⁶ O processo administrativo citado é de caráter público e de natureza ostensiva, podendo ser consultado por usuários não cadastrados ao SIPAC.

Quadro 1 - Quantitativo de TAES com pós-graduação *stricto sensu* na UFPB egressos do PPGAES

Servidor es TAES	Lotação na UFPB, Campus I	Programa de Pós-Graduação
S1	PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG	Mestrado – PPGAES
S2	DIREÇÃO DE CENTRO - CCTA	Mestrado – PPGAES
S3	PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PRG	Mestrado – PPGAES
S4	PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PRG	Mestrado – PPGAES
S5	PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PRG	Mestrado – PPGAES
S6	DIREÇÃO DE CENTRO - CE	Mestrado – PPGAES
S7	DIREÇÃO DE CENTRO - CE	Mestrado – PPGAES
S8	DIREÇÃO DE CENTRO - CE	Mestrado – PPGAES

Fonte: STI e PROGEP/UFPB.

Por conseguinte, os sujeitos da pesquisa foram os 8 (oito) servidores Técnicos em Assuntos Educacionais – dos setores supracitados – egressos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior - PPGAES, a escolha se justifica, portanto, por ser o Programa de Pós-graduação com maior número de egressos TAES, na UFPB, Campus I.

2.2 Procedimentos e técnicas de coleta de dados

Os instrumentos ou ferramentas para a coleta de dados são essenciais à pesquisa científica, além de serem diversificados em sua forma e aplicação. Assim, o pesquisador está autorizado a lançar mão de instrumentos diversos de coleta de dados, na intencionalidade de alcançar os objetivos da sua pesquisa.

Por conseguinte, a fim de se alcançar os objetivos do presente estudo, foram adotados os procedimentos técnicos de revisão sistemática (RS) com o objetivo de levantar estudos pretéritos sobre a temática e realizar uma síntese destas pesquisas, além da realização de Grupo Focal (GF).

2.1.1 Revisão Sistemática sobre a temática abordada

Acerca da **revisão sistemática (RS)**, tomamos os ensinamentos de Donato e Donato (2019, p. 1), que argumenta que:

Uma RS é uma investigação científica menos dispendiosa, é um artigo de investigação com métodos sistemáticos pré-definidos para identificar sistematicamente todos os documentos relevantes publicados e não publicados para uma questão de investigação, avalia a qualidade desses artigos, extrai os dados e sintetiza os resultados.

A **revisão sistemática**, conforme apontam as autoras supracitadas, possui várias vantagens em relação à revisão tradicional e à narrativa. Primeiro, têm-se que a RS é reproduzível e tende a ser imparcial, além de objetivar reduzir as tendências externas por meio do uso de procedimentos explícitos para realizar a pesquisa bibliográfica abrangente e avaliar criticamente os estudos individuais.

Já Galvão e Ricarte (2019, p.2), em seu estudo que teve como objetivo apresentar os aspectos essenciais no desenvolvimento de revisões sistemáticas da literatura, definem que:

A RS é uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, explicita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão. De forma geral, a revisão de literatura sistemática possui alto nível de evidência e se constitui em um importante documento para tomada de decisão nos contextos públicos e privados.

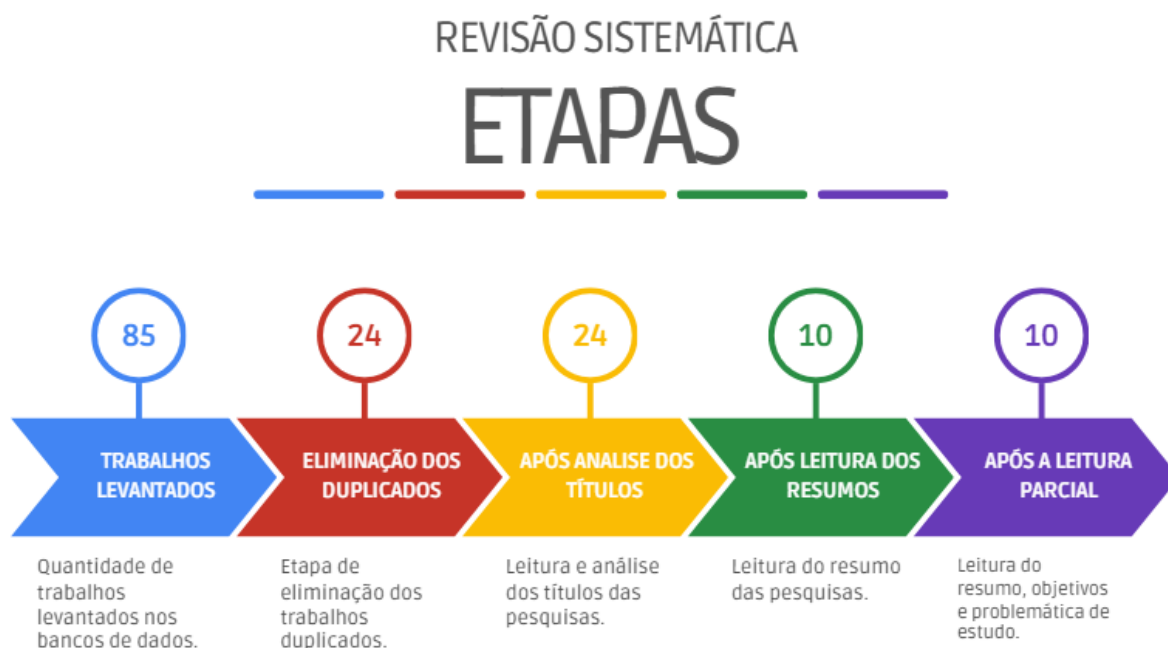
Na pesquisa de Ramos, Faria e Faria (2014), com o título: “Revisão Sistemática de Literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação”, situam também que nesse processo é imprescindível que sejam registradas todas as etapas de pesquisa, não só para que esta possa ser replicável por outro investigador, mas também para se aferir que o processo em curso segue uma série de etapas previamente definidas e bastante respeitadas nas várias etapas.

Para o presente estudo, foi utilizado o modelo apresentado por Ramos; Faria e Faria (2014), o qual demonstra aderência às investigações no campo das ciências da educação. Tal protocolo está estruturado em oito passos, a saber: “(i) objetivos (ii) equações de pesquisa pela definição dos operadores booleanos; (iii) âmbito; (iv) critérios de inclusão; (v) critérios exclusão; (vi) critérios de validade metodológica; (vii) resultados; (viii) tratamento de dados”. De modo a favorecer a organização de tais etapas e a compreensão de cada uma, o Quadro 1, conforme apresentado anteriormente, sistematiza o modelo adotado.

Nesse sentido, apresentaremos a seguir as referências gerais sobre os trabalhos selecionados, considerando o banco de dados coletado. A seguir, apresentamos as etapas utilizadas no processo de Revisão Sistemática da Literatura. Como **banco de dados**, utilizamos artigos de periódicos científicos, dissertações e teses que trataram do conteúdo abordado.

Outrossim, para aplicação do método revisão sistemática, optamos por fazer a busca em três bancos de dados: Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos da CAPES.

Quadro 2 - Trabalhos com relevância temática escolhidos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Acerca dos **critérios para inclusão e exclusão de trabalhos** temos que: i) para inclusão dos estudos: as publicações devem estar disponíveis na *Web*, especificamente nas bases selecionadas, abordando estudos sobre técnicos em assuntos educacionais na perspectiva de sua atuação e contribuições. Além disso, os artigos devem ter a sua data de publicação a partir de 2011. ii) para exclusão dos estudos: trabalhos duplicados, que não abordam a temática em tela, não respondam a nenhum dos objetivos da pesquisa ou possuem o ano de publicação anterior ao ano de 2011. Adotamos o seguinte termo como descritor a fim definir nossa equação de pesquisa: Técnicos em Assuntos Educacionais.

Importante registrar ainda que a busca nos bancos de dados ocorreu no dia 15 de setembro de 2024 pelo pesquisador autor deste trabalho e respeitou absolutamente os critérios adotados para a Revisão Sistemática. Com relação ao tema, pode-se verificar que há uma escassez relacionada a estudos sobre a atuação e contribuição desses profissionais às instituições de ensino, fator que justifica também o desenvolvimento desta pesquisa.

O uso de apenas um descritor se justifica pelo fato de ser a categoria central da presente pesquisa, como também da ausência de trabalhos após o uso de mais descritores nas bases de dados aqui utilizadas. Desse modo, optamos pelo uso de apenas um descritor.

Após a aplicação do descritor “técnicos em assuntos educacionais”, obteve-se um total de 85 trabalhos nos bancos de dados escolhidos. Sendo no Catálogo de teses e dissertações da CAPES 40 trabalhos, todos esses trabalhos, dissertações de mestrado. Na BDTD, obteve-se um total de 39 trabalhos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado. Já no Portal de Periódicos da Capes, o resultado foi de apenas 6 artigos científicos. Em seguida, procedeu-se a catalogação dos trabalhos para eliminar os duplicados. Após a leitura dos títulos dos trabalhos, restaram apenas 24 trabalhos cuja centralidade da pesquisa foram os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais. Após essa etapa, buscou-se realizar uma leitura dos resumos e dos objetivos desse conjunto de pesquisas para organizar um quadro com as informações de autor, ano, título, problemática e objetivos das pesquisas.

Para a identificação de tópicos específicos presentes em trabalhos pretéritos, foi utilizada como recurso metodológico a plataforma ChatPDF. Essa ferramenta permite a interação com documentos em formato PDF, facilitando a extração e a verificação de informações de maneira ágil e precisa. A utilização dessa tecnologia contribuiu significativamente para a eficiência da pesquisa, favorecendo uma abordagem mais crítica e organizada em relação aos materiais consultados.

A utilização da ferramenta ChatPDF foi conduzida de maneira ética e responsável, garantindo que seu emprego estivesse alinhado aos princípios de integridade acadêmica. A ferramenta foi utilizada exclusivamente como um recurso auxiliar para a revisão e verificação de tópicos específicos em trabalhos pretéritos, sem substituir o julgamento intelectual do autor. Além disso, todas as informações extraídas ou interpretadas por meio do ChatPDF foram cuidadosamente revisadas e validadas pelo autor, assegurando a precisão e a relevância dos dados utilizados. Dessa forma, o uso do ChatPDF foi integrado de modo complementar e ético ao processo de pesquisa, respeitando as boas práticas acadêmicas.

Assim, considerando o objetivo da presente pesquisa e voltando a atenção para a pertinência do trabalho para o nosso estudo, foram **escolhidos 10 trabalhos** que possuem aderência e relevância para a discussão aqui proposta, conforme quadro 2 apresentado logo em seguida.

Quadro 3 - Trabalhos com relevância temática escolhidos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Apresenta-se acima a relação da quantidade de trabalhos relacionados a partir da Revisão Sistemática e de acordo com o banco de dados escolhido.

Na revisão sistemática que foi realizada, constatou-se algumas pesquisas que revelaram que os TAES podem contribuir para o desenvolvimento das IES, fomentando a aprimoramento de atividades de ensino, por exemplo.

No **Portal de Periódicos da CAPES**, tem-se as pesquisas de Sanseverino e Gomes (2017), que estudou as atribuições e possibilidades de atuação pedagógica dos TAES da Universidade Federal Fluminense; e a de Silva e de Melo Filho (2021), que pesquisou as contribuições dos TAES às práticas pedagógicas da Educação Profissional e Tecnológica. Ambas evidenciando às contribuições desses servidores às Instituições Federais de Educação Superior.

Já no **Catálogo de Teses de Dissertações da CAPES** foram selecionadas as pesquisas de Sanseverino (2015) – tese de doutorado cuja pesquisa procurou também indicar ações de como os TAES podem contribuir para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto de Educação de Angra dos Reis; de Sanseverino (2020) – dissertação de mestrado, que objetivou melhorar o desempenho do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, especialmente na área de ensino; de Oliveira (2015), que buscou apresentar as contribuições dos TAES na formação inicial em Educação Física da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESPE/BS); de Arruda (2021), que se concentrou na atuação dos técnicos em assuntos educacionais, investigando como eles contribuem pedagogicamente em atividades

fora da sala de aula e o impacto da existência de setores pedagógicos, no cumprimento das suas atribuições legais; de Souza (2021), que buscou investigar como ocorrer a construção do fazer técnico-pedagógico dos Técnicos em Assuntos Educacionais no cotidiano do IFBaiano e os sentidos produzidos nesse processo;

Temos também a pesquisa de Silva (2021), que verificou como um instrumento informativo pode contribuir com as atividades profissionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais na articulação dos processos pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Mencionamos também a pesquisa de Moura (2017), que entre outros objetivos, buscou compreender o papel dos técnicos em assuntos educacionais no processo educativo em uma instituição federal de ensino superior, examinando, também, como esses técnicos constituem uma identidade e espaço próprios nas relações de ensino.

Por fim, na **Biblioteca Digital de Teses de Dissertações (BDTD)**, foi selecionado o trabalho de Silva (2023), que buscou analisar o desenvolvimento profissional dos técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal da Paraíba, compreendendo a trajetória profissional e a formação continuada a que tiveram acesso, além de investigar o apoio institucional recebido.

O quadro a seguir (quadro 4) apresenta dados relevantes sobre as pesquisas que estão presentes no quadro teórico, advindas a partir da Revisão Sistemática de Literatura e que serão utilizadas para o desenvolvimento do presente capítulo:

Quadro 4 - Relação das pesquisas levantadas após o procedimento de Revisão Sistemática.

Ano	Autor	Título	Tipo
2021	Adriana Manzolillo Sanseverino Carlos Francisco Simões Gomes	Propostas dos técnicos em assuntos educacionais.	Artigo
2017	Ivanildo José de Melo Filho Juliana de Cassia Maciel Silva	O que diz a literatura sobre o suporte dos técnicos em assuntos educacionais (tae) as práticas pedagógicas na educação profissional e tecnológica?	Artigo
2023	Kátia Felix da Silva	Desenvolvimento Profissional e identitário dos Técnicos em Assuntos Educacionais: contribuição para a política de formação continuada de um instituto federal.	Dissertação
2021	Cecília Nascimento Arruda	Técnicos em Assuntos Educacionais e prática pedagógica fora da sala de aula.	Dissertação
2021	Dalcy Alves de Souza	O fazer técnico-pedagógico do TAE no IF Baiano: a	Dissertação

		produção dos sentidos na invenção do cotidiano.	
2021	Juliana de Cássia Maciel Silva	A identidade dos Técnicos em Assuntos Educacionais na articulação dos processos educativos do ensino profissional e tecnológico.	Dissertação
2020	Adriana Manzollilo Sanseverino	Metodologia para delineamento de estratégias e tomada de decisão para atuação no cargo Técnico em Assuntos Educacionais	Tese
2017	Samara Loureiro de Moura	O lugar dos Técnicos em Assuntos Educacionais em uma Instituição Federal de Ensino Superior do Sul do Brasil.	Dissertação
2015	Carlos Fernando Barreto de Oliveira	A atuação do Técnico em Assuntos Educacionais na formação inicial em Educação Física.	Dissertação
2015	Adriana ManzolliloSanseverino	Plano de Ação para o Técnico em Assuntos Educacionais em uma Instituição de Ensino Superior.	Dissertação

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2.2.2 Pesquisas desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais egressos do PPGAES

Apresenta-se a seguir um quadro contendo uma breve revisão sistemática das oito pesquisas (dissertações) desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais egressos do PPGAES a fim de subsidiar as discussões sobre suas contribuições para a UFPB. Nesse sentido, tem-se os títulos da pesquisa, ano de desenvolvimento, lócus, objeto e metodologia aplicada. Faz-se necessário também pontuar que o detalhamento das pesquisas e também discussões serão apresentadas em capítulo próprio da dissertação.

Título da pesquisa	Lócus	Ano	Metodologia	Objeto
O estágio para estudantes de Pedagogia: a experiência para além da sala de aula.	CEM	2017	Pesquisa qualitativa e cunho descritivo e exploratório.	Estágio do Curso de Pedagogia
Programa Nacional Escola de Gestores para a Educação Básica: Um olhar sobre a proposta e a execução na Paraíba (2010-2012).	PNEGEB	2017	Pesquisa qualitativa, com estudo bibliográfico e pesquisa documental.	PNEGEB
Políticas da Educação Superior e o enraizamento local: o Programa de Educação Tutorial na Universidade Federal da Paraíba.	PET da UFPB	2017	Pesquisa qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas semiestruturadas com gestores do PET.	O PET imerso no quadro de políticas públicas para o ensino superior.
Gestão do apoio acadêmico estudantil à luz de Alice: “Somos todos loucos aqui”	Coordenação de Pedagogia da UFPB	2019	Pesquisa qualitativa, com estudo de caso e pesquisa documental.	Gestão do apoio acadêmico estudantil – Curso de Pedagogia UFPB.
Saberes da Monitoria: Uma análise a partir do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba	Monitoria do curso de Pedagogia.	2018	Pesquisa qualitativa, com estudos bibliográficos e entrevistas com professores e coordenadores.	Ação de Ensino e de aprendizagem vivenciada no processo de Monitoria.
Políticas de inclusão na Educação Superior: acesso e permanência de pessoas com deficiência na UFPB.	CCTA, UFPB.	2017	Abordagem qualitativa, com pesquisa descritiva, documental e bibliográfica, e entrevistas semiestruturadas	As políticas de inclusão da educação superior que favorecem o acesso e a permanência de discentes na UFPB
Internacionalização dos programas de pós-graduação stricto sensu: o caso da Universidade Federal da Paraíba	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFPB.	2019	Estudo de caso, com abordagem qualitativa, natureza descritiva e exploratória, uso de entrevistas semiestruturadas.	O processo de internacionalização dos programas de pós-graduação stricto sensu da UFPB
Avaliação externa dos cursos de graduação do centro de educação da Universidade Federal da Paraíba: da análise dos relatórios às propostas de melhoria dos cursos	Centro de Educação, UFPB.	2022	Abordagem qualitativa, natureza descritiva e exploratória, e pesquisa documental.	A avaliação dos cursos de graduação do CE, na UFPB
CEM	Coordenação de Estágio e Monitoria – UFPB			
PNEGEB	Programa Nacional Escola de Gestores para a Educação Básica			
CCTA	Centro de Ciências e Tecnologia			

A despeito a discussão aprofundada sobre as dissertações dos sujeitos dessa pesquisa seja apresentada em capítulo próprio desta dissertação, cabe pontuar, inicialmente, que todas as pesquisas dos Técnicos em Assuntos Educacionais egressos do PPGAES apresentaram como objeto de estudo os processos de ensino, de aprendizagem e, majoritariamente, com foco em discentes da educação superior.

Essa constatação revelou, em primeiro momento, a aderência das pesquisas ao programa de pós-graduação – PPGAES - e, em segundo lugar, a atenção primeira dos autores dessas pesquisas – Técnicos em Assuntos Educacionais - aos processos de educação na Instituição.

2.2.3 Grupo Focal como instrumento de coleta de dados

Foram utilizados também como instrumentos de coleta de dados sessão de **Grupo Focal (GF)** com os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais sujeitos da presente pesquisa. Inicialmente, faz-se necessário trazer o conceito dessa técnica de pesquisa. Sobre o assunto, Ressel *et al* (2008) define que:

Os GFs são grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Essa técnica distingue-se por suas características próprias, principalmente pelo processo de interação grupal, que é uma resultante da procura de dados.

Já Barbour (2009, p. 21) pontua que o Grupo Focal é qualquer discussão realizada em grupo, desde que o pesquisador esteja atento, encorajando as interações do grupo. Historicamente, como resgata Ressel *et al* (2008), o primeiro registro de uso dessa técnica de pesquisa foi no ano de 1926, por Bogartus, na área de Ciências Sociais, como entrevistas grupais. Em seguida, têm-se o registro do uso em 1946, durante a 2ª Guerra Mundial, usada por Merton e Kendall, para investigar o potencial de persuasão da propaganda de guerra para as tropas.

No que se refere às potencialidades ligadas ao trabalho de pesquisa em Ciências Sociais e Humanas com grupo focais, Gatti (2005, p.67) ressalta que a primeira delas é o próprio tipo de material que emerge nas discussões: ideias, opiniões, modos de ver, atitudes, valores, que são evidenciados e processados num coletivo, mostrando mudanças e inferências. Quanto ao número de participantes, a mesma autora defende que o número de participantes deve ser, de preferência, entre 6 e 12 pessoas.

Importante ainda pontuar que foi desenvolvido um Guia de tópicos (conforme Apêndice A) a fim de organizar a discussão do Grupo Focal, sobre esse assunto, Barbour (2009, p. 115)

aconselha começar com perguntas inofensivas e ir progredindo para as mais delicadas, mas os grupos variam na velocidade com que se sentem confortáveis para progredir.

Uma etapa também importante na operacionalização dessa técnica de pesquisa é a análise dos dados obtidos. Sobre o assunto, Gatti (2005, p.43) orienta-nos que o primeiro aspecto a se considerar no momento das análises é a organização do material colhido, de forma a se obter um *corpus* detalhado e confiável do processo. Ainda segundo a autora, no caso de gravações em áudio ou vídeo, transcrições são necessárias para subsidiar as análises, as quais também receberão o aporte de anotações que o moderador tenha feito.

Decidiu-se como locus de realização do estudo a UFPB, optando-se pela realização de grupo focal *on-line* e síncrono pelo *software* de reuniões e videochamadas *Google Meet* em decorrência do seu uso cotidiano pelos sujeitos da pesquisa e pesquisadores. O convite à participação ocorreu através de e-mail e por mensagens enviadas por aplicativo de mensagem instantânea. Os contatos de e-mail e telefone foram levantados a partir do contato com os respectivos servidores em suas lotações setoriais.

De acordo com Abreu *et al* (2009), o Grupo Focal *on-line* é um método de coleta de informações semelhante ao grupo focal presencial. Sua principal característica, não obstante, é a de ser realizado em ambiente virtual, dispensando a presença física dos participantes para que haja interação e consequente comunicação entre eles.

A vantagem da realização *on-line* de um grupo focal está diretamente relacionada à familiaridade dos participantes com o ambiente virtual. Aconselha-se o seu uso somente quando os membros do grupo têm intimidade com o programa de comunicação a ser utilizado. (Bordini; Sperb, 2011). Os autores ainda apontam que o grupo focal *on-line* síncrono é uma técnica adequada e conveniente para a pesquisa com populações que têm a Internet como um espaço de expressão e comunicação.

Seguindo, detidamente, as orientações exaradas por pesquisadores célebres no uso do GF, utilizamos como ferramenta para transcrição dos grupos focais, o *software* de Inteligência Artificial (IA) chamado *AssemblyAI*, que pode ser definido como uma ferramenta de reconhecimento automático de fala (ACR) que utiliza algoritmos avançados de IA para converter a linguagem falada em texto preciso e utilizável. (ClickUp, 2024). Além disso, todas as informações extraídas ou interpretadas por meio do *AssemblyAI* foram cuidadosamente revisadas e validadas pelo autor, assegurando a precisão e a relevância dos dados utilizados.

De acordo com a própria plataforma de desenvolvimento do *software*, a *AssemblyAI* começou em 2017 com uma visão compartilhada para criar novos modelos de IA de fala sobre-humanos que serão capazes de desbloquear uma classe inteiramente nova de aplicativos e

produtos a serem construídos aproveitando dados de voz. Desde então, essa tecnologia foi amplamente implantada para milhões de usuários finais. (AssemblyIA, 2024)

Outrossim, a fim de subsidiar a produção/aprimoramento do Guia de Tópicos do Grupo Focal foi realizada uma Revisão Sistemática – a partir dos resumos - das dissertações dos sujeitos da presente pesquisa, e foi apresentado em capítulo próprio.

Com o objetivo de assegurar a consistência e a aplicabilidade do instrumento de coleta de dados, o guia de tópicos elaborado foi aplicado na forma de questionário junto a servidores da Universidade Federal da Paraíba que são egressos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES). Essa etapa possibilitou a validação do instrumento, uma vez que permitiu identificar a clareza, a pertinência e a adequação das questões ao contexto da pesquisa, além de contribuir para eventuais ajustes necessários antes da aplicação definitiva.

Sobre o assunto, Torlig *et al* (2022) assevera que além dos ajustes quanto à clareza da linguagem e à expectativa qualitativa, essa etapa é relevante para que o pesquisador possa ir para o campo com a melhor versão possível do roteiro, minimizando riscos e esclarecendo possíveis vieses.

Por conseguinte, à luz de todos os cuidados metodológicos que foram apresentados, foram realizadas duas sessões de grupo focal com os sujeitos da pesquisa. Isso se deu pela razão da impossibilidade de agenda e participação de todos no mesmo dia, por compromissos de trabalho e acadêmicos. Assim, a primeira sessão de Grupo Focal ocorreu em outubro de 2025, com a presença de 4 (quatro) TAEs e teve duração de 1h20min. Já a segunda sessão do Grupo Focal ocorreu em dezembro de 2025, com a presença de 3 (três) TAEs.

Cumprir destacar que houve um TAE que não pôde participar da sessão de GF por estar afastada por motivo de saúde, no período de coleta de dados. Ressalta-se que tal condição foi integralmente respeitada, em observância aos princípios éticos que regem a pesquisa científica, especialmente no que concerne ao bem-estar e à autonomia dos participantes. Entretanto, todas as pesquisas desenvolvidas pelos TAEs no âmbito do Programa foram consideradas e discutidas em capítulo próprio desta dissertação, visando assegurar a abrangência analítica do estudo.

2.3 Comitê de Ética

Para a realização da coleta de dados através do Grupo Focal e da aplicação do questionário foi necessária a aprovação prévia do projeto pelo Comitê de Ética em pesquisa

com Seres Humanos do Centro de Ciências Médicas, da Universidade Federal da Paraíba – CEP – CCM – UFPB, conforme prescreve a Resolução nº 466/2012, a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012; 2016) e a Lei Federal nº 14.874/2024.

Esta etapa se faz necessária, pois, como pontua Freitas (2017), toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida a uma reflexão ética no sentido de assegurar o respeito pela identidade, integridade e dignidade do ser humano e a prática da solidariedade e da justiça social. Gil (2019) ratifica o posicionamento de Freitas (2017), ao escrever que a pesquisa só pode se efetivar com os participantes que, após terem lido o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), manifestem sua concordância mediante assinatura.

Nessa perspectiva a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, e obteve aprovação em Parecer Consubstanciado, com CCAE: 90144825.5.0000.5188 e número de Parecer: 7.724.715, autorizando, dessa forma, a execução da pesquisa sob preceitos éticos e legais.

2.4 *Locus* de pesquisa

O local de realização da presente pesquisa foi a Universidade Federal da Paraíba, *campus* I. Para definição do local do estudo, foi levado em consideração o *campus* com maior número de servidores técnicos em assuntos educacionais (TAEs) e também o com maior quantidade de servidores TAEs com titulação de mestrado ou doutorado.

Figura 1 -*Campus* I da UFPB.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A gênese da UFPB se deu a partir da promulgação da Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e foi instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores. De acordo com Neves (2024, p.155), na origem da UFPB, sobressaíram-se as IES mais elitizadas e de maior capacidade patrimonial e didática. Ainda de acordo com a pesquisadora supracitada, a UFPB foi constituída pela junção de escolas superiores agregadas e incorporadas, entre elas a Faculdade de Direito, a de Filosofia, Medicina, Ciências Econômicas, Escola de Engenharia e Escola de Serviço Social.

Posteriormente, com a sua federalização, foi aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

No início de 2002, a Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002 criou, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede em Campina Grande. A partir de então, a UFPB ficou composta legalmente pelos *campi* de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras, passando os demais campi (Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa) a serem incorporados pela UFCG.

Hodiernamente, a UFPB conta com 17 centros acadêmicos, distribuídos nos campi supracitados. Ademais, possui quadro de 5.988 servidores ativos, destes, 3.216 são servidores técnicos administrativos. Foi também lócus da presente pesquisa o Centro de Educação – CE, que se configura como um órgão setorial, com funções deliberativas e executivas em nível intermediário de administração.

Este foi instituído durante o reitorado do Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, baseado no art. 15, alínea “e”, do Estatuto da Universidade. O Centro por sua vez, foi aprovado pelo Parecer nº 6.710/78 do CFE, sendo homologado por despacho do Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura (Processo nº 241.921/78) e publicado no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1978.

Outra unidade de trabalho relevante para a missão da UFPB, que também foi lócus de pesquisa do presente trabalho é a Pró-Reitoria de Graduação PRG-UFPB, com foco na Coordenação Geral de Estágio – CGE.

A referida instituição conta, atualmente, com dezesseis (16) Programas de Mestrado Profissional – de acordo com consulta realizada por e-mail no dia 23 de janeiro de 2025 à Pró-Reitoria de Pós-Graduação PRPG-UFPB, implantados entre os anos de 2010 e 2024, dos quais o único que é destinado, exclusivamente, para servidores públicos é o PPGAES-UFPB, fato que também sustenta a escolha metodológica dos sujeitos de pesquisa cuja titulação de mestre se

deu à luz do referido programa.

2.4.1 Programa de Pós-graduação em Política Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES – UFPB

O Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB foi autorizado pela Resolução nº 05/2012 do CONSUNI de 22 de maio de 2012 e criado pela Resolução nº 12/2012 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE de 22 de maio de 2012 é destinado aos servidores técnicos administrativos das Instituições de Educação Públicas.

O funcionamento do curso teve início em 13 de março de 2015. O curso está vinculado ao Centro de Educação/UFPB e integra o rol de cursos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPG) da UFPB. De acordo com a nova Resolução do CONSEPE/UFPB, nº 19/2015, (que revoga a Resolução 13/2012 do Consepe) o curso passa a ser destinado aos servidores técnicos administrativos de Instituições do Ensino Superior, seja Federal, Estadual ou Municipal. De acordo com a menção expressa na página do programa, espera-se suprir uma lacuna na formação do atual quadro de servidores da UFPB fornecendo novas oportunidades para qualificação e requalificação do servidor, ao articular a experiência no desenvolvimento de suas tarefas cotidianas com uma sólida formação teórica. Urge pontuar ainda que essa intencionalidade está de acordo com um dos objetivos estratégicos dispostos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFPB 2019-2023, a saber o objetivo estratégico descrito como *“Capacitar e qualificar os servidores em áreas estratégicas”*.

Cabe pontuar também que em 2021 houve nova redação dada ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação, isso se deu através da Resolução nº 14/2021 do CONSEPE/UFPB, que revogou a Resolução nº 19/2015 do CONSEPE.

Importante mencionar que em 2025, houve edição e publicação de nova Resolução, trata-se da Resolução nº 08/2025 do CONSEPE/UFPB, que revogou a Resolução nº 14/2021 CONSEPE/UFPB e aprovou o novo Regulamento e a Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação (PPGAVE) do Centro de Educação. Atualmente, o Programa é denominado de PPGAES e é destinado também aos servidores do quadro ativo permanente das instituições públicas de educação básica.

Figura 2 - Seminário 10 anos PPGAES.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

A análise dos dados desta pesquisa foi orientada pela análise temática, entendida como uma abordagem qualitativa que possibilita identificar, organizar e interpretar padrões de sentido (temas) presentes no conjunto de dados. Conforme Braun e Clarke (2021), a análise temática constitui um método teórico-flexível e metodologicamente rigoroso, amplamente utilizado nas ciências humanas e sociais, permitindo ao pesquisador desenvolver uma leitura aprofundada dos dados a partir da construção de temas que expressam significados relevantes para o problema de pesquisa. Trata-se de uma abordagem amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, especialmente nas áreas da educação e das ciências sociais, por permitir a identificação, organização e interpretação de padrões de significado (temas) em conjuntos de dados.

Segundo as autoras, esse processo envolve etapas sistemáticas, as quais foram utilizadas no âmbito desta pesquisa, tais como a familiarização com os dados, a geração de códigos iniciais, a busca, revisão e definição de temas, bem como a produção do relatório analítico. Tal percurso favorece não apenas a organização dos dados empíricos, mas também a construção interpretativa fundamentada, articulando os achados com o referencial teórico adotado. Além disso, Braun e Clarke (2021) destacam que a análise temática pode assumir diferentes orientações epistemológicas, o que a torna especialmente adequada para pesquisas que buscam compreender experiências, práticas e significados em contextos específicos.

Nesse sentido, a escolha pela análise temática mostrou-se pertinente ao objeto desta dissertação, assegurando coerência metodológica, transparência analítica e profundidade interpretativa, qualificando o processo de análise e a construção dos resultados da pesquisa.

3 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO: HISTÓRICO, DEFINIÇÕES E ELEMENTOS INICIAIS

O contexto do trabalho no serviço público federal tem sido pauta de diversas discussões políticas e também acadêmicas, nesse sentido, foram encontrados vários trabalhos que tencionam a reflexão acerca do trabalho no funcionalismo público federal, especialmente, dos servidores técnicos administrativos em educação nas Instituições Federais de Educação.

No capitalismo contemporâneo, caracterizado pela hegemonia da lógica neoliberal, assistimos, nas últimas décadas, há inúmeras transformações nos modos de organização e gestão do trabalho nas instituições públicas por meio da importação das práticas gerenciais e do *modus operandi* na iniciativa privada, visando tornar a administração pública mais eficiente e próxima dos interesses dos cidadãos (Tessarini *et al.*, 2021).

Nesse sentido, faz-se mister pontuar também que o neoliberalismo presente na reforma gerencial do Estado brasileiro em meados de 1995, promoveu mudanças no trabalho, principalmente no trabalho na Administração pública, com os princípios de eficiência e modo de gerência da iniciativa privada implementado no serviço público, como se houvesse as mesmas intencionalidades nestas duas esferas.

Segundo Pereira *et al* (2016), O trabalho enquanto categoria fundante, é dialeticamente imprescindível à constituição do homem enquanto ser social. Ainda de acordo com os autores supracitados, têm-se que

O trabalho, enquanto fundamento ontológico do ser social produz as condições materiais objetivas e subjetivas necessárias à existência do homem dentro da organização social, portanto, o trabalho tem como essencialidade não atender apenas às necessidades individuais, mas, as necessidades da coletividade. Pereira *et al* (2016, p.4)

Em um estudo com servidores técnicos administrativos em educação que atuam em uma Instituição Federal de Educação, Tessarini *et al.* (2020) constataram que as principais dificuldades enfrentadas pelos servidores estão relacionadas ao excesso de tarefas e ao seu conteúdo burocrático e repetitivo, à ausência de pessoal, às condições estruturais do ambiente e às características essencialmente formais das relações de trabalho. Ainda de acordo com os pesquisadores, o conjunto desses fatores, sobretudo os relacionados à organização do trabalho, tem acarretado vivências de sofrimento, expressadas principalmente na desmotivação para o trabalho e na necessidade de adoção de estratégias de defesa para minimizar os possíveis reflexos desse contexto na saúde dos trabalhadores.

Discutindo sobre a carreira, o trabalho e as relações interpessoais dos servidores técnicos administrativos de uma instituição federal de ensino localizada no estado de São Paulo, Tessarini e Saltorato (2021), concluíram que o trabalho desses servidores é caracterizado pela percepção de inferioridade quanto a um cotidiano organizacional que privilegia as atividades docentes em detrimento das técnico-administrativas. No limite, tais aspectos podem comprometer a saúde dos indivíduos e a própria função social das IFEs.

A discussão acerca da categoria “técnico-administrativo em educação” e o percurso de desenvolvimento na carreira desses servidores está presente na contemporaneidade. Vários trabalhos e pesquisas acadêmicas que tencionaram essa discussão, tais como as pesquisas de Sousa (2019), Oliveira (2015), Santana Júnior (2022), inclusive com investigações sobre as contribuições que a qualificação profissional desses servidores oferece ao próprio desenvolvimento pessoal e profissional, como também, ao desenvolvimento institucional, das instituições de educação superior (IES) em que atuam.

É relevante pontuar também sobre o movimento paredista iniciado pela categoria, em março de 2024, cuja pauta precípua foi a valorização e reestruturação do atual Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE). Após cerca de 108 dias em greve, o governo federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, em reunião com as entidades sindicais FASUBRA e SINASEFE⁷ no dia 11 de junho de 2024, apresentou proposta de reajuste remuneratório de 9,0% em janeiro de 2025, e 5,0% em abril de 2026, além da redução do tempo de progressão (interstício) de 18 para 12 meses, fazendo com que o servidor técnico administrativo alcance o topo da carreira em 18 anos.

Outro importante aspecto, conquistado com o movimento grevista supracitado, que colabora com o desenvolvimento da carreira dos servidores técnicos administrativos, foi a implementação de um grupo de trabalho a fim de definir as regras e critérios para o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, que promoverá ascensão na carreira com recebimento do incentivo à qualificação. Essa implementação está expressamente prevista no caput da cláusula quarta do termo de acordo nº 11/2024, assinado com o Ministério e as entidades representativas de classes.

O cenário atual do serviço público no Brasil tem gerado incertezas, tanto para os atuais servidores públicos civis, como para os futuros servidores, que ainda estão se preparando para

⁷ A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA Sindical e O SINASEFE é o Sindicato Nacional que representa docentes e técnico-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

ingressar no serviço público em busca de segurança e estabilidade no emprego. Ao longo dos anos foram muitas as conquistas, bem como, muitas perdas, principalmente, de direitos e salariais (Silva, 2023).

Hodiernamente, o funcionalismo público federal conta com cerca de 225 mil servidores – técnicos administrativos das diversas áreas – em mais de 500 municípios em 687 institutos federais e 183 universidades federais, de acordo com consulta realizada no portal da transparência do Poder Executivo Federal, no dia 12 de fevereiro de 2025.

O nascimento da categoria Técnico-administrativo em educação, segundo Silva (2021) dá-se à luz de um cenário de luta por direitos e da evolução e do entrelaçamento de vários dispositivos legais – entre eles a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, a Portaria DASP/1968, a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, conhecida como PCC – Plano de Classificação de Cargos e a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 – culminando na inclusão dessa categoria como singular no trabalho nas Universidades, considerados, também, como trabalhadores da educação.

Nesse diapasão, o autor supracitado pontua ainda que os servidores técnico-administrativos em educação se configuram como um grupo de trabalhadores que foi se constituindo no próprio processo de construção das Universidades brasileiras, e esse processo de construção também se deu de modo complexo e relacionado às demandas sociais e educacionais das próprias Universidades.

A inserção do servidor no complexo contexto universitário não se dá de maneira desordenada, para tanto, faz-se necessário um mediador-chave do relacionamento entre o servidor e a universidade, que se consubstancia no plano de carreira, cujo papel fundamental está associado ao sucesso na potencialização das qualidades do servidor em prol dos objetivos institucionais (Sousa Júnior; Lopes, 2019).

A nomenclatura “técnico-administrativo em educação” passou a ser utilizada para identificar os servidores do corpo técnico das Instituições Federais de Educação Superior a partir da promulgação da Lei nº 11.091/2005 (Brasil, 2005b), que instituiu o PCCTAE, que instituiu o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação.

É também intencionalidade do presente capítulo discutir sobre uma carreira específica dentro da categoria “técnico-administrativo em educação”, que são os servidores técnicos em assuntos educacionais, carreira de nível superior (nível E) nas instituições de ensino superior (IES).

O cargo público denominado Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) destina-se às instituições federais de ensino (IES), e suas atribuições estão relacionadas às atividades-fim das

IES, notadamente, às ações de ensino, pesquisa e extensão.

Cabe frisar, ainda, que o servidor Técnico em Assuntos Educacionais também passa por formação inicial universitária em pedagogia ou outras licenciaturas, conforme exigências para ingresso no próprio cargo (Brasil, 2005b), aspecto este que influencia inicialmente na construção de sua identidade profissional, segundo Cury, 2019.

No Universidade Federal da Paraíba – UFPB, há 68 Técnicos em Assuntos Educacionais em exercício nos diversos campi, destes, 38 possuem titulação de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado ou doutorado, no *Campus I*, da UFPB.

Ainda em 2005, o Ministério da Educação definiu, conforme Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, enviado aos Dirigentes de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino, como requisito para ingresso, o curso superior em Pedagogia ou Licenciaturas.

O documento supracitado define a descrição do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Contribuindo com a temática, Silva (2023) em seu trabalho intitulado: “desenvolvimento profissional e identitário dos técnicos em assuntos educacionais: contribuição para a política de formação continuada de um instituto federal”, pontua que Incentivar e valorizar o servidor, oferecendo-lhe possibilidades para o desenvolvimento da sua carreira é uma ação política importante da Gestão de Pessoas. Nesse sentido, promover políticas de incentivo à qualificação gera oportunidades de crescimento tanto para o servidor, quanto para a instituição.

Colaborando com a discussão, Silva e Oliveira (2023) pontuam que o setor público desempenha um papel crucial no funcionamento de uma sociedade, sendo fundamental que seus profissionais estejam constantemente atualizados e capacitados para lidar com as demandas e complexidades do ambiente em que atuam.

O desenvolvimento dos servidores técnicos em assuntos educacionais na carreira colabora com o fornecimento de um serviço público de qualidade nas IFES, seja nas demandas de pesquisa e extensão, seja no atendimento ao público discente, docente e à comunidade acadêmica.

Vale dizer ainda que o funcionalismo público federal contemporâneo tem passado por uma transformação no seu quadro de servidores, por meio de uma renovação da força de trabalho, notadamente, observa-se a posse de servidores jovens e com qualificação, na maioria das vezes, superior ao requisito básico para posse no cargo.

Um quadro de servidores altamente qualificado torna-se um fator estratégico no alcance dos objetivos institucionais, mas para isso os servidores precisam estar motivados e comprometidos com o trabalho, conforme descrevem Martins e Lima (2020).

Outrossim, o desenvolvimento na carreira desses servidores discutida neste trabalho refere-se à obtenção de título acadêmico de mestrado profissional – pós-graduação *stricto sensu* – pelos servidores técnicos em assuntos educacionais, no sentido da obtenção de novos saberes e prática associadas à contribuição para o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional. Segundo o portal CAPES, consultado em julho/2024, o mestrado profissional é voltado para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho.

De acordo com Favero, Rizzarda e Santos (2023), a aprendizagem é algo constante e contínuo na vida do indivíduo, pois desde o nascimento até o encerramento do seu ciclo de vida, ela se faz e se concretiza de forma efetiva e permanente para os que têm disposição de aprender.

No cenário de exercício das funções numa instituição de educação superior e com formação educacional, os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais têm buscado ações de desenvolvimento profissional, sobretudo, no que se refere à obtenção de título de mestrado e de doutorado.

No âmbito do serviço público federal, a Lei Federal nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, positiva, em seu artigo 96-A, o incentivo ao desenvolvimento profissional e à qualificação do servidor público federal, e dispõe:

O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País. (Brasil, 1990).

Nesse sentido, com a vigência do Diploma Legal de nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (Brasil, 2005b), foram estabelecidos três importantes incentivos para estimular o desenvolvimento dos servidores: a progressão por capacitação profissional, a progressão por mérito profissional e o incentivo à qualificação.

O incentivo à qualificação mencionado acima é concedido ao servidor que possui certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual é titular, independentemente do nível de classificação em que esteja posicionado” (Brasil, 2005b). Importante salientar que a redação atual passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012). Na redação original da Lei nº 11.091/2005 (Brasil, 2005b), o incentivo à qualificação só era concedido ao servidor após quatro anos de efetivo exercício no cargo.

Junto à história de criação, desenvolvimento e consolidação da Capes, bem como da organização e regulamentação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, pode-se perceber o surgimento dos mestrados profissionais no Brasil. A princípio, de maneira embrionária, no Parecer nº 977/1965. E apesar de a necessidade de sua criação só constar no V PNPG (2005-2010), a instituição deles já havia ocorrido pela Capes por meio da Portaria nº 47/1995 e sido reconhecida pela Portaria nº 80/1998, também da Capes.

É relevante destacar que no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) têm-se, atualmente, dezesseis (16) Programas de Mestrado Profissional – de acordo com dados da Pró-Reitoria de Pós-Graduação PRPG-UFPB –, entre estes, o único direcionado aos servidores públicos é o Mestrado Profissional em Política Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES).

O mestrado profissional teve uma “trajetória difícil, com rejeições explícitas de algumas áreas e dificuldades em ser [reconhecido] e valorizado, talvez, por ser um corpo relativamente estranho no desenho do eixo acadêmico” (Fischer, 2010, p. 262).

No que se refere ao PPGAES-UFPB, é importante destacá-lo como programa de pós-graduação consolidado no âmbito da Universidade e, atualmente, já formou 10 (dez) turmas de mestres para as diversas Instituições de Educação Superior (IES).

Um diferencial do mestrado profissional é seu produto final, pois este agrega valor “[...] social ao mercado de trabalho e à comunidade em geral, focando a profissionalização e gestão das mais diversas formas de atividades sociais, empresariais e até culturais” (Silva, 2017, p. 66).

Em pesquisa da plataforma Sucupira/Capes, em fevereiro de 2025, consta que já são novecentos e vinte e três (923) cursos de mestrados profissionais, distribuídos em oitocentos e sessenta e sete (867) programas de mestrado profissionais no país.

O estudo proposto por Cury (2019), que trata acerca de invisibilidade dos servidores técnicos em assuntos educacionais e seus desafios profissionais, concluiu, entre outros aspectos, que visando a qualificação profissional por meio de realização de pesquisas em nível de pós-

graduação stricto sensu, foi apontada a existência de contradição institucional, evidenciada pela não liberação, por parte de algumas chefias, para fins de sua realização. Isto ocorre, em muitos casos, quando se trata de solicitação oriunda de servidores técnico-administrativos, em detrimento daqueles pertencentes à carreira docente.

Isto, portanto, conforme pontua o próprio autor supracitado, incentiva uns a realizar pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, e desencoraja/dificulta o processo de qualificação de outros.

Vale discorrer ainda sobre os aspectos tratados no trabalho dos pesquisadores supracitados: conhecimentos, habilidades e atitudes. A aquisição de novos conhecimentos, com teor de aprofundamento promovido pelos programas de mestrado e doutorado, confere habilidades teóricas e críticas aos servidores envolvidos na capacitação, tudo isso, fomenta novas posturas e atitudes a esses mesmos sujeitos.

Conforme já discutido ao decorrer deste capítulo, o funcionalismo público é exigido, na contemporaneidade, a oferecer serviços públicos de qualidade aos seus usuários, nesse caminho, a satisfação no trabalho é fator contributivo dessa missão do Estado. Outrossim, um quadro de servidores satisfeitos e motivados também reverbera nos índices de afastamento por motivo de saúde, contribuindo diretamente na qualidade de vida do servidor.

Outro fator que também se faz necessário trazer à discussão, é a valorização da carreira e a atratividade do cargo como potenciais para conferir satisfação aos quadros de servidores, notadamente, os padrões remuneratórios e o percurso de progressão na carreira podem conferir satisfação aos servidores públicos, no sentido que, ao mesmo tempo, diminui a vacância dos cargos técnicos, percebido quando o servidor busca novas carreiras a fim de valorização.

Contribuindo com essa discussão, Klein e Mascarenhas (2016), em um estudo efetuado com servidores públicos federais, concluíram que quanto mais positivas são as percepções em relação à Compatibilidade Remuneração e Atratividade da Carreira (tempo para promoção, progressão e evolução salarial), menores são as probabilidades de evasão e maiores as probabilidades de os indivíduos sentirem-se satisfeitos no trabalho.

3.1 Formação Continuada de Servidores Públicos Federais

O Serviço Público Federal desempenha papel relevante na estruturação e no funcionamento do Estado brasileiro, sendo fundamental para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Por meio da atuação de seus servidores, o Estado materializa direitos sociais e assegura o acesso a bens e serviços essenciais demandados pela sociedade.

Cabe pontuar que o Serviço Público Federal vivenciou, nas últimas décadas, mudanças significativas no que se refere à estruturação das carreiras e à política remuneratória dos servidores públicos. Tais transformações têm se orientado pelo fortalecimento do princípio constitucional da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como pela busca contínua da qualidade na prestação dos serviços à sociedade.

Conforme Cruz e Melo (2025), em seu estudo sobre os desafios da Formação Continuada de Servidores na Universidade Federal do Acre, os técnicos administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior -IFES representam aproximadamente 27% do total de servidores públicos civis ativos da União pertencentes ao Regime Jurídico Único.

Ainda consoante levantamento feito em 2024 pelas referidas autoras, entre os 596 servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Acre, apenas 23% possuíam mestrado, e tão somente 3% do total, doutorado. Levando em consideração as necessidades atuais do serviço público federal e as demandas da sociedade relacionadas à eficiência e à qualificação dos serviços públicos, são números pouco expressivos para essa exigência contemporânea.

Esses números são bastante assemelhados aos da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, vez que, conforme o último Relatório de Gestão Institucional (2024) divulgado pela Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN⁸, há 3.212 servidores técnicos-administrativos, e entre estes apenas 800 possuem titulação de mestrado, o que representa apenas 24,9% de todos os servidores técnicos da Instituição e para doutorado, apenas 286 servidores, o que representa apenas 8,9% dos servidores.

Obes (2024) acredita que a formação continuada pode promover uma atuação mais autônoma, criativa e proativa, na qual o servidor não apenas responde às demandas do cargo, mas também contribui ativamente para a melhoria dos processos e para a construção de um ambiente institucional mais eficiente e inovador. Levando em consideração as particularidades e desafios enfrentados também pelos servidores em seus lócus de trabalho, é relevante essa perspectiva refletida pelo autor acerca de um desempenho de trabalho criativo e proativo. A autora aponta ainda que os servidores enfrentam obstáculos como falta de apoio institucional, dificuldades de liberação para estudos e limitações organizacionais, o que compromete a adesão e continuidade nos processos formativos.

Na mesma perspectiva, Silva (2024) assevera que a formação continuada ainda

⁸ Disponível na íntegra em <https://www.proplan.ufpb.br/relatorios-de-gestao/>

apresenta o que chamou de “nós” institucionais, isto é, entraves relacionados à articulação entre ensino, pesquisa e extensão e às políticas internas de capacitação, o que dificulta a consolidação de uma política efetiva de formação continuada para os servidores.

No estudo sobre a formação continuada dos Técnicos-Administrativos em Educação no IFMT, Alves e Lima (2025), reafirmaram a importância da formação continuada como pilar essencial para o desenvolvimento profissional dos TAEs e para a qualidade dos serviços administrativos e pedagógicos.

Ainda consoante Alves e Lima (2025), apesar da relevância da formação continuada, a implementação prática dessas políticas pode enfrentar desafios, como recursos financeiros limitados, acesso desigual às oportunidades formativas entre unidades e a carga de trabalho dos TAEs, que tende a dificultar a participação efetiva. Outrossim, as autoras destacam a importância de a comunidade acadêmica promover um diálogo contínuo sobre a capacitação e sua efetividade na melhoria dos serviços oferecidos pela universidade.

Aproximando a discussão para nosso objeto de estudo, a pesquisa de Silva, Freire Júnior e Pontes (2024) sobre a formação continuada de Técnicos em Assuntos Educacionais do Instituto Federal da Paraíba, destaca que, para os TAEs, as temáticas relevantes para a sua formação se relacionam com a natureza do cargo.

Os autores concluíram que os TAEs participantes da pesquisa compreendem que a formação continuada é essencial para o desenvolvimento de sua carreira, com benefícios para a aquisição de conhecimentos e competências. Este achado reforça o entendimento de que esse grupo profissional necessita de uma política de formação consistente voltada para suas necessidades, considerando a especificidade de atribuições do cargo na instituição.

Nesse contexto, a formação continuada não apenas amplia competências técnicas e teóricas, mas sobretudo fortalece a capacidade crítica desses profissionais frente às demandas complexas do serviço público contemporâneo. Outrossim, no caso específico dos Técnicos em Assuntos Educacionais, a relevância da formação continuada é ainda mais evidente, pois suas funções envolvem planejamento, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais, exigindo atualização constante diante das mudanças normativas, pedagógicas e tecnológicas.

3.2 Os Técnicos em Assuntos Educacionais

A categoria funcional de Técnico em Assuntos Educacionais foi criada pelo Plano de Cargos e Salários (PCC) sob a Lei No 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais (Brasil, 1970). Trata-se, portanto, de uma categoria profissional relativamente recente no

âmbito da Administração Pública e que, inicialmente, não se caracterizava como cargo específico de um profissional de educação, conforme será apresentado a seguir.

Nesse sentido, o Decreto Nº 72.493, de 1º de julho de 1973, em seu Art. 10, parágrafo único, alínea g, define que o ingresso no cargo será a partir de concurso público, e para o cargo de TAE será exigido diploma de bacharel em Pedagogia ou dos cursos superiores de Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais e Educação Física (Brasil, 1973).

Ainda em 1973, por meio da Portaria 146 de 17 de agosto, o Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) aprova as especificações de classes do grupo “Outras atividades de nível superior”, referido no artigo 2º da Lei 5.645/70. No caso do Técnico em Assuntos Educacionais, encontra-se uma descrição detalhada, às folhas 124 da portaria supracitada, que se segue:

DENOMINAÇÃO DA CLASSE: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS A.
CÓDIGO: NS-927.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE:
Atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, de trabalhos pedagógicos, visando à solução de problemas de educação, de orientação educacional, administração escolar e de educação sanitária. (Grifo nosso).
EXEMPLOS TÍPICOS DE TRABALHOS DA CLASSE: 1.Participar da análise das realizações educacionais do País e equacionar a problemática pedagógica. 2.Realizar pesquisas de natureza técnica relacionadas com o estudo da legislação da organização e funcionamento do sistema educacional, dos diferentes processos de aprendizagem, da administração escolar, dos métodos e técnicas empregados. 3.Estudar medidas que visem melhorar o nível pedagógico. 4.Participar de análises e estudos pertinentes à área da educação ou a outras áreas cujos reflexos nela venham a incidir. 5.Executar trabalhos especializados em assuntos de educação e administração escolar, inclusive cursos de pós-graduação. 6.Proceder a estudos e pesquisas relativos a psicotécnica, análises profissionais, processos de orientação e inquéritos sociais. 7.Orientar os alunos de modo a levá-los a uma opção profissional consciente. 8.Cooperar com os professores e com eles procurar resolver os problemas dos alunos, encaminhando-os a outros setores, quando deles depender a solução. 9.Zelar pelo cumprimento das leis do ensino, bem como pelo aperfeiçoamento e correção dos aspectos didáticos e pedagógicos da administração escolar na área federal. 10.Participar da revisão de programas de ensino, analisando seu rendimento e suas deficiências e estudando medidas de racionalização do trabalho escolar. 11.Participar da divulgação de atividades pedagógicas de interesse educacional. 12.Colaborar na análise de obras didáticas. 13.Participar de reuniões de diretores de estabelecimentos de ensino, professores orientadores educacionais. 14.Realizar palestras, seminários e conferências de interesse educacional. 15.Emitir pareceres em assuntos de sua competência. 16.Fornecer dados estatísticos de suas atividades. 17.Apresentar relatórios periódicos. 18.Desempenhar tarefas semelhantes. - Na especialidade de Educação Sanitária: 1.Analisar as necessidades de educação e mudança de comportamento das populações ou clientela, identificadas pelos serviços ou programas de saúde. 2.Pesquisar e estudar os condicionantes culturais, socioeconômicos e educacionais, dos comportamentos vinculados à magnitude, gravidade e possibilidade de expansão dos problemas de saúde. 3.Participar da definição dos objetivos educacionais visando a defesa e proteção da saúde individual e coletiva dentro dos programas de combate e profilaxia das doenças e de promoção da saúde. 4.Participar da elaboração de estratégias educacionais adequadas às metas dos programas. 5.Colaborar na aplicação, avaliação e adequação de modelos já disponíveis para estudo e reformulação das relações médico x paciente, enfermeira x paciente, serviços de saúde x comunidade. 6.Colaborar na construção de modelos para ação educativa e a participação de diferentes grupos da população, na solução dos problemas

de saúde. 7. Aplicar e avaliar modelos de aprendizagem. 8. Participar da elaboração e aplicação de modelos de capacitação de pessoal para as tarefas de educação em saúde. 9. Participar da ação conjunta com o Sistema de Educação no que concerne à saúde. 10. Colaborar na seleção e elaboração de material educativo baseados em pesquisas sobre as necessidades e as percepções dos diferentes grupos de população em matéria de saúde. 11. Emitir pareceres sobre assuntos de sua competência. 12. Fornecer dados estatísticos de suas atividades. 13. Apresentar relatórios periódicos. 14. Desempenhar tarefas semelhantes. FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público ou outra forma legal de provimento, observada a respectiva especialidade. QUALIFICAÇÕES ESSENCIAIS PARA O RECRUTAMENTO: Escolaridade: Diploma de Bacharel em Pedagogia, ou dos cursos superiores de Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais e Educação Física, devidamente registrado. (Brasil, 1973b)

Em 19 de novembro de 1975, foi publicado Decreto Federal, Nº 76.640, que alterou a redação da alínea g, parágrafo único, Art. 10 do Decreto No 72.493, de 1º de julho de 1973, definindo como requisito para ingresso no cargo diploma de curso superior (Brasil, 1975). Nota-se, pois, que à época o requisito para o cargo tinha como abrangência também outros profissionais, não necessariamente profissionais da área de educação.

Doze anos após, o governo editou Decreto No 94.664, de 23 de julho de 1987, aprovou um novo plano de carreira, denominado Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), de que trata a Lei No 7.596, de 10 de abril de 1987 (Brasil, 1987a, 1987b). Nesse documento, não há menção específica ao cargo de técnico em assuntos educacionais. O Decreto nº 94.664/87 estabeleceu que os cargos técnico-administrativos das instituições federais de ensino deveriam ser enquadrados em 03 grupos, conforme incisos I, II e III, do artigo 8º:

I - Grupo Nível de Apoio, compreendendo os cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades de apoio operacional, especializado ou não, que requeiram escolaridade de 1º Grau ou experiência comprovada ou ainda conhecimento específico; 30

II - Grupo Nível Médio, compreendendo os cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades técnico-administrativas, para cujo exercício é exigida formação de 2º Grau ou especialização ou formação de 1º Grau, com especialização ou experiência na área;

III - Grupo Nível Superior, compreendendo cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades técnico-administrativas, para cujo exercício é exigida formação de 3º Grau ou registro no conselho superior competente. (Brasil, 1987b)

No mês seguinte do mesmo ano, o governo publicou a Portaria nº 475/1987⁹, que expede normas complementares para a execução do Decreto nº 94.664/87. Essa portaria apresenta 58 artigos, e trata acerca de critérios de progressão na carreira e outros assuntos. Ainda na portaria

⁹

Disponível em chrome extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cppd.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Portaria-475-MEC-1987.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2024.

supracitada, têm-se 3 anexos que estabeleceram subgrupos nos níveis previstos no Decreto. A categoria profissional chamada Técnico em Assuntos Educacionais foi incluída no Subgrupo NS-03: “compostos de cargos que exigem escolaridade de graduação ou licenciatura de duração plena” (Brasil, 1987c).

Em janeiro de 2005 foi criado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, que é regido pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (Brasil, 2005). Essa nova legislação faz referência e é composta pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Os servidores da categoria profissional foco dessa pesquisa também foram incluídos neste Plano de Carreira. Essa lei apresenta novas formas de progressão da carreira e possibilidades de crescimento, a partir da progressão por mérito profissional e por capacitação profissional.

Aliado a esse cenário, Moura (2017) pontua que se iniciou também uma mudança do contexto profissional nas instituições federais, especialmente nas relações de trabalho. Se há algumas décadas o ensino era conduzido, principalmente, por servidores docentes, percebe-se que hoje ganham espaço também outros profissionais da área da educação, tais como os técnicos em assuntos educacionais.

Buscaremos apresentar nas discussões a seguir o contexto das atribuições dos Técnicos em Assuntos Educacionais, apresentando as legislações pertinentes e os desafios contemporâneos sobre a temática. Cabe iniciar a discussão com o resgate do Ofício que fora enviado em 2005, pelo Ministério da Educação definiu, conforme Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, aos Dirigentes de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino, como requisito para ingresso, o curso superior em Pedagogia ou Licenciaturas.

O documento supracitado define a descrição do cargo de TAE:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

- Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos.
- Elaborar projetos de extensão.
- Realizar trabalhos estatísticos específicos.
- Elaborar apostilas.
- Orientar pesquisas acadêmicas.

- Utilizar recursos de informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidades associadas ao ambiente organizacional.

Aproximando-se do nosso objeto de estudo, qual seja o desenvolvimento pessoal e profissional e as contribuições dos Técnicos em Assuntos Educacionais, na UFPB, torna-se necessária análise acerca das atribuições do cargo. Nesse sentido, faz-se necessário apresentar as descrições do cargo previstas no Edital do Concurso Público da UFPB de 2022¹⁰, que se apresenta como um documento recente a respeito das atribuições dessa categoria profissional:

Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; assessorar a coordenação na organização do trabalho pedagógico; planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos; elaborar projetos educativos e projetos de extensão; orientar e auxiliar nas pesquisas acadêmicas; realizar trabalhos estatísticos específicos; preparar e coordenar reuniões; conhecer sobre formas de planejamento, acompanhamento e avaliação de ações que promovam o desenvolvimento profissional em consonância com as Políticas e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e na UFPB; conhecer sobre formas de planejamento, acompanhamento e avaliação de educação à distância; treinamento, desenvolvimento e educação nas organizações; tipos de ações de capacitação profissional (cursos presenciais e a distância, módulos, aprendizagem em serviço, seminários, congressos, workshops e etc.); elaborar apostilas e manuais educativos; auxiliar instrutores na elaboração de materiais didáticos; desenvolver cursos para profissionais de outras áreas; elaborar e acompanhar processos seletivos, como também organizar e executar eventos de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional; orientar e auxiliar na elaboração de propostas, acordos de cooperação entre programas de pós-graduação da UFPB e órgãos fora da UFPB; planejar e programar as atividades gerais e de equipe; redigir relatórios; agendar atendimentos; receber pessoas; redigir ofícios, memorandos, despachos; utilizar recursos de informática e sistemas informacionais; executar ações de capacitação profissional referente à sua área de atuação, quando necessário; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UFPB, Edital 26 Outubro (sic) de 2022).

Tendo em vista que o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC – que se constituía como o único documento que apresentava as atribuições dos cargos técnico-administrativos em educação, foi tornado sem efeito pelo Ofício-Circular nº 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC, gerando uma lacuna normativa nessa área, consideramos o referido Edital 2022 da UFPB como o documento que traz a prescrição do trabalho dos técnicos em assuntos educacionais em nosso Lócus de pesquisa.

¹⁰ Disponível em: <https://progep.ufpb.br/progep/contents/concursos/tecnicos/edital-ndeg-53-2022>, Acesso em 18 de outubro de 2024.

No cenário de exercício das funções numa instituição de educação superior e com formação educacional, os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais têm buscado ações de desenvolvimento profissional, sobretudo, no que se refere à obtenção de título de mestrado e de doutorado. Para além da progressão na carreira profissional, esses servidores – que atuam em diversas IFES – tem contribuído para as atividades-fim das Universidades e Institutos Federais, como revelam os estudos de Sanseverino e Gomes (2017), de Silva e de Melo Filho (2021) e de Arruda (2021), entre outros, que foram abordados com maior profundidade em capítulo próprio da dissertação.

4 BREVE HISTÓRICO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL

Faz-se necessário descortinar essa discussão através de um breve histórico acerca da pós-graduação *stricto sensu*, bem como seu surgimento no Brasil, no Nordeste e no *lócus* de pesquisa do presente trabalho, no *campus* I da Universidade Federal da Paraíba. A gênese da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil se deu a partir de dois marcos. O primeiro pode-se dizer que foi a implantação do Programa Universitário, em 1953, como a principal linha da Capes junto às universidades e institutos de ensino superior. Segundo Lopes e Lopes (2021), naquele ano, foram concedidas 79 bolsas de estudo, a maior parte para aperfeiçoamento no exterior. Ainda de acordo com os autores, foi graças à formação de pós-graduandos, por meio das bolsas concedidas pela Capes, que se tornou possível o surgimento dos primeiros programas de mestrado e doutorado no País.

O segundo marco se deu à luz de um documento normativo também caracterizado como fundador desse nível de educação no país. Trata-se do parecer nº 977/65, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação (CFE)¹¹, relatado pelo conselheiro professor Newton Sucupira, à época Ministro da Educação, e publicado em 3 de dezembro de 1965. Segundo Ludke (2005), a preocupação do então ministro da Educação, ao encomendar o estudo ao CFE, era que ele definisse e regulamentasse os novos cursos recém-criados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 4.024/61), cuja implantação tão necessária estava cercada de imprecisões.

Lopes e Lopes (2021) afirmam que em 1956, já ocorrera a habilitação de 38 cursos de pós-graduação no Brasil: 27 de mestrado e 11 de doutorado. Além disso, 173 instituições declararam, naquele ano, que promoviam atividades de pesquisa, envolvendo 3.041 pesquisadores e técnicos.

Segundo o Parecer nº 977/65, a pós-graduação *stricto sensu* apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional (Parecer nº 977/65).

De acordo com o parecer fundador da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, a pós-graduação *stricto sensu* se constitui em um: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação

¹¹ Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>, acessado em 4 de outubro de 2024.

adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (Parecer nº 977/65).

Como se pode ver, a estruturação da pós-graduação brasileira é bastante recente, reflexo da jovialidade da nossa ciência. Afinal, é necessário lembrar que a criação de instituições de ensino superior no País só foi autorizada em 1808. (Lopes; Lopes, 2021).

De acordo com dados da Capes¹², em 2023 havia 3.709 programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento no Brasil – 1.319 somente de mestrado, 2.390 de mestrado e doutorado e 83 exclusivamente de doutorado. Quanto aos programas de mestrado profissional, em 2023, há 808 programas de pós-graduação *stricto sensu* profissional no país. No Nordeste, há 163 programas de pós-graduação *stricto sensu* profissional, e no estado da Paraíba, há 12 programas de mestrado profissional.

A presente pesquisa lança um olhar para os programas de pós-graduação *stricto sensu* profissionais – com olhar específico para o PPGAES, locus também desse trabalho. Assim, faz-se relevante e necessário tecer alguns comentários sobre a gênese desses programas e sua expansão no campo da educação brasileira.

O Parecer nº 977/1965 já anteriormente citado, mesmo expressamente prevendo a possibilidade de um mestrado profissional, não dá maiores orientações acerca do mestrado profissional. Foi apenas em 1995 que um novo documento especificou algumas características dos MPs. Esse documento foi a Portaria nº 47 de 1995 (Brasil, 1995), que determinou a implantação na Capes de procedimentos apropriados para a recomendação, acompanhamento e avaliação dos cursos de mestrado profissional.

Os primeiros cursos de mestrado profissional (MP) datam da década de 1990 e representam o reconhecimento da necessidade e uma alternativa em relação à formação de professores e pesquisadores, ou seja, um formato que orienta o ensino para a aplicação, para a prática (Fischer, 2005).

Segundo Cunha (2024), o mestrado profissional surge na tentativa de vincular a pesquisa diretamente à sua aplicabilidade, fazendo uma articulação entre a universidade e a realidade social, na busca por melhorias na educação.

O mestrado profissional pode variar quanto aos públicos a que se destina, quanto à estrutura, ao local e ao tempo de duração, exigências de dedicação do estudante e natureza do ensino. (Fischer, 2011, p. 1).

De acordo com o estudo “Mestrado no Brasil – a situação e uma nova perspectiva”, as

¹² Dados disponíveis em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.

mudanças tecnológicas e as correntes transformações econômico-sociais têm demandado profissionais com perfis de especialização distintos dos tradicionais.

O trabalho de conclusão do mestrado profissional configura-se como dissertação que demonstre domínio do objeto de estudo, além da investigação aplicada à solução de problemas que possa ter impacto no sistema a que se dirige. (Fischer, 2011, p. 5).

4.1 O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES-UFPB

Antes da gênese do PPGAES, é importante apresentar o cenário do quadro de servidores, proposição de planos de carreiras e contexto de expansão das Universidades Federais. Primeiramente, é importante destacar a criação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (PCCTAE), por meio da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 como um fator relevante para os servidores administrativos, pois a lei supracitada, já mencionava a existência de percentuais de incentivos à qualificação (IQ) e capacitação do quadro de servidores. Ademais, o Decreto Nº 5.824, de 29 de junho de 2006, por sua vez, estabeleceu os procedimentos para a concessão do IQ e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Em segundo lugar, tivemos a edição do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Segundo Sousa Júnior e Farias, 2017, influenciado por esse contexto apresentado, surgiu um movimento de expansão e renovação do quadro de servidores técnicos administrativos na UFPB, que em 2010, possuía 3.668 servidores, sendo que desse montante, um expressivo contingente de mais de 30% possuía formação de nível superior.

O Programa de Pós-Graduação em Política Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) nasce como um Curso de Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Superior destinado exclusivamente aos servidores da UFPB, chamado à época de MPPGAV. De acordo com Sousa Júnior e Farias (2017), foi ofertado em 2011 como um primeiro “estágio” da constituição do MPPGAV a primeira turma de especialização. Ainda segundo os autores supracitados, o MPPGAV nasce com uma identidade própria, na medida em que busca o aprimoramento da capacitação profissional dos técnicos administrativos em educação, de natureza distinta daquela que, usualmente, é propiciada pelo Mestrado Acadêmico.

Atualmente, o programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional no âmbito da UFPB, destinado, exclusivamente, à formação dos servidores técnicos de Instituições de Educação Superior. O Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB foi autorizado pela Resolução nº 05/2012 do CONSUNI de 22 de maio de 2012 e criado pela Resolução nº 12/2012 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE de 22 de maio de 2012, inicialmente chamado de MPPGAV, o programa de pós-graduação fomenta qualificação e desenvolvimento aos servidores da UFPB.

O PPGAES, à época de realização da pesquisa (Resolução nº 14/2021), contava com duas linhas de pesquisa, a saber: 1. Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior e 2. Políticas Públicas e Avaliação da Educação Superior, tendo como campo de estudo as IES em virtude de sua importância para o desenvolvimento científico do Brasil e da região Nordeste. O MPPGAV teve selecionada a sua primeira turma para o início do ano de 2015. (Sousa Junior; Farias, 2017).

No dia 19 de agosto de 2024, celebrou-se os 10 anos de criação do PPGAES, e para registrar e comemorar esse marco histórico, foi organizado pelos coordenadores à época do Programa: Professora Dr^a Ana Paula Pontes Furtado e Professor Dr^o Mariano Castro Neto, junto com o apoio do colegiado e dos discentes e egressos do Programa, um Seminário de comemoração dos 10 anos do PPGAES-CE, que integrou o V Encontro de Egressos e Estudantes.

O evento contou com a presença de docentes, servidores técnicos, estudantes e egressos do PPGAES/CE/UFPB, que contribuíram para a grandeza da ocasião. Na palestra proferida no dia 19 de agosto de 2024, no auditório do Centro de Educação – CE, o professor Rodrigo Freire de Carvalho e Silva¹³, da Universidade Federal da Paraíba, um dos envolvidos desde a criação do Programa, apresentou suas memórias, que remetem a colegas, servidores e alunos da UFPB. Sua fala foi finalizada com uma breve exposição com uma homenagem especial ao amigo Luiz de Sousa Júnior, idealizador do PPGAES:

Além de grande professor e pesquisador, Luiz Júnior era uma pessoa que tinha uma visão política larga e muito progressista para a universidade pública brasileira e para a UFPB em particular. Uma das maiores provas disso é o fato de ter partido dele a ideia e a iniciativa de organizar um programa profissional dedicado à qualificação dos servidores técnicos-administrativos da UFPB, materializada na criação do MPPGAV, hoje denominado PPGAES. Quantas vidas não foram transformadas nos últimos 10 anos a partir do PPGAES?

¹³ É docente da UFPB, lotado no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA, <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=1516861>.

O PPGAES possui um quadro de 16 docentes permanentes, com qualificações de doutorado e pós-doutorado. Os objetivos específicos do Programa são mencionados no Artigo 3º da Resolução nº 14/2021 do PPGAES, são eles:

- a) em relação aos discentes: oportunizar conhecimento profissional e acadêmico com vistas ao aprofundamento e aplicabilidade do desempenho profissional a partir do envolvimento em atividades de pesquisa, produção acadêmica, desenvolvimento e inovação.
- b) em relação aos professores do Programa: desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que visem à produção científica e inovadora na área de concentração do Programa e das Linhas de Pesquisas.
- c) em relação à instituição: fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma sistemática, alinhada à área de concentração do Programa, às linhas de pesquisa, aos projetos de pesquisa e produção discente/docente na perspectiva do desenvolvimento e inovação. (PPGAES, 2021).

Atualmente, o Programa passou por uma reformulação e encontra-se regulamentado pela Resolução CONSEPE nº 08/2025, passando a ampliar seu escopo, contemplando não apenas a educação superior, mas também a educação básica.

5 CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO NO PPGAES: Dimensão Pessoal e Profissional

“Porque a gente carrega sonhos, e a gente se realiza a partir daquilo que a gente faz”. (TAE 2/UFPB/2025).

5.1 Contribuições para a vida pessoal dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE)

Nesta seção do capítulo são apresentadas as análises decorrentes das falas resultantes dos Técnicos em Assuntos Educacionais participantes da pesquisa, referentes ao tópico: Contribuições da formação no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) em suas vidas pessoal e profissional. Os depoimentos registrados refletem as experiências, percepções e sentidos atribuídos pelos TAEs ao processo formativo vivenciado ao longo do mestrado profissional, no que se tange ao desenvolvimento pessoal e à atuação profissional.

No que se refere ao impacto da formação do PPGAES para a vida pessoal dos Técnicos em Assuntos Educacionais sujeitos dessa pesquisa, foi mencionado também **a satisfação pessoal e o aumento salarial**. Conforme trechos a seguir:

[...] Tem a realização e a questão financeira. (TAE 1/ UFPB)

[...] Primeiro vem essa questão da satisfação pessoal, porque a gente carrega sonhos, e a gente se realiza a partir daquilo que a gente faz. (TAE 2/ UFPB).

[...] Tem a questão do reconhecimento financeiro, que é a questão do incentivo à qualificação. (TAE 3/ UFPB).

[...] É uma realização pessoal muito importante que depende da educação. (TAE 4/ UFPB)

[...] Então, quando você começa a encontrar pessoas mais comprometidas, é com essas pessoas que você começa a apontar para fazer com que o trabalho flua de uma maneira que você acha mais satisfatória. Não estou nem dizendo melhor, mas você se sente um pouco mais satisfeito e se sente mais importante dentro da instituição. (TAE 6/ UFPB).

[...] Inicialmente, a gente vai em busca do nosso reconhecimento que é o aumento salarial, mas também o mestrado profissional me trouxe a visão de algo palpável, algo que vai extrapolar a sala de aula e eu me encontrei com a temática que foi a avaliação da educação superior. (TAE 7/ UFPB).

Em relação ao reconhecimento financeiro ou aumento salarial, é importante mencionar as disposições da Lei nº 11.091/2015, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), e regulamentada pelos

Decretos nº 5.824/2006 e 5.825/2006, que estabelecem os procedimentos para concessão do Incentivo à Qualificação (IQ).

O diploma legal aqui mencionado apresenta percentuais de aumento salarial de acordo com a obtenção de curso de educação formal (especialização, mestrado, doutorado) superior ao exigido para o cargo de que é titular. Assim, têm-se que a lei define aumento de 52% sobre o vencimento básico do servidor. É importante citar que desde de janeiro de 2025, como parte da reestruturação da carreira, o Incentivo à Qualificação (IQ) indireto foi extinto, e todos servidores passaram a perceber os valores relativos ao IQ direto.

Cabe-nos informar aqui que em dezembro de 2024, foi proposta uma reestruturação do PCCTAE por meio da Medida Provisória nº 1.286/2024, que traz mudanças significativas nos critérios de progressão e remuneração, com potencial impacto sobre a valorização profissional dos técnicos administrativos (Brasil, 2024).

Digno de nota é o fato de que, diante de um cenário de lutas e valorização salarial dos servidores técnicos administrativos em educação (categoria em que os Técnicos em Assuntos Educacionais estão inseridos) sobretudo com o movimento paredista ocorrido em 2024, é importante buscar reconhecimento/aumento salarial através da qualificação com o mestrado. Nesse sentido da discussão, Silva *et al.* (2014) apontam que ajustes estruturais nos planos de carreira são fundamentais para corrigir desequilíbrios salariais e promover maior atratividade das carreiras administrativas públicas.

Na pesquisa de Ferreira *et al* (2015) sobre a Influência dos incentivos à qualificação dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de São João Del Rei, ao identificar os principais motivos que impulsionaram os servidores a se qualificarem a partir da implantação do PCCTAE. Os resultados demonstraram que, embora a população desta pesquisa seja de servidores públicos – servidores que têm estabilidade no emprego e cujo único fator de cobrança de desempenho seja medido pelas avaliações com negociação de metas –, há a preocupação destes em se manterem qualificados para as funções que exercem dentro da instituição.

Outra categoria advinda das falas dos TAEs foi a **satisfação/realização pessoal**, mencionada pelos TAEs 2, 3 e 6. Categoricamente, optou-se por iniciar a sessão de Grupo Focal com esse tópico, a fim de descortinar a discussão à luz dos anseios pessoais, pois, antes da perspectiva de servidores técnicos em assuntos educacionais, os sujeitos desta pesquisa são pessoas, e pessoas carregam sonhos, conforme também pontuado. Além disso, a satisfação pessoal é fator importante para o desenvolvimento do trabalho, levando em consideração a qualificação profissional, no sentido de continuar a sua formação, seja como pessoa, seja também como servidor.

Sobre o assunto é relevante trazer as contribuições da pesquisa de Martins, Meireles e Fernandes (2025) que pontuam que a formação continuada, como estratégia de valorização, tem ganhado destaque por contribuir para o desenvolvimento das competências e técnicas emocionais dos profissionais, resultando em maior satisfação e eficiência no desempenho das suas funções.

Como resposta que divergiu um pouco dos outros TAEs, foi pontuado também sobre uma contribuição relevante para a perspectiva pessoal, trata-se da ampliação da visão própria como indivíduo, conforme mencionado abaixo:

*[...] Permite você **ampliar sua visão, ampliar o seu leque**. Eu tive a oportunidade de vivenciar mais esse processo. (TAE 5/ UFPB). (Grifo do autor).*

Essa fala, em que pese diferente das demais, trouxe o aspecto da satisfação pessoal e o reconhecimento financeiro, detona que a formação do PPGAES ultrapassa uma contribuição meramente acadêmica ao discente, conferindo transformações também no sentido pessoal.

Outrossim, ao mencionar “ampliar sua visão” e “ampliar o seu leque, o(a) TAE indica um processo que podemos chamar de expansão de horizontes, seja no modo de compreender o mundo, seja nas possibilidades de atuação, reflexão e escolhas pessoais.

5.2 Contribuições para a vida profissional dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE)

a) Aprimoramento das Práticas de atribuições do cargo

Descortinando a discussão sobre as contribuições da formação no PPGAES para a vida profissional e aprendizagens Profissionais e contribuições para o seu trabalho na UFPB, apresentamos a fala dos TAEs 1 e 3 a seguir:

[...] Foi bom, foi ótimo. E eu com o estudo, consegui mostrar algumas coisas aqui para o CCTA. Por isso, quando há uma dúvida, o pessoal da Assistência da Graduação vem aqui me perguntar e acabo mediando algumas situações. Isso me ajudou e ajuda, a mim e à instituição. (TAE 1/ UFPB).

[...] A gente acaba se apoderando do assunto para propor nos programas ações que visem aumentar o conceito do curso. (TAE 3/ UFPB).

Essas falas acima destacam a relevância da formação no PPGAES para o aprimoramento das atribuições típicas do servidor Técnico em Assuntos Educacionais, aspecto de interesse

central desta pesquisa. Nas falas dos TAEs 1 e 3 pode constatar que houve maior inserção do servidor na demanda de assessoramento acadêmico em seus respectivos setores de atuação. Quanto ao primeiro TAE, verifica-se sua atuação mais qualificada no âmbito do atendimento às demandas acadêmicas apresentadas pelos discentes, e ao segundo, no assessoramento estratégico aos programas de pós-graduação na Instituição, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PRPG.

É necessário aqui destacar que as funções exercidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais acima e que foram mencionadas como enriquecidas após a formação no PPGAES estão diretamente relacionadas àqueles dispostos nas especificidades de trabalho próprias, exaradas por normativo ministerial, a saber o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC.

Ampliando a discussão, faz-se relevante mencionar o desafio contemporâneo da invisibilidade dos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais nas Instituições de Ensino Superior (IES), esse fenômeno tem relação, principalmente, com as atribuições desempenhadas pelos TAEs, que, na maioria das vezes, são meramente administrativas, não levando em consideração todo seu potencial educacional e de gestão.

Sobre o assunto, cabe trazer as contribuições da pesquisa de Oliveira (2015) que chegou à conclusão de que, quanto à invisibilidade social do TAE na instituição universitária pesquisada, foi evidenciado um distanciamento entre as atividades que deveria desempenhar, de cunho pedagógico ou educacional, e aquelas que efetivamente desempenhava, ligadas a procedimentos operacionais ou burocrático-administrativos.

Com base nas falas apresentadas, é possível inferir que a formação proporcionada pelo Programa PPGAES tem contribuído de maneira relevante para mitigar o processo histórico de invisibilidade vivenciado pelos Técnicos-Administrativos em Educação.

Sobre esse assunto, faz-se relevante apresentar a perspectiva de Moura (2017) sobre o trabalho do Técnico em Assuntos Educacionais. Para a autora, há ainda uma lacuna que precisa ser preenchida, há um outro lado do trabalho do TAE que revela certa frustração. Trata-se de algo que precisa ser completado para que ele veja uma identidade plenamente constituída de si.

Na pesquisa da autora acima mencionada ainda há um registro de fala um TAE que, segundo a autora, mostra ter ciência de que é preciso colocar-se contra o fato de que a própria instituição universidade, apesar de dispor de uma série de regulamentos, de normas, de funções, estruturas, setores, nem sempre tem um lugar definido para que os outros profissionais da educação.

Nesse diapasão, o PPGAES se configura como um espaço formativo que promove

reconhecimento, pertencimento e protagonismo, e que contribui diretamente para o enfrentamento das assimetrias que historicamente atravessam a carreira dessa categoria de servidores. As falas analisadas revelam que o programa atua como um dispositivo de transformação, e com força para afirmar a relevância desses profissionais no contexto universitário, mitigando a invisibilidade dos Técnicos em Assuntos Educacionais.

b) Encontro da identificação profissional como TAE a partir do PPGAES

Ainda acerca das contribuições do curso de pós-graduação PPGAES para a vida profissional dos TAEs, temos a fala do TAE 4, conforme a seguir:

*[...] Antes de ingressar como TAE na UFPB, eu vim da sala de aula, sou professor de química. Quando eu ingressei, eu tinha dificuldade de atuar fora da sala de aula como TAE. **Uma das motivações foi justamente para me compreender como profissional e aprender também sobre educação superior.** E aí, uma vez aluno do PPGAES, eu pude descobrir uma pesquisa que investigou as experiências dos estagiários de pedagogia que justamente atuavam fora da sala de aula, atuavam na gestão educacional. (TAE 4/ UFPB). (Grifo do autor).*

A partir do registro, pode-se compreender que a formação no PPGAES foi um elemento relevante no **processo de identificação profissional do TAE** em um contexto diverso ao de sala de aula tradicional, locus privilegiado de atuação de egressos dos cursos de licenciatura como ele. Segundo o TAE 4, os estudos desenvolvidos no Programa favoreceram a compreensão sobre a sua atuação profissional no âmbito da educação superior, contribuindo para a sua identificação profissional com o cargo.

O processo de construção da identificação profissional dos Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB é fundamental tanto para o servidor quanto para a Instituição, haja vista que envolve o pertencimento e sentido do trabalho desenvolvido no contexto universitário.

De forma breve, Dubar (1998, p. 19) conceitua a identificação como um processo de construção subjetiva de uma definição sobre si, no qual o indivíduo se compreende como pertencente a um determinado grupo. De acordo com Duré, De Andrade e Abílio (2023), o processo subjetivo de identificação é movimentado por uma definição de si, do que somos e do que queremos nos tornar; e de uma definição do outro, do como não somos e do que não queremos nos transformar.

Para o servidor TAE, a consolidação desse processo identitário contribui para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da consciência do seu papel na própria instituição.

Esse movimento também possibilita enfrentar a desvalorização e a invisibilidade, historicamente associadas à carreira TAE, promovendo mais segurança na sua prática profissional.

Para a UFPB, servidores com identidade profissional fortalecida tendem a atuar de forma mais crítica, ética e comprometida com os princípios da universidade pública. Outrossim, pode-se inferir que tudo isso qualifica os serviços prestados à comunidade acadêmica, além de valorizar o próprio trabalho. Assim, Silva (2023) assevera que nesse contexto, os servidores, dentre eles, os Técnicos em Assuntos Educacionais, se deparam com o desafio de executar atividades inerentes ao cargo, em meio ao processo de desenvolvimento profissional e de sua identidade profissional que precisa de apoio institucional.

Nesse sentido, urge apresentar as contribuições da pesquisa de Silva (2023) sobre o Desenvolvimento profissional e identitário dos técnicos em assuntos educacionais do IFPB, ao afirmar que:

[...] Considerando os TAEs como licenciados de áreas diversas e o novo cargo que passam a assumir, compreendemos que o seu processo identitário e de formação se desenvolve ao longo de sua trajetória de vida profissional, delineando sua maneira de ser e de estar na profissão em meio a um processo de lutas e conflitos, que ocorre em determinados contextos institucionais e sociopolíticos (Silva, 2023, p. 60)

Importante mencionar que o processo de identificação profissional do servidor TAE foi iniciado a partir do seu desenvolvimento acadêmico, mormente através da formação no PPGAES, evidenciando a necessidade da qualificação profissional para alcance desse processo profissional.

Silva (2023) ressalta, ainda que, embora a formação inicial atenda às exigências do cargo, a diversidade de licenciaturas entre os TAEs mostra-se insuficiente para o pleno desempenho das atividades. Para superar tais lacunas formativas, destaca a necessidade de formação continuada voltada para esses servidores.

Sobre o assunto, faz-se oportuno mencionar a pesquisa de Silva *et al.* (2024) ao afirmar que a identidade do TAE ainda se encontra em construção e perpassa necessariamente pela percepção e pelo reconhecimento do seu trabalho pelos demais membros da equipe de trabalho.

As autoras supracitadas asseveram que se observou também que outros fatores dificultam a construção dessa identidade no universo do TAE, como a falta de coerência entre as atividades executadas e as atribuições exigidas pelo cargo. Isso reforça ainda mais a relevância e contribuições do programa de pós-graduação objeto desta pesquisa para os TAEs.

Retomando os registros da sessão de GF, a contribuição da formação no PPGAES para

o desenvolvimento dos TAE foi enaltecida em relação à ampliação da perspectiva profissional do cargo na Instituição. Entre os aspectos recorrentes nas falas dos sujeitos da pesquisa, destaca-se, a partir da **visão ampliada acerca do que é a Universidade**, apresentadas a seguir:

[...] Passei a conhecer melhor a instituição, melhorei a compreensão a respeito do espaço onde eu estava, de me definir melhor, de me posicionar melhor, e de compreender realmente esse espaço institucional aqui onde eu estava naquele momento lotada". (TAE 2/ UFPB). (Grifo do autor).

[...] O mestrado eu acho que me ajudou numa outra dimensão do que é a universidade. (TAE 6/ UFPB). (Grifo do autor).

Pode-se mencionar no sentido do que fora falado pelos TAEs que, conforme a pesquisa de Da Costa e Galleli (2014), a Universidade é considerada uma organização complexa não só pela sua condição de instituição especializada, mas principalmente pelo fato de executar tarefas múltiplas e atender aos mais diversos segmentos de público. Desse modo, compreender melhor o ambiente de trabalho em que se atua é importante para o desenvolvimento do trabalho de qualquer profissional, mais ainda, quando se refere ao trabalho de um Técnico em Assuntos Educacionais, que é um profissional com formação em educação e atribuições típicas nesse sentido inserido num ambiente organizacional com essas finalidades precípuas, educação, a saber, a Universidade Pública.

Além disso, pelas falas apresentadas, observa-se que havia uma necessidade de conhecer/reconhecer a Universidade com uma perspectiva diferente, haja vista que esses sujeitos já a conheciam como servidores, todavia, apenas no seu microambiente e com limitações de percepção do *lócus* de trabalho. Com a formação no programa de pós-graduação, houve o alcance dessa suposta necessidade, a de aprimorar a visão sobre a Universidade, agora como discente de pós-graduação *stricto sensu*.

Oportuna-se ainda pontuar que as falas mencionadas anteriormente evidenciam que a participação no mestrado não promoveu apenas uma ressignificação de sua compreensão acerca do que é a Universidade, aspecto que já é importante no contexto, mas também contribuiu para o fortalecimento de sua capacidade de posicionamento no contexto institucional.

Outro ponto mencionado ao decorrer do grupo focal deste tópico foi acerca da possibilidade de, à luz da formação no PPGAES, criar uma rede colaborativa de apoio e de conhecimento, conforme mencionado pelo(a) TAE 5 no trecho a seguir:

[...] Você consegue criar muita rede de contato, de colaboração, de apoio, de conhecimento. E isso é algo muito importante para o trabalho.

(TAE 5/UFPB). (Grifo nosso).

Inseridos em um ambiente complexo, como a Universidade, pode-se perceber a relevância dessa contribuição profissional do Programa de pós-graduação aos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais, a saber o fomento de uma verdadeira rede de apoio, de conhecimento e de trabalho, promovendo ainda mais relacionamentos interpessoais saudáveis no funcionalismo público. Nesse sentido, cumpre destacar que o relacionamento interpessoal no contexto organizacional é relevante assim como a perspectiva da qualificação do profissional. Quando os indivíduos possuem um relacionamento harmonioso, com sentimentos de afeto e simpatia, as chances de maior cooperação e produtividade aumentam. (Carvalho, 2009, p. 109).

Ampliando um pouco mais o debate, podemos dizer que essas redes ampliam o repertório profissional do servidor TAE, além também de favorecer práticas profissionais mais qualificadas e colaborativas no ambiente de trabalho e pode contribuir para a resolução de problemas de forma coletiva. Faz-se relevante também mencionar que a perspectiva do programa de pós-graduação, conforme relatado pela TAE 5 ao citar a “rede de colaboração e rede de apoio”, vai ao encontro de uma situação pouco percebida nas ambiências acadêmicas a nível de pós-graduação *stricto sensu*: o acolhimento e humanidade

Nesse sentido, entendemos que a promoção do acolhimento e da humanidade nos programas de pós-graduação *stricto sensu* constitui elemento importante para a consolidação de ambientes acadêmicos mais inclusivos e produtivos. Tais programas, marcados por exigências intelectuais elevadas e, muitas vezes, por intensas pressões relacionadas a prazos, produtividade e desempenho, demandam uma atenção sensível às condições subjetivas e às trajetórias individuais dos(as) pós-graduandos(as) e demais sujeitos envolvidos. A humanidade manifesta-se na construção de relações acadêmicas pautadas pela empatia e pelo diálogo, o que contribui para um ambiente mais colaborativo e menos competitivo.

5.3 Aprendizagens profissionais e contribuições para o setor de trabalho.

Nesta sessão serão apresentadas as aprendizagens profissionais e as contribuições para o setor de trabalho decorrentes da formação advinda do PPGAES destacados pelos Técnicos em Assuntos Educacionais nas sessões de Grupo Focal (GF). Inicialmente, apresentam-se as referências apresentadas pelos TAEs:

[...] A articulação, teoria e prática, que a gente enxerga no curso, no foco do curso, também vai orientando a gente as ações, a nossa atuação. Sobretudo, eu trabalho no foco da atuação, que é uma atuação de planejamento, aliás, a gente também acompanha o mês das atividades acadêmicas. Então a gente vai, de uma certa maneira, utilizando o que existe de conhecimento, integrando os princípios da pesquisa, da ética, da inovação. Quando a gente para um pouco para pensar como a gente era, e aquilo que a gente é hoje, por exemplo, a gente vê o quanto isso influencia as nossas intervenções, as nossas atuações. (TAE 2/UFPB)

[...] Acabei conhecendo bastante um dos quesitos [da Avaliação da CAPES] que acabo trabalhando nos programas de pós-graduação (PRPG). (TAE 3/UFPB)

[...] durante o mestrado, ainda em 2016, a gente conseguiu fazer a publicação de uma Instrução Normativa específica para organização da contratação de estudantes. Essa IN organizou a seleção dos estudantes e isso foi um grande avanço para a universidade. A gente também fez proposições para melhoria do estágio não obrigatório, e até hoje repercute também para o estágio obrigatório. São inúmeras as contribuições que o PPGAES dá, não só para o servidor enquanto TAE, mas com certeza para o setor e consequentemente para a formação dos nossos estudantes, que é o grande objetivo da nossa atuação no setor." (TAE 4/UFPB)

[...] Eu atuava no programa de monitoria como TAE, então realmente aquele trabalho de conhecer a fundo [o Programa de Monitoria] mudou a minha prática, mudou a minha visão enquanto gestão do programa. (TAE 5/UFPB)

Pelos depoimentos, identificamos o registro de aprendizagens profissionais resultantes da experiência formativa no PPGAES, que, por ser um programa profissional, visa ao desenvolvimento de pesquisas com foco em problemáticas concretas identificadas pelos TAEs/estudantes em suas instituições. Trata-se, pois, de uma proposta de formação com viés aplicado, isto é para a busca de soluções e proposições de alternativas de questões identificadas na prática profissional (Silva *et al*, 2022), no âmbito da política e gestão das instituições lócus da pesquisa (Resolução nº 08/2025 do CONSEPE/UFPB).

Verifica-se que cinco TAEs participantes do GF (72%) desenvolveram pesquisas em seus setores de trabalho na UFPB, sendo estimulados a buscarem soluções para problemas do cotidiano institucional, considerando o contexto de sua atuação profissional. Pelos depoimentos, infere-se que o PPGAES oportunizou a eles uma formação teórico-prática importante, que resultou em aprendizagens úteis ao seu desempenho profissional.

As aprendizagens desenvolvidas pelos TAEs se relacionam a determinada política institucional em questão (financiamento, monitoria, estágio, planejamento, avaliação da pós-graduação), fazendo-os sair de uma perspectiva de ação eminentemente normativa e prescritiva,

prevista para a função técnica, para uma prática laboral mais propositiva, fundamentada em princípios éticos, na articulação teoria-prática, dentre outros.

É possível notar que à luz das falas apresentadas, temos variadas aprendizagens profissionais construídas pelos TAEs da UFPB. Podemos, inicialmente, pontuar como categoria teórica de análise o **aprimoramento das atribuições típicas do servidor TAE** nas dimensões de produção de material básico para cursos de capacitação, intervenções junto ao público discente, apoio acadêmico, compreensão melhor acerca do ensino, da pesquisa e da extensão na UFPB, desenvolvimento na pesquisa científica e acadêmica.

Isso se dá a partir da formação no PPGAES, conforme as próprias falas apresentadas pelos servidores.

[...]Eu fui fazer um curso promovido pela própria Universidade e quando comecei a ler o material, percebi que o meu trabalho estava sendo utilizado, foi usado como base o estudo e as referências que eu utilizei. Uma das bases foi minha dissertação porque eu dei uma cópia na própria comissão de acessibilidade, realmente eu fiquei muito feliz. (TAE 1/UFPB)

[...] Eu atuava no programa de monitoria como TAE, então realmente aquele trabalho de conhecer a fundo mudou a minha prática, mudou a minha visão enquanto gestão do programa. (TAE 5/UFPB)

[...] E a gente fez algumas descobertas que, para mim, minha orientadora, direção de centro, que fiz questão da diretoria estar na minha banca, foram algumas descobertas interessantes que ela não sabia[aprimorar a avaliação dos cursos de Graduação do CE], minha orientadora também não sabia, e outras perspectivas que isso foi muito relevante... (TAE 7/UFPB). (TAE 7/UFPB)

Todas as contribuições mencionadas também se coadunam com as funções e atribuições típicas do servidor Técnico em Assuntos Educacionais, notadamente, à descrição sumária do cargo de TAE prevista por normativo ministerial, a saber o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, que prevê a coordenação das atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisão e avaliando estas atividades, bem como a assessoria nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (Brasil, 2005).

Verifica-se, pois, a aderência das aprendizagens adquiridas no PPGAES com as atribuições previstas no Ofício Ministerial mencionado, vez que foi possível estabelecer relação com as atribuições gerais dos TAEs, levando em consideração a descrição sumária do cargo de TAE.

Infere-se que as aprendizagens adquiridas no Programa com foco nas políticas públicas, gestão e avaliação das IES contribuiu não apenas para compreender a Universidade e seus setores, mas para o exercício profissional em perspectiva ampliada. Como muitos TAE atuam

em contextos variados, as contribuições da formação recebida extrapolaram a dimensão pedagógica do cargo, voltando a atenção para os seus *lôcus* de trabalho a partir de uma visão mais sistêmica, direcionado para suas respectivas áreas de atuação e/ou interesse. E com isso eles articulam essas aprendizagens, fazendo-os avançar, articulando a teoria-prática dentro de uma perspectiva da práxis para atender às situações problemas que foram alvo de atenção em suas pesquisas.

Destarte, percebe-se que os TAEs desenvolvem trabalhos que atravessam a rigidez de normativos ou Ofícios, indo para além das execuções técnicas e alcançando reflexão e ação, ou seja, a perspectiva de agir com a consciência crítica sobre o fazer, a perspectiva da práxis. Para Vázquez (2011), a práxis é uma relação entre teoria e prática na qual possa haver uma transformação da realidade existente, não havendo a separação entre estes dois elementos, que formam uma unidade.

Para Consoante Francisconi e Giacomazzo (2024), a práxis é uma atividade desenvolvida por um sujeito mais livre e consciente que torna a atividade mais humana, onde a atividade precisa da teoria. Ainda conforme as autoras, para que a práxis seja entendida, faz-se necessário ultrapassar os limites da consciência comum, a práxis não é apenas a prática, mas algo superior que promove transformação.

Coutinho (2022), em seu trabalho acerca “da prática em movimento à práxis pedagógica do Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito do IFRN”, assevera que a práxis profissional pode ser concebida como um movimento reflexivo que perpassa pelo imprevisível e pela opacidade, exigindo lucidez e reflexão. Entendemos aqui que a práxis profissional dos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB tende a manifestar-se como uma ação que ultrapassa a dimensão meramente operacional, constituindo-se como prática refletida e situada.

Como já foi pontuado de modo preliminar, as atribuições formais do cargo tendem a ser normativas, burocráticas e prescritivas, todavia, na prática os TAEs, à luz dos achados desta pesquisa, reinterpretem funções, propõem soluções, articulam aprendizagens e também ocupam espaços não previstos formalmente.

Desse modo, a práxis profissional dos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais apresenta-se como um processo dinâmico e em construção, no qual as aprendizagens produzidas, atravessam os limites institucionais formalmente atribuídos ao cargo. Nesse movimento, essas aprendizagens e experiências contribuem para a consolidação de práticas mais críticas, reflexivas, e criativas, e evidencia a ampliação do papel desses profissionais para além de uma atuação meramente técnico-administrativa.

Ainda sobre o assunto, faz-se relevante apresentar a pesquisa de Martins e Da Silva (2020) ao afirmarem que a discussão acerca do trabalho dos técnicos em assuntos educacionais passa, fundamentalmente, pela discussão do trabalho de natureza pedagógica e do trabalho de natureza administrativa. Essa dimensão é oportuna para se discutir haja vista que em que pese os TAEs desenvolverem em algum momento atividades administrativas, a natureza do seu trabalho e da sua função é tipicamente pedagógica e de gestão de processos educativos.

Essas questões já são objeto de atenção há anos, doravante em 1979 foi publicado o documento “Considerações sobre a situação atual dos técnicos em assuntos educacionais no MEC”, um estudo realizado pelo Departamento de Pessoal do então Ministério da Educação e Cultura, que procurava desmistificar a figura do técnico em assuntos educacionais na estrutura da administração pública brasileira (Ministério da Educação e da Cultura, 1979).

Na seção de análise das entrevistas do referido documento, encontrou-se o seguinte resultado para a Pergunta 10 –fatores relevantes e que prejudicam o desempenho dos TAEs:

Várias opiniões dos entrevistados apontam como uma das causas principais a indefinição das atribuições do TAE: afinal de contas, o que se quer do TAE? O que ele deve fazer? Uma vez que esta indefinição existe, o que ocorre em geral, é a subutilização de TAE's qualificados, desperdiçados em tarefas burocráticas; a improvisação do seu trabalho (o fazer de tudo, a qualquer momento); os desvios de função (os TAE's trabalhando em áreas que não correspondem ao seu cargo) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1979, p. 101).

Diante desse cenário, para os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais, o aprimoramento dessas atribuições configura **um reposicionamento e também uma valorização profissional dentro da Universidade**. Esse desenvolvimento e aprimoramento das competências próprias do servidor TAE relacionadas à pesquisa acadêmica, à intervenção qualificada junto ao público discente e à produção de materiais formativos ampliam sua atuação para além de rotinas operacionais ou meramente burocráticas.

Ainda sobre o assunto, Martins (2019) afirma que o trabalho dos TAEs adquire maior sentido quando há efetiva participação nos processos de ensino-aprendizagem e quando estes trabalhadores se enxergam enquanto integrantes de equipes de trabalho, atuando para a consecução das finalidades institucionais perante a sociedade.

Portanto, ao citar uma melhor compreensão do tripé ensino, pesquisa e extensão contribui para que esses servidores tenham um aprimoramento também do próprio sentido institucional de seu trabalho, e isso ainda fortalece a identidade profissional.

Ainda sobre o tópico discutido, e ampliando a discussão sobre as aprendizagens profissionais dos TAEs e contribuições para o trabalho, é apresentada a fala do(a) TAE 6, conforme a seguir:

[...] Com o mestrado eu pude compreender um pouco mais os limites do meu cargo, o que dá para fazer no meu cargo em relação ao meu trabalho numa coordenação para ajudar os estudantes. Então eu acho que fez muita diferença. TAE 6/UFPB.

Na perspectiva do trabalho, essa fala é relevante pois pode possibilitar redução de situações de desvio de função, ou ainda exigências incompatíveis com o cargo, e isso garante mais segurança laboral e funcional ao servidor. Pode-se afirmar também que ao mencionar “*pude compreender um pouco mais sobre os limites do meu cargo*” o(a) servidor(a) TAE em epígrafe apresenta uma perspectiva de amadurecimento profissional sobre as atribuições do cargo na Universidade.

Faz-se relevante informar que o Técnico em Assuntos Educacionais é um dos servidores técnico-administrativos destinados a algumas das atividades mencionadas e cuja formação exigida é a de nível superior, entretanto sua invisibilidade e subaproveitamento são relatadas desde o primeiro documento/estudo encontrado em referência à temática, intitulado “Considerações sobre a situação atual do Técnico em Assuntos Educacionais no MEC” (BRASIL, 1979a).

Outrossim, pode-se inferir que essas contribuições do PPGAVE ao desenvolvimento e aprimoramento das atividades do cargo reafirma o papel do servidor TAE como agente educacional, a própria formação no Programa contribui para mitigar visões reducionistas sobre o papel desses servidores na Universidade, ao tempo em que evidencia a dimensão intelectual desses servidores.

É justamente nesse sentido que a pós-graduação no âmbito do PPGAES deixa de ser apenas um espaço para obtenção de titulação acadêmica, ainda que também seja válida essa perspectiva, e se posiciona como um processo de fortalecimento institucional através da capacitação e formação de seus servidores egressos.

A pesquisa de Silva *et al.* (2024) sobre o papel do Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) na educação profissional e tecnológica revelou que os diretores de ensino reconhecem a importância desses profissionais para o processo educativo, embora o escopo de atuação dos TAEs permaneça limitado.

É relevante ainda situar que no contexto de revogação do Ofício que previa as atribuições do cargo – malgrado ainda ser base para muitos trabalhos acadêmicos

5.4 Expectativas e Oportunidades geradas a partir do mestrado profissional (PPGAES) na instituição e fora dela.

Nessa seção serão apresentadas as falas dos TAEs no que se refere às suas expectativas e oportunidades produzidas após a conclusão do Mestrado Profissional - PPGAES - UFPB. Essa dimensão da Expectativa/Oportunidade também é em relação ao ambiente interno da UFPB e ao ambiente profissional externo à Universidade.

a) Oportunidades para desenvolvimento de atividades acadêmicas/pedagógicas na UFPB.

Abordou-se a categoria de análise “Oportunidades para desenvolvimento de atividades acadêmicas/pedagógicas na UFPB”, decorrente das falas apresentadas pelos TAEs 1 e 5. Nesse sentido, inicialmente, cabe pontuar a relevância da oportunidade que fora mencionada pelo TAE 1: o convite e participação em bancas na área da pesquisa por ela desenvolvida.

[...] Fui convidada para fazer parte de bancas na área, e isso me deixava muito feliz. Gerou a participação em algumas bancas, e em outros centros, inclusive. Gerou também a participação e apresentação em grupos de estudos na Universidade de São Paulo, e em grupos de estudos aqui da UFPB, no CCTA e no CE. (TAE 1/UFPB).

[...] Me oportunizou a seguir para o doutorado. (TAE 5/UFPB).

Essa oportunidade aqui discutida nos remete à problemática da invisibilidade do servidor Técnico em Assuntos Educacionais, ao tempo em que também aponta para a problemática da subutilização desses servidores nas IES. Pode-se constatar, nesse sentido, que a formação no PPGAES promoveu não apenas oportunidades profissionais no âmbito interno da UFPB para o servidor TAE, mas também acadêmicas, como participação em bancas e participação de grupos de pesquisa e a continuidade de estudos em nível de doutorado.

Essas oportunidades colaboram com a superação de dificuldades historicamente pesquisadas desses servidores. Sobre esse assunto reitera-se a pesquisa de Sanseverino (2015) – cuja pesquisa indicou uma série de ações de como os TAEs podem contribuir para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto de Educação de Angra dos Reis.

Ainda sobre o assunto, Arruda (2019) afirma que foi possível documentar em sua pesquisa que objetivou entender as práticas fora da sala de aulas dos TAEs da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE que parte dos TAEs adota variadas táticas e estratégias, dentro das dinâmicas institucionais, para realizar atividades pedagógicas.

A mesma autora afirma que assume a posição de defesa do incentivo à prática dos TAEs

dentro da perspectiva do fazer pedagógico, concluindo que o exercício das suas atribuições legais traz ganhos no desenvolvimento institucional, contribuindo para a promoção da “reestruturação acadêmico-curricular e da inovação pedagógica” (Brasil, 2009)

A busca do desenvolvimento integral de suas atribuições e notadamente àquelas de cunho pedagógico é mister para os TAEs. Assim, reitera-se a pesquisa de Moura (2017) ao afirmar que malgrado as dificuldades, vê-se que os TAEs lutam por esse lugar, esforçam-se para construí-lo, entram em confronto com aqueles que se opõem ao seu fazer e fazem valer, de algum modo, a importância de suas atividades pedagógicas na universidade.

Outrossim, conforme a mesma autora supracitada, em se tratando de uma categoria cuja atribuição, embora definida, encontra um lugar mal traçado no cotidiano da universidade, tem-se no próprio esforço do TAE para empreender a luta pelo seu lugar uma marca de sua profissionalização.

Martins (2019) dá ainda maior relevância ao que aqui está sendo discutido ao afirmar que o trabalho dos(as) técnicos(as) em assuntos educacionais perde sentido quando predominam as atividades burocrático-administrativas e quando inexistente o trabalho coletivo de se pensar a educação.

Nesse diapasão, conforme Silva (2023) em que pese tenha sido expressado pela maioria dos respondentes que a formação inicial atenda às exigências do cargo, a formação em licenciaturas diversas entre os TAEs é incipiente para o desempenho das atividades desenvolvidas por eles, havendo indicações da necessidade de formação continuada, com foco em especificidades da atuação na instituição. Desse modo, entende-se também que a própria formação no curso de mestrado profissional torna-se mister para o desempenho das atividades desses servidores, colaborando também com um processo de conquista de espaço profissional na Universidade.

Por conseguinte, pode-se inferir que a formação no PPGAES contribuiu de modo contundente para oportunizar aos TAEs a vivência de experiências pedagógicas próprias das suas atribuições profissionais. Entende-se que esse cenário traz ânimo à carreira dos TAEs, no sentido de abrir horizontes motivadores no que tange ao trabalho em si. Além disso, as falas aqui trazidas nessa sessão também se configuram como um movimento de conquista de espaço profissional desses servidores, conquista também com escopo animador para a carreira.

b) Expectativa de reconhecimento e de garantia de oportunidades aos TAEs no âmbito da UFPB

Nessa sessão, abriu-se a discussão sobre a categoria teórica da falta de reconhecimento e oportunidades destinadas aos TAEs no âmbito da UFPB. Notadamente apresentadas nas falas dos TAEs a seguir:

[...] Uma questão que eu tenho que falar é que muitas vezes a gente cria expectativas altas em relação a nossa capacitação, e que a gente vai absorver alguma demanda, vai ter algum retorno no setor de trabalho, alguma função e confiança, algum cargo de comissão. E a realidade acaba sendo diferente, porque na instituição ainda há uma desvalorização dos técnicos. Muitas das vezes, as pessoas que vem assumir o setor vêm sem nenhum conhecimento prévio e a gente é que tem que ensinar no setor, sendo que a gente é mais capacitado para absorver aquele setor, e não tem reconhecimento. Então eu acho que o técnico ainda precisa ser visto melhor, a capacitação do técnico precisa acontecer, mas também a oportunidade precisa ser dada e não só aos docentes. Eu acredito que o caminho também é esse para a gente mudar alguma coisa em relação a atuação dos técnicos. (TAE 3/UFPB).

[...] Eu acho que esse problema da falta de reconhecimento dos técnicos deixa muito a desejar na universidade, pois os docentes são priorizados. Em relação às expectativas com o mestrado, inicialmente a expectativa era concluí-lo, mas realmente a motivação era o nosso plano de carreira (Incentivo à Qualificação). (TAE 4/UFPB).

[...] Bom, o reconhecimento é meu mesmo, pessoal, e como foi comentado, faz parte do plano de carreira, meio que um pouco a questão salarial. Para mim, o reconhecimento foi eu comigo mesma, que é entender um pouco mais a instituição, o meu trabalho, o meu papel e os limites do meu trabalho. (TAE 6/UFPB).

[...] Nós que somos técnicos, a gente já entra e vai fazer alguma coisa não esperando aplauso, porque é a gente por nós mesmos. A gente faz a nossa perspectiva, por nossas capacidades, pelo nosso IQ também. Muitas vezes nós TAEs para a UFPB é entendido como secretário de luxo. (TAE 7/UFPB).

Inicialmente, cabe mencionar que a maioria dos TAES sujeitos dessa pesquisa mencionaram no mesmo sentido a expectativa de reconhecimento e garantia de oportunidades no âmbito da Universidade.

Um relato forte é observado na fala do TAE 3, ao citar que “Muitas das vezes, as pessoas que vem assumir o setor vêm sem nenhum conhecimento prévio e a gente é que tem que ensinar no setor, sendo que a gente é mais capacitado para absorver aquele setor, e não tem reconhecimento.” Essa fala do TAE aponta para a perspectiva da falta de reconhecimento no sentido de oportunidades de funções de chefia/coordenação no serviço público, todavia, remete-nos também diretamente à política e à gestão da Universidade Federal da Paraíba, pois cabe à Gestão essas definições e oferecimento de oportunidades.

Diante desse cenário, torna-se bastante importante para o servidor o reconhecimento do seu trabalho em seu lócus de atuação, pois esse reconhecimento confere também satisfação e maior engajamento ao trabalho. Quando seu trabalho é reconhecido, todas as dificuldades e problemas enfrentados são convertidos em sentimentos de satisfação. No entanto, quando não há o reconhecimento dos esforços empreendidos pelo trabalhador, este é tomado por sentimentos de desvalorização. (Ferreira, 2013)

O TAE 3 continua ao asseverar que *“Então eu acho que o técnico ainda precisa ser visto melhor, a capacitação do técnico precisa acontecer, mas também a oportunidade precisa ser dada e não só aos docentes.”* Aqui, tem-se a situação comum no âmbito das Universidades: a primazia das atividades de chefia/coordenação aos docentes, que muitas vezes, conforme o próprio TAE afirma, não possui sequer conhecimentos básicos daquela atividade.

Já os TAEs 6 e 7 apresentam perspectivas aproximadas sobre o assunto, especificamente denotam que as expectativas foram no sentido pessoal de buscar desenvolvimento na carreira, conforme assevera o próprio TAE 6: *"Bom, o reconhecimento é meu mesmo, pessoal, e como foi comentado, faz parte do plano de carreira, meio que um pouco a questão salarial. A demanda salarial é um fator importante no desenvolvimento do servidor TAE na carreira, haja vista as remunerações pouco atrativas oferecidas ao servidor técnico administrativo atualmente, fato que geralmente tem gerado rotatividade e vacâncias no serviço público.*

Importante reiterar que o sistema de remuneração para a carreira dos Técnicos Administrativos em Educação é definido em rol taxativo conforme os ditames da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Segundo, Lima (2016) com um sistema de remuneração determinado por lei, os servidores da carreira TAE muitas vezes encontram-se desmotivados a apresentar um desempenho superior, visto que seu potencial raramente será recompensado fora da curva proposta pela lei.

De acordo Fernandes e Garcês (2025) pontuam que frequentemente, os servidores dedicam a maior parte do seu tempo e do seu esforço para alcançar as metas da organização, entretanto, seu esforço na maioria das vezes não é reconhecido por parte da instituição, levando esses trabalhadores a se sentirem desvalorizados podendo acontecer a perda de bons profissionais.

5.5 Sugestões dos Técnicos em Assuntos Educacionais para o aprimoramento do Programa de Pós-Graduação (PPGAES) para o desenvolvimento institucional e profissional.

Nessa sessão, abriu-se a discussão sobre a categoria teórica da falta de planejamento. Notadamente apresentadas nas falas dos TAEs a seguir:

[...] Eu acho que o próprio programa também promove isso (aprimoramento) nos eventos que elabora, que promove, que constrói. (TAE 1/UFPB).

[...] Eu vejo assim, antes do PPGAES desenvolver a grade curricular, as emendas deles, eu acho que faltou conhecer o que a universidade, os gestores, o que esperam da contribuição para a universidade proveniente do PPGAES. Então, acho que a gestão do PPGAES poderia ouvir, fazer uma roda de conversa com os gestores para saber o que é que eles querem. Outra coisa que eu acho importante seria dialogar com as unidades da UFPB para tentar introduzir o egresso nas funções em comissão ou funções de confiança após adquirir o conhecimento, porque depois a gente sai do programa e não há mais uma interlocução do PPGAES com a instituição. Vamos dizer assim: encontrar o caminho dentro da unidade que a gente pode seguir, poder atuar melhor com o conhecimento que a gente adquiriu no programa. (TAE 3/UFPB).

[...] A abordagem das disciplinas por parte de alguns professores não considera nosso contexto. Alguns gestores poderiam participar das nossas aulas como convidado para tornar o curso ainda mais interdisciplinar." (TAE 4/UFPB).

[...] Trazer realmente a visão dos TAEs da UFPB para a educação, seria algo interessante, daria maior visibilidade aos nossos trabalhos através de uma revista feita por TAEs para TAEs. E com certeza abrir o doutorado, porque é uma demanda nossa de técnicos. (TAE 5/UFPB).

[...] Eu não estou acompanhando a evolução do programa, então eu nem sei." (TAE 6/UFPB).

[...] A percepção que eu tive era que alguns não faziam, não tinham a menor ideia do que estavam fazendo ali, por quê? Não sabiam o que era um programa profissional, não trabalhavam nisso em aula, a visão era completamente alheia a um programa profissional e era muito voltado ao que é exclusivamente acadêmico, o que não é um problema. Mas não pode ser uma regra. Esperando e cobrando que encaixasse temáticas que não eram relevantes, que não eram objeto de estudo e que não eram pertinentes nos objetos de pesquisa da gente, a ponto de a gente ter retrabalhos. Então, digamos, essa reunião de planejamento, por exemplo, no mesmo período, eu estava com duas disciplinas, que seriam disciplinas diferentes, mas os dois professores da mesma disciplina passaram o mesmo trabalho. (TAE 7/UFPB).

Diante do registro das falas acima apresentadas, entende-se que as aproximações do que fora falado coincide com a perspectiva das seguintes categorias de análise: Falta de planejamento do Programa e estratégias para dar visibilidade aos trabalhos dos TAEs. A fim de facilitar a compreensão das dimensões sugeridas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais para o Programa de Pós-Graduação, apresentamos o quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Registros de falas e dimensão da sugestão apresentadas pelos TAES.

TAE 3	Dimensão da Sugestão
<i>[...] Outra coisa que eu acho importante seria dialogar com as unidades da UFPB para tentar introduzir o egresso nas funções em comissão ou funções de confiança após adquirir o conhecimento, porque depois a gente sai do programa e não há mais uma interlocução do PPGAES com a instituição.</i>	Oportunidades aos Egressos
TAE 4	Dimensão da Sugestão
<i>[...] A abordagem das disciplinas por parte de alguns professores não considerava nosso contexto. Alguns gestores poderiam participar das nossas aulas como convidado para tornar o curso ainda mais interdisciplinar.</i>	Desenvolvimento de ementas mais inclinadas às realidades dos TAES.
TAE 5	Dimensão da Sugestão
<i>[...] Trazer realmente a visão dos TAES da UFPB para a educação, seria algo interessante, daria maior visibilidade aos nossos trabalhos através de uma revista feita por TAES para TAES. E com certeza abrir o doutorado, porque é uma demanda nossa de técnicos.</i>	Mecanismos para fornecer maior visibilidade às pesquisas.
TAE 7	Dimensão da Sugestão
<i>[...] A percepção que eu tive era que alguns não faziam, não tinham a menor ideia do que estavam fazendo ali, por quê? Não sabiam o que era um programa profissional, não trabalhavam nisso em aula, a visão era completamente alheia a um programa profissional e era muito voltado ao que é exclusivamente acadêmico, o que não é um problema. Mas não pode ser uma regra. Esperando a cobrando que encaixasse temáticas que não eram nosso objeto de estudo e que não eram pertinentes nos objetos de pesquisa da gente.</i>	Capacitação aos docentes acerca dos Mestrados Profissionais.
TAE 7	Dimensão da Sugestão
<i>[...] Trazer realmente a visão dos TAES da UFPB para a educação, seria algo interessante, daria maior visibilidade aos nossos trabalhos através de uma revista feita por TAES para TAES. E com certeza abrir o doutorado, porque é uma demanda nossa de técnicos.</i>	Mitigar/Evitar a duplicidade de esforços dos discentes no atendimento de demandas acadêmicas. (maior diálogo entre os docentes).

Fonte: Elaborado pelo Autor (2026).

No que tange às falas sobre falta de planejamento do Programa, é importante pontuar que a maioria absoluta dos sujeitos dessa pesquisa são egressos das primeiras turmas do

PPGAES. Assim, notadamente, foram participantes da gênese do Programa, e é esperado que surjam alguns problemas nesse sentido do planejamento. Todavia, não se pode descartar ou mitigar as falas apresentadas nesse sentido pelos TAEs.

As falas dos TAEs acima que mencionam no sentido de queixas aos problemas de planejamento à época são críticos pois afetam o desempenho dos estudantes e também pode contribuir para possíveis evasões ao curso, fato que, infelizmente, é comum em programas de pós-graduação stricto-sensu no âmbito de Universidades públicas.

A exigência de trabalhos acadêmicos com objetos de estudo alheios ao contexto de pesquisa e de trabalho dos discentes/servidores, disciplinas com ementas mais voltadas à perspectiva de um mestrado acadêmico e com duplicidade de cobrança, como na fala *“no mesmo período, eu estava com duas disciplinas, que seriam disciplinas diferentes, mas os dois professores da mesma disciplina passaram o mesmo trabalho”* revelam que essas situações atrapalham e geram mais dificuldades à conclusão do curso pelos discentes.

Acerca das estratégias para dar visibilidade aos trabalhos dos TAEs, foi mencionado a produção de uma revista nesse sentido. Entende-se que essa fala/sugestão apresentada pelo(a) TAE 5 é bastante oportuna, haja vista que, conforme já fora apresentado em tópico pretérito dessa pesquisa, os TAEs têm desenvolvido pesquisas enriquecedoras e também com caráter de inovação para a instituição, o que por si só, já justifica não apenas uma ferramenta desse sentido da visibilidade, como também a abertura do doutorado no âmbito do PPGAES.

É nessa perspectiva que apresentamos na presente pesquisa uma página na internet como ferramenta interativa e disponível na web associada ao site do PPGAES, como um painel com as pesquisas desenvolvidas pelos TAEs egressos do Programa e a expertise fomentada por cada um, link para a pesquisa na íntegra, acesso ao currículo lattes.

6 AS CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E SUAS DEVOLUTIVAS À INSTITUIÇÃO.

“São inúmeras as contribuições que o PPGAES dá, não só para o servidor enquanto TAE, mas com certeza para o setor e consequentemente para a formação dos nossos estudantes, que é o grande objetivo da nossa atuação no setor”. (TAE 4/UFPB).

Nessa seção serão apresentadas as falas dos TAEs no que se refere às devolutivas de suas pesquisas para a UFPB - inclusive na perspectiva das produções dos PTTs - com enfoque nas contribuições institucionais fornecidas à UFPB.

A fim de descortinar a discussão aqui proposta faz-se necessário pontuar que a devolutiva das pesquisas desenvolvidas pelos TAEs egressos do PPGAES também foi objeto de estudo deste trabalho, sob a análise das contribuições à Instituição, notadamente a UFPB.

De acordo com Rocha, Da Silva e Dellazzana-Zanon (2021), a devolutiva dos resultados da pesquisa deixou de ser, tão somente, uma obrigação burocrática para se tornar um processo significativo aos participantes da pesquisa e às instituições de ensino envolvidas. Os mesmos autores ainda finalizam sua pesquisa sugerindo a realização de estudos sobre os processos de devolutivas de resultados nas universidades públicas.

Conforme Almeida *et al.* (2018) em sua pesquisa sobre a devolutiva como exercício ético-político do pesquisar, entendem a divulgação dos achados como cultivo de um processo que potencializa a entrada participativa de todos os envolvidos na pesquisa, que transforma modos de pesquisar-intervir, abrindo novos cursos éticos por onde a vida pode se movimentar e transformar-se.

Outrossim, consoante Plesth e Souza (2021), defendem que a devolutiva da pesquisa é parte constitutiva da ética e da transparência com os participantes em pesquisas na área das Ciências da Educação. Assim, entende-se que a devolutiva é também compromisso e responsabilidade do autor com os sujeitos da pesquisa.

Além disso, os autores acima citados afirmam que a devolutiva pode ser realizada de formas distintas, pois existem várias possibilidades de retorno aos participantes e às instituições que compõem o campo de pesquisa. Na pesquisa inserida junto ao ebook "Ética e pesquisa em Educação: subsídios", Plesth e Souza (2021) pontuam algumas sugestões de estratégias que segundo os autores merecem destaque, como a apresentação da pesquisa, a audiência pública, a devolutiva por meios digitais e ainda a publicação em periódicos científicos.

Dessarte, como argumentam Alves e Teixeira (2020), a devolutiva é relevante procedimento para fomentar o debate, divulgar a ciência produzida na área de Humanidades, de alguma maneira, prestar contas à sociedade.

Ademais, à luz dos atores supracitados, tem-se que a devolutiva é o próprio processo de construção coletiva, determinante para definir a cada momento os caminhos da pesquisa. É produzir uma torção nisso, que é direção já estabelecida, experimentando possibilidades que o próprio caminhar nos traz.

É de acordo com essa perspectiva de compreensão da devolutiva que é apresentado a seguir, primeiro as falas dos TAES sujeitos dessa pesquisa sobre o assunto, e em segundo lugar, as pesquisas por eles desenvolvidas e uma análise a partir de suas pesquisas desenvolvidas no âmbito da instituição.

Na sessão de Grupo Focal (GF), foi possível identificar três situações de registro de devolutiva que resultou em contribuição a partir do Produto gerado para a Instituição sendo traduzidas nas falas dos sujeitos a seguir:

[...] Eu fui fazer um curso promovido pela própria Universidade e quando comecei a ler o material, percebi que o meu trabalho estava sendo utilizado, foi usado como base o estudo e as referências que eu utilizei." "Uma das bases foi minha dissertação porque eu dei uma cópia na própria comissão de acessibilidade, realmente eu fiquei muito feliz. (TAE 1/UFPB)

[...] O meu trabalho gerou um produto, que na verdade foram sugestões para melhoria da internacionalização dos processos, porque hoje na UFPB a gente ainda não tinha uma política na internacionalização que congregasse todas as ações. Até o atual gestor da minha unidade disse que estava procurando algumas coisas sobre internacionalização da universidade e encontrou meu trabalho. (TAE 3/UFPB)

[...] A gente investigou a experiência dos estudantes de pedagogia, identificamos tanto as potencialidades quanto às fragilidades do estágio. E aí durante o mestrado, ainda em 2016, a gente conseguiu fazer a publicação de uma Instrução Normativa específica para organização da contratação de estudantes. Essa IN organizou a seleção dos estudantes e isso foi um grande avanço para a universidade. A gente também fez proposições para melhoria do estágio não obrigatório, e até hoje repercute também para o estágio obrigatório. São inúmeras as contribuições que o PPGAES dá, não só para o servidor enquanto TAE, mas com certeza para o setor e consequentemente para a formação dos nossos estudantes, que é o grande objetivo da nossa atuação no setor. (TAE 4/UFPB).

[...] E a gente fez algumas descobertas que, para mim, minha orientadora, direção de centro, que fiz questão da diretoria estar na minha banca, foram algumas descobertas interessantes que ela não sabia, minha orientadora também não sabia, e outras perspectivas que isso foi muito relevante. No meu caso, além da minha dissertação, eu elaborei 13 propostas com ações. (TAE

7/UFPB).

Pelos registros supracitados dos Técnicos em Assuntos Educacionais fica possível compreender que, por vezes, o TAE sequer tem conhecimento do impacto do seu trabalho/pesquisa e de sua contribuição, a julgar pelo que identifica o TAE 1 que apenas descobriu a utilização quando participou de uma curso/ação de capacitação. De outra forma, verifica-se no registro de fala do TAE 3 que a sua contribuição estava relacionada diretamente ao seu lócus de trabalho, vez que sua contribuição/Produto focava numa questão que já era demandada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPB (PRPG-UFPB), que era a internacionalização.

Situação semelhante ocorreu a partir dos registros de fala dos TAE 4 e do TAE 7 que sua contribuição/produto já estava afinada com as demandas do setor, a saber a Coordenação de Estágio - Pró-Reitoria de Graduação da UFPB (PRG-UFPB) e com isso desenvolveu uma proposta de Resolução Interna acerca da regularização e regulamentação do estágio na UFPB, que resultou em um instrumento de organização institucional e de qualificação dos processos formativos, além de ter colaborado também no sentido da segurança jurídica sobre a matéria de estágio. No caso do TAE 7 a sua contribuição também estava em consonância com as necessidades de um centro de ensino, a saber o Centro de Educação - CE/UFPB, que também é lócus de trabalho do servidor em questão.

Destarte, percebe-se a importância dos programas de mestrados profissionais que têm essa perspectiva aplicada e que também tem em vista a identificação de problemáticas concretas que afetam a instituição. Entende-se que quanto mais bem definidos e delimitados esses Produtos, tanto mais irão atender as demandas das Instituições e dos seus respectivos setores.

Diferentemente, nos registros de falas dos demais Técnicos em Assuntos Educacionais não tiveram tanta clareza em relação às contribuições do desenvolvimento de um Produto Técnico-Tecnológico. Isso remete à própria condição do Programa de Pós-Graduação (PPGAES) à época, haja vista que o desenvolvimento de um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) só passou a ser obrigatório a partir de 2023, conforme as disposições da Resolução Interna nº 03/2023 do PPGAES/CE/UFPB. Ainda assim, os respondentes indicaram contribuições decorrentes das suas pesquisas em esferas diversas. Conforme os registros de falas dos TAE a seguir:

[...] Em relação ao meu projeto, como não era um projeto de intervenção, não houve impacto de forma direta dentro do setor, mas sim na questão da visão, da metodologia, da precisão, do comprometimento, da própria resignificação do saber. (TAE 2/UFPB)

[...] A devolutiva foi ampliar pesquisa para o programa. (TAE 5/UFPB)

[...] O produto sou eu mesma com uma compreensão mais profunda do que é a universidade do ponto de vista histórico e na compreensão dos limites do meu papel. E como eu usei lá um pouco aquela metáfora com Alice no País das Maravilhas, até hoje me ajuda muito porque toda vez que eu tou querendo ser muito rígida em relação a querer ver as coisas de forma muito rígida, eu entendo." Sei que algumas pessoas conhecem o trabalho, mas são pessoas próximas e não sei se houve alguma devolutiva. (TAE 6/UFPB).

Os registros de falas dos Técnicos em Assuntos Educacionais acima revelam que nem todos apresentaram clareza imediata acerca das contribuições concretas de suas investigações para a Instituição. Isso pode ser interpretado à luz do contexto institucional no qual essas pesquisas foram desenvolvidas. Nos depoimentos dos TAES 2, 5 e 7, observa-se uma certa dificuldade em explicitar de maneira objetiva os impactos institucionais diretos decorrentes dos estudos realizados, o que não significa, contudo, ausência de contribuição.

Ainda assim, mesmo diante dessa percepção inicial de incerteza, os participantes apontaram contribuições pontuais, como o impacto acadêmico de ampliação da pesquisa para o programa de Monitoria, a questão da resignificação do saber citada pela TAE 2 e, por fim, a identificação dela mesma como Produto decorrente da sua pesquisa, enquanto TAE. Esses elementos indicam que, embora nem sempre formalmente reconhecidas, as pesquisas produziram efeitos relevantes no âmbito institucional.

Entende-se que essa situação pode ser compreendida e é justificada pela própria realidade do Programa de Pós-Graduação à época em que os estudos foram desenvolvidos, haja vista que se encontrava em um processo de amadurecimento quanto à compreensão e delimitação do que se configurava como Produto Técnico-Tecnológico, especialmente no que se refere à sua natureza, aos seus formatos e às formas de evidenciar suas contribuições para a instituição.

A seguir, nesta seção, serão apresentadas as pesquisas desenvolvidas pelos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais que foram os sujeitos deste estudo. A apresentação dessas pesquisas buscou evidenciar, de forma sintética e sistematizada, os principais elementos que compõem cada trabalho, contemplando aspectos como temática investigada, objetivos, percurso metodológico e resultados alcançados.

Nesse sentido, optou-se pela elaboração de resumos ampliados das pesquisas, de modo a possibilitar uma compreensão mais abrangente acerca das problemáticas investigadas e das soluções ou reflexões produzidas no âmbito dos estudos desenvolvidos pelos egressos.

Ademais, além da síntese dos trabalhos, serão destacadas as contribuições identificadas para a Universidade Federal da Paraíba, considerando as contribuições institucionais decorrentes das pesquisas.

a) Fortalecimento das políticas educacionais internas no âmbito da UFPB

Nesta seção serão apresentadas as contribuições da pesquisa desenvolvida pela TAE 1, sujeito também desse trabalho. A seguir, será apresentado, inicialmente, um resumo mais abrangente da pesquisa desenvolvida pela servidora TAE sobre políticas de inclusão de discentes com deficiência no âmbito da UFPB.

Previamente, pode-se dizer que a fala da TAE 1 (já trazida no item 2 aqui discutido) vai ao encontro da expectativa de atuação do servidor TAE nos ambientes de sua inserção na Universidade: de aprimorar processos ou políticas educacionais importantes, como no caso da política de inclusão de discentes com deficiência. Outrossim, conforme surpresa na fala da própria TAE, foi observado o uso de sua pesquisa como base para desenho de cursos de capacitação no âmbito da UFPB.

Além disso, como ato importante quanto ao processo de devolutiva institucional, a própria servidora deixou uma cópia do seu trabalho no Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB. Entendemos que esse ato pode ter contribuído para o uso dessa pesquisa para o planejamento do curso de qualificação mencionada pela servidora.

No que tange à pesquisa desenvolvida pela TAE, temos que ela investigou as políticas de inclusão na Educação Superior voltadas à permanência e ao acesso de discentes com deficiência na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sua motivação surge das experiências pessoais e profissionais da autora, que, ao ingressar na universidade, enfrentou limitações estruturais e de formação que dificultavam a assistência às necessidades de estudantes com deficiência. Como ela relata: "em 2007, ao ingressar como servidora técnico-administrativa, deparamo-nos com um aluno com deficiência visual e, assim como outros profissionais, vimo-nos constrangidos em não poder assistir às necessidades básicas e de direito por ele reivindicadas."

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as contribuições das políticas de inclusão na educação superior para o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na UFPB. Os objetivos específicos incluem descrever as fases históricas do processo de inclusão, analisar as políticas nacionais e institucionais relacionadas, reconhecer o perfil dos estudantes com deficiência matriculados na universidade e analisar estratégias de permanência desses discentes.

A autora adotou uma abordagem qualitativa, realizando pesquisa descritiva, documental e bibliográfica. A coleta de dados foi feita por meio de análise de documentos oficiais e entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos, incluindo estudantes com deficiência, apoiadores e servidores administrativos. A análise dos resultados seguiu a técnica de análise de conteúdo, buscando compreender as percepções dos sujeitos sobre inclusão e acessibilidade, além de identificar os impactos das políticas institucionais.

Quanto aos resultados, constatou-se que as políticas de inclusão têm contribuído significativamente para o aumento do acesso e da permanência. A implementação de ações como a política de cotas, o Programa Incluir e o PNAES trouxeram avanços nesse sentido. No entanto, os desafios persistem, especialmente na formação de servidores para estratégias pedagógicas e no aprimoramento da infraestrutura arquitetônica. Como afirma a autora, "o processo de inclusão de discentes com deficiência na instituição precisa superar muitos desafios, especialmente no que diz respeito à falta de formação de servidores e às limitações nos sistemas de comunicação e na estrutura física".

Por conseguinte, a pesquisa conclui que, apesar de avanços, é necessário um esforço contínuo para fortalecer as ações inclusivas, considerando as demandas dos estudantes e promovendo a reestruturação das políticas institucionais.

b) Desenvolvimento da formação profissional na área de gestão educacional

É possível notar que, à luz das falas acima apresentadas, tem-se que, de acordo com o TAE 2, a contribuição é pontuada pela “ressignificação do saber”. Pode-se pontuar que o conhecimento adquirido no âmbito da pós-graduação deixa de ser compreendido apenas como acúmulo teórico e passa a orientar, de forma crítica e reflexiva, a prática profissional no cotidiano institucional. A ampliação da visão refere-se a uma compreensão mais abrangente da Universidade e de seus processos internos.

[...] Em relação ao meu projeto, como não era um projeto de intervenção, não houve impacto de forma direta dentro do setor, mas sim na questão da visão, da metodologia, da precisão, do comprometimento, da própria ressignificação do saber. (TAE 2/UFPB)

Cabe também aqui mencionar os aspectos sobre a pesquisa desenvolvida pelo TAE 2, mantendo a intencionalidade de apresentar as contribuições dos TAEs à luz das suas pesquisas desenvolvidas, objetivo também essa pesquisa.

A pesquisa do TAE 2 analisou o Programa Nacional Escola de Gestores para a Educação

Básica na Paraíba, realizado entre 2010 e 2012, com foco na sua proposta, execução e impacto na gestão escolar. Através de uma abordagem qualitativa, o estudo avalia a efetividade do curso de especialização oferecido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destacando as ações realizadas, dificuldades enfrentadas, e os resultados obtidos na formação dos gestores escolares. A investigação revela que a implementação do programa foi bem-sucedida em promover a aproximação entre teoria e prática, fortalecer a gestão democrática e ampliar conhecimentos dos gestores. Contudo, também identificou limitações relacionadas à burocracia e ao desenvolvimento de competências tecnológicas.

A autora apresenta diversos resultados quanto à execução do Programa Escola de Gestores na UFPB. Entre eles, destaca que a implementação do curso foi considerada bem-sucedida, especialmente no que se refere à cooperação federativa, à ampliação do conhecimento e ao aprofundamento das aprendizagens dos gestores escolares. Os depoimentos indicam que o programa promoveu mudanças significativas na prática dos gestores, como a ampliação do entendimento sobre a função da educação pública, o conhecimento da legislação educacional, a percepção da necessidade de mudança de ações no ambiente escolar, além da inclusão digital e a elaboração de projetos políticos pedagógicos mais alinhados à realidade social.

As contribuições para a UFPB incluem o **desenvolvimento da formação profissional na área de gestão educacional**, a ampliação do seu envolvimento com políticas públicas de educação e a consolidação de sua atuação como instituição promotora de ações relevantes para o desenvolvimento da gestão escolar no estado. Além disso, proporcionou melhorias na articulação entre os setores da universidade e o Sistema de Ensino, fomentando a experiência de parcerias institucionais e promovendo avanços na formação continuada de profissionais da educação.

Por conseguinte, tem-se que a contribuição da pesquisa da TAE em discussão, a saber o desenvolvimento da formação profissional na área de gestão da educação, é também um *locus* de trabalho do próprio servidor TAE, ou seja, as contribuições aqui tecidas dizem respeito às funções típicas do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais. Dessa forma, podemos ainda inferir que a pesquisa desenvolvida pela servidora TAE aprimora e aprofunda horizontes de uma função própria do cargo.

c) Fortalecimento das políticas educacionais externas no âmbito da UFPB: Internacionalização.

O TAE 3 em sua fala mencionou como contribuição sugestões para melhoria da

internacionalização dos processos na Universidade Federal da Paraíba, haja vista que, conforme o próprio TAE menciona, ainda não havia à época uma política na internacionalização que congregasse todas as ações necessárias para a instituição. Conforme a seguir:

[...] O meu trabalho gerou um produto, que na verdade foram sugestões para melhoria da internacionalização dos processos, porque hoje na UFPB a gente ainda não tinha uma política na internacionalização que congregasse todas as ações. Até o atual gestor da minha unidade disse que estava procurando algumas coisas sobre internacionalização da universidade e encontrou meu trabalho. (TAE 3/UFPB)

Constata-se que essa contribuição mencionada pelo TAE se configura como um importante **fortalecimento das políticas educacionais externas no âmbito da UFPB**, a saber a internacionalização, sobretudo em relação à pós-graduação na IES. Além disso, faz-se relevante pontuar que o servidor TAE em questão está lotado na Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG-UFPB). A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) é um órgão auxiliar da direção superior incumbido de planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades de pós-graduação e atua de forma localizada e específica no desenvolvimento dos programas de pós-graduação da UFPB. Esse processo de fortalecimento da política de internacionalização é imperioso, pois, conforme Bittencourt, Vedrine e Schwartz (2026) a internacionalização constitui um dos itens de avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPG) pela CAPES, contribuindo para atribuição dos conceitos mais elevados aos PPG do país.

Ainda de acordo com os autores acima citados, no contexto da pós-graduação, a internacionalização tornou-se um dos critérios centrais para a avaliação da qualidade dos programas acadêmicos, especialmente no sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aprofundando um pouco mais a discussão, Roberto *et al.* (2025) assevera que o objetivo central da internacionalização não se restringe ao fortalecimento da educação dos alunos, mas também busca evidenciar o valor social e político que a pós-graduação pode produzir. Ainda conforme os autores, aos benefícios acadêmicos e científicos gerados pela internacionalização, as IES também ganham com diversidade cultural, uma vez que, por meio dessa troca de experiência acadêmica.

Agora, será apresentado um resumo da pesquisa desenvolvida por esse TAE, cujo título é: Internacionalização dos programas de pós-graduação stricto sensu: o caso da Universidade Federal da Paraíba. A dissertação apresenta uma análise aprofundada do processo de internacionalização dos programas de pós-graduação stricto sensu na Universidade Federal da

Paraíba (UFPB), buscando contribuir para o entendimento das ações e estratégias adotadas pela instituição nesse âmbito. Na introdução, o autor destaca a relevância da internacionalização para o fortalecimento da pesquisa, ensino e extensão universitária, alinhada às demandas da globalização e às exigências dos órgãos de avaliação brasileira, como a Capes. Ressalta que, embora as ações de internacionalização tenham sido intensificadas nos últimos anos, ainda há um amplo espaço para desenvolver um processo mais institucionalizado e estruturado na instituição. Sua investigação parte do reconhecimento de que a compreensão do tema é escassa na literatura brasileira, especialmente no que diz respeito à socialização do conhecimento na pós-graduação, motivando a realização de um estudo que evidencie os caminhos percorridos pela UFPB nesse processo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa teve como principal meta analisar o desenvolvimento da internacionalização na pós-graduação stricto sensu na UFPB, identificando as ações realizadas, os fatores que facilitam ou dificultam esse processo, e propondo caminhos para seu aprimoramento. Além disso, buscou-se compreender as motivações institucionais e os resultados alcançados, bem como as percepções dos coordenadores dos programas de pós-graduação sobre essas ações. Essa análise visa oferecer um diagnóstico confiável e contribuir com as discussões acadêmicas e administrativas sobre a melhor estratégia de internacionalização na instituição.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, de abordagem descritiva e exploratória. A coleta de dados envolveu pesquisa documental de normativas internas, planos e relatórios institucionais, além de entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos programas de pós-graduação. Para análise dos dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin, seguindo etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento com inferência e interpretação. Como ferramenta de síntese, foi elaborada uma matriz SWOT, que permitiu identificar os pontos positivos e negativos do processo de internacionalização na UFPB. Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais aprofundada das ações concretas e das percepções dos envolvidos.

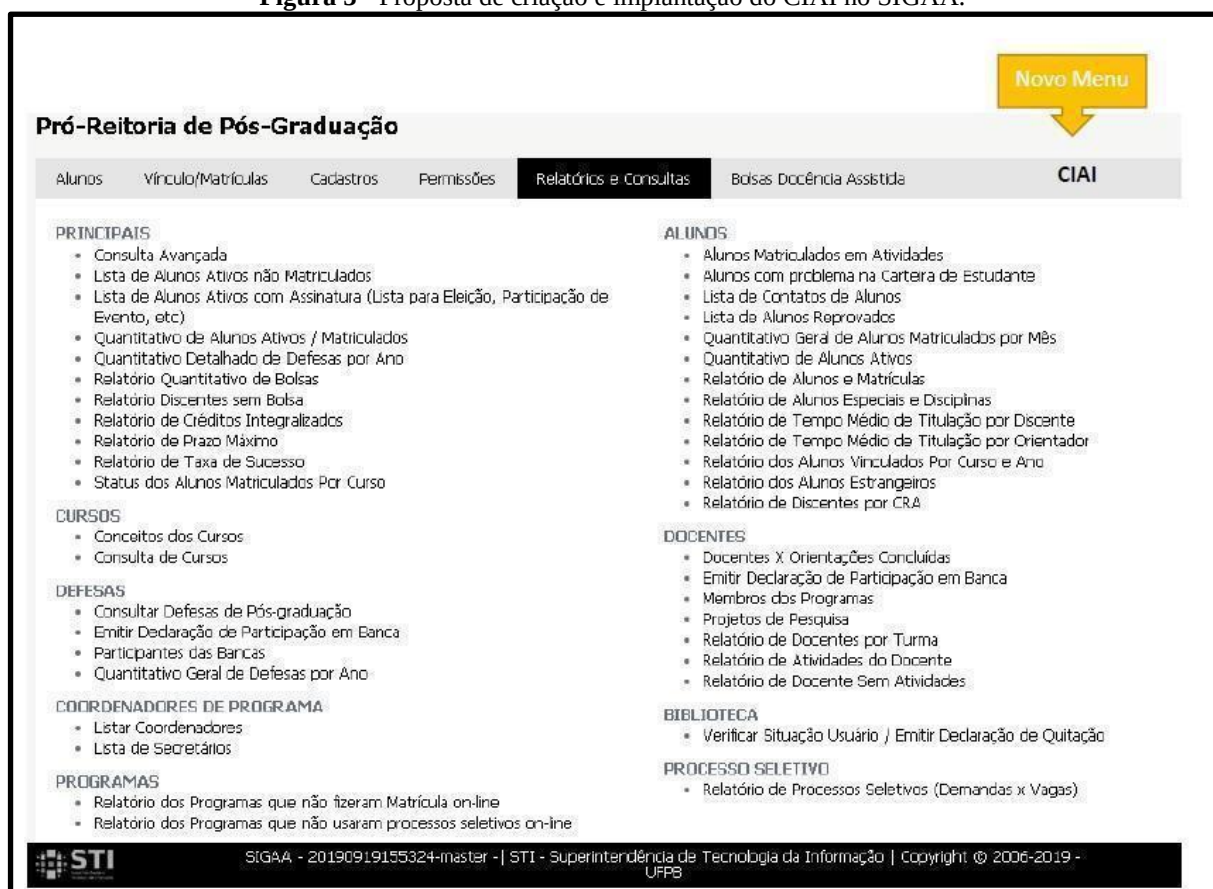
Os resultados trazem um panorama de avanços e limites na internacionalização da UFPB. Entre as ações positivas, destacam-se o fortalecimento de convênios internacionais, a criação de uma Agência de Cooperação Internacional, a contratação de professores visitantes e a implementação de programas de mobilidade acadêmica. Essas ações vêm contribuindo para ampliar a visibilidade e a cooperação internacional da universidade, alinhando-se às políticas oficiais e às metas institucionais. Entretanto, a pesquisa também revelou dificuldades, como a insuficiência de recursos, a deficiência de domínio de línguas estrangeiras por parte de discentes

e docentes, a burocracia administrativa e a infraestrutura inconsistente. Ainda assim, prevê-se a necessidade de estabelecer ações mais estruturadas, como a criação de uma comissão permanente de internacionalização e a formalização de registros institucionais das ações desenvolvidas.

Por fim, o estudo conclui que o processo de internacionalização na pós-graduação da UFPB tem avançado de forma significativa, porém de maneira ainda fragmentada e com potencial a ser explorado de modo mais institucionalizado. Recomenda estratégias para fortalecer esse processo, incluindo a formalização de normativas, maior investimento em recursos humanos e físicos, além de ampliar a integração das ações internacionais à política institucional. Assim, a pesquisa oferece uma base sólida para futuras ações de aprimoramento, visando não só à melhoria do posicionamento da UFPB na cena internacional, mas também ao fortalecimento da produção acadêmica e tecnológica da instituição.

Como devolutiva de sua pesquisa para a instituição, o autor apresenta propostas com vistas à melhoria do processo de internacionalização dos programas de pós-graduação da UFPB. Essa contribuição diz respeito a apresentação de 5 propostas nesse sentido, entre elas a criação e implementação do Cadastro Institucional das Ações de Internacionalização (CIAI/UFPB), que segundo o autor, teria o objetivo de reunir e registrar informações esparsas sobre a internacionalização da UFPB. Por conseguinte, o TAE propôs a criação de um novo menu, no módulo SIGAA stricto sensu, conforme a Figura 3.

Figura 3 - Proposta de criação e implantação do CIAI no SIGAA.



Fonte: Dissertação de mestrado, INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: o caso da Universidade Federal da Paraíba

Por fim, é relevante mencionar ainda que o TAE aqui discutido possui lotação na Pró-Reitora de Pós-Graduação (PRPG-UFPA), fato que possibilita a direta contribuição ao seu setor de trabalho, além de locus de trabalho compatível com as atribuições de cargo de TAE.

d) Qualificação de processos acadêmicos no âmbito da UFPA: Estágio.

Agora, apresenta-se a fala do TAE 4 acerca das contribuições institucionais decorrentes de sua pesquisa e de sua formação no PPGAVE. Nesse sentido, sua fala menciona que:

[...]A gente investigou a experiência dos estudantes de pedagogia, identificamos tanto as potencialidades quanto às fragilidades do estágio. E aí durante o mestrado, ainda em 2016, a gente conseguiu fazer a publicação de uma Instrução Normativa específica para organização da contratação de estudantes. Essa IN organizou a seleção dos estudantes e isso foi um grande avanço para a universidade. A gente também fez proposições para melhoria do estágio não obrigatório, e até hoje repercute também para o estágio obrigatório. São inúmeras as contribuições que o PPGAES dá, não só para o servidor enquanto TAE, mas com certeza para o setor e consequentemente

para a formação dos nossos estudantes, que é o grande objetivo da nossa atuação no setor. (TAE 4/UFPB)

Pode-se registrar que a fala do TAE acima aporta elementos importantes para o desenvolvimento institucional da UFPB. Inicialmente, cabe mencionar sobre a identificação de fortalezas e fragilidades de um processo acadêmico relevante e complexo, que é o estágio. Em segundo lugar, há a criação de normativa institucional na perspectiva de qualificar processos acadêmicos internos na Universidade.

Descortinando essa discussão, urge pontuar que o servidor TAE 4 se encontra lotado na Pró-Reitoria de Graduação (PRG-UFPB) e desenvolvendo suas atribuições de Técnico em Assuntos Educacionais na Coordenação de Estágio. Aqui, podemos categorizar que o servidor TAE se encontra lotado em função e local compatível com suas atribuições típicas do cargo, o que oportuniza o pleno desenvolvimento das suas capacidades e saberes.

Outrossim, o TAE em questão apresenta suas contribuições diretamente ligadas a um processo importante para a formação dos estudantes nas Universidades, o estágio. O estágio é um processo importante para o desenvolvimento de qualquer profissional, inclusive na ambiência acadêmica e sobretudo para futuros educadores/professores. Nesse diapasão, Moreira e Pontes (2017) afirmam que esse processo favorece a oportunidade de ampliação e fortalecimento de saberes, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao exercício profissional.

De acordo com Richit e Loss (2024), as aprendizagens concretizadas no estágio, apoiadas pela partilha de experiências, conhecimentos, valores e práticas entre acadêmicos (futuros professores), professores regentes da escola e professores orientadores da universidade, possibilitam a aproximação entre teoria e prática.

Em sua pesquisa com egressos do curso de pedagogia de uma universidade privada, De Miranda *et al.* (2026) pontua que a formação inicial em Pedagogia contribuiu de modo significativo para a constituição da identidade profissional e para a inserção dos egressos no campo educacional.

Cabe ainda elencar que, conforme Medeiros e De Moraes (2026), o saber acadêmico passa a ter utilidade concreta quando aplicado às atividades desenvolvidas em sala de aula. Assim, a práxis adquire verdadeiro significado ao cumprir sua finalidade essencial: a utilização do conhecimento teórico como base para orientar a prática pedagógica.

A seguir será apresentado um resumo da pesquisa de mestrado desenvolvida pelo TAE 4, pesquisa também relevante para a instituição.

A pesquisa realizada pelo TAE em questão teve como objetivo central analisar as contribuições do estágio realizado por estudantes de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) *Campus* I, especialmente aqueles em áreas de atuação diferentes da sala de aula. A introdução do trabalho destaca a importância de refletir sobre as experiências profissionais em contextos não tradicionais, considerando as mudanças no panorama da formação de pedagogos, e a necessidade de aprimorar a gestão e as atividades relativas ao estágio não obrigatório na universidade.

Para atender aos objetivos propostos, o autor adotou uma abordagem metodológica qualitativa, envolvendo uma revisão bibliográfica e documental sobre estágio, formação do pedagogo e as diretrizes curriculares. Além disso, realizou um estudo exploratório, analisando dados e relatórios fornecidos pela Coordenação de Estágio e Monitoria (CEM), além de entrevistar gestores, supervisores e estagiários. Como resultado dessa análise, foi elaborada uma Instrução Normativa para a qualificação do estágio não obrigatório na UFPB, com o intuito de aprimorar os procedimentos, ampliar o envolvimento pedagógico, melhorar a articulação entre teoria e prática, e fortalecer o processo de formação dos estudantes.

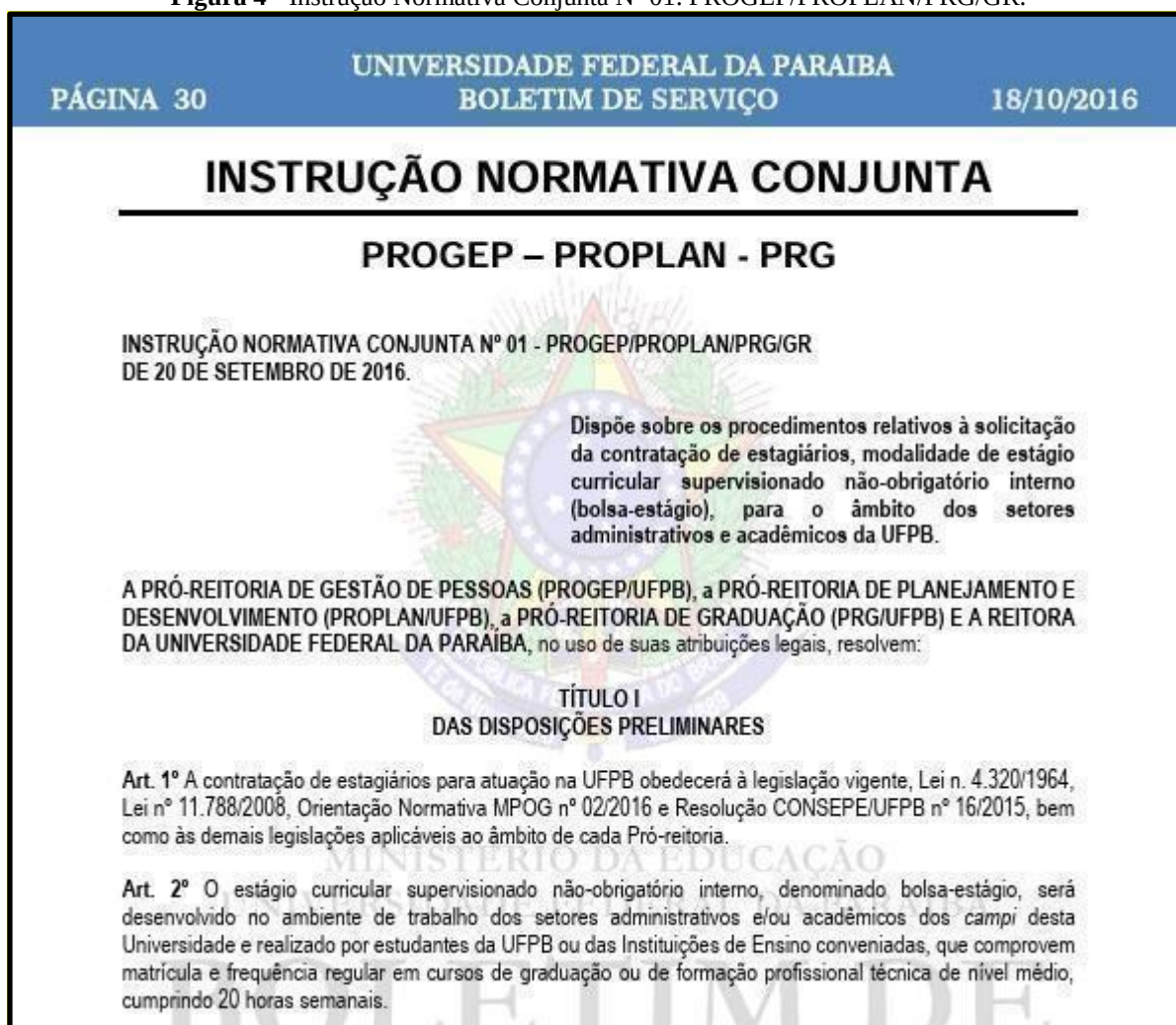
Os resultados mostraram que o estágio, mesmo enfrentando algumas dificuldades, contribui significativamente para a formação dos estudantes, especialmente nas áreas de gestão, pesquisa e atividades técnico-administrativas, além de promover uma compreensão mais ampla do ambiente institucional. Os relatos indicaram que há lacunas na organização e no acompanhamento do estágio, porém, a experiência reforça a importância de vínculos entre teoria e prática, de modo a estimular a autonomia e a preparação para o mercado de trabalho.

Por fim, o autor propôs melhorias na gestão do estágio, incluindo a implementação de uma Instrução Normativa (figura 4) que visa qualificá-lo, buscando garantir uma formação integral, articulada com as demandas institucionais e profissionais do mundo real, além de favorecer uma formação mais crítica e reflexiva dos futuros pedagogos.

Conforme apresentado no trabalho, essa instrução normativa foi elaborada com o objetivo de regulamentar, padronizar e simplificar os processos relacionados à contratação, acompanhamento e avaliação dos estagiários em atividades fora do ambiente de sala de aula.

Um dos principais propósitos é reduzir a burocracia excessiva que, segundo os relatos dos sujeitos entrevistados, atualmente caracteriza o processo, dificultando a flexibilidade e a agilidade na realização dos estágios. A normativa busca, portanto, estabelecer procedimentos claros e eficientes, incluindo critérios para a seleção de estagiários, formalização de contratos, acompanhamento pedagógico e prestação de contas.

Figura 4 - Instrução Normativa Conjunta Nº 01. PROGEP/PROPLAN/PRG/GR.



Fonte: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ccsa.ufpb.br/atuariais/contents/documentos/bolsa-estagio-ufpb-instrucao-normativa-conjunta-n-01-de-20-09-16.pdf

e) Valorização do papel pedagógico da monitoria na UFPB

[...] A devolutiva foi ampliar pesquisa para o programa. (TAE 5/UFPB)

Acima apresentamos a fala da TAE 5, que menciona como contribuição institucional à UFPB decorrente a sua pesquisa e formação no PPGAES a perspectiva de ampliar os estudos para o programa. O programa à qual a TAE faz referência não se trata do curso e pós-graduação, mas sim do objeto da sua pesquisa, que foi o programa de monitoria no curso de Pedagogia da UFPB.

A perspectiva de valorização e ampliação da pesquisa sobre o programa de Monitoria na UFPB se apresenta como colaboração com uma das atividades fim da IES, o ensino. E cabe-nos pontuar ainda que essa atividade é aqui fortalecida através da pesquisa e do trabalho de uma

servidora Técnica em Assuntos Educacionais. Aqui também se tem mais um caso de que a pesquisa desenvolvida pela TAE oportunizou ainda mais o desenvolvimento de atribuições diretamente ligadas ao cargo. É também relevante mencionar que a TAE em questão é lotada na Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da UFPB.

Acerca da Monitoria, descortinamos a discussão com sua previsão legal através da Lei n.º 5.540, de 1968, a qual “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. Gonçalves *et al* 2026 asseveram que a monitoria acadêmica é entendida como uma ferramenta de auxílio no processo de ensino-aprendizagem que contribui tanto para o aprendizado e crescimento profissional e pessoal do discente quanto do docente, constituindo-se um espaço de troca de experiências e descobertas.

Ainda segundo as autoras supracitadas, a monitoria se constitui em oportunidade de aprendizagem e de crescimento coletivo na medida em que proporciona a vivência da concepção do professor reflexivo. Registra-se que a monitoria aqui tensionada é a de um curso de formação de professores, a saber Pedagogia, o que traz ainda mais importância no aspecto práticos de formação profissional.

Nesse cenário, trazemos também as contribuições da pesquisa de Costa *et al.* (2021) que destacam que a monitoria acadêmica instiga potenciais habilidades de um professor universitário, essencial para carreira magisterial, estimulando o discente-monitor a expandir seu próprio repertório didático.

A seguir será apresentado um resumo sobre a pesquisa desenvolvida pela TAE e suas contribuições para a UFPB. A pesquisa desenvolvida pela TAE, cujo título é: *saberes da monitoria: uma análise a partir do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba* teve como objetivo analisar os saberes proporcionados pela experiência de monitoria no contexto da formação para a docência no ensino superior, especificamente no curso de Pedagogia da UFPB. A autora destaca que a monitoria é um espaço importante de iniciação à docência no nível superior, colaborando tanto na formação acadêmica dos estudantes quanto no desenvolvimento de saberes pedagógicos e científicos relacionados à área de atuação do monitor. Como propósitos específicos, buscou-se caracterizar o Programa de Monitoria na UFPB, compreender e analisar as atividades desenvolvidas pelos monitores, além de identificar e analisar os saberes proporcionados pelo programa como processo de formação docente.

A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, dividida em três fases: uma primeira etapa de levantamento bibliográfico e pesquisa documental, uma segunda de campo empírico por meio de entrevistas com monitores e professores orientadores, e uma terceira de análise de

conteúdo dos dados coletados. Os procedimentos incluíram análise dos relatórios finais, registros e relatos dos participantes, permitindo compreender as atividades e os saberes construídos na monitoria.

Os resultados indicam que a monitoria na UFPB favorece o desenvolvimento de conhecimentos pedagógicos, científicos e da experiência de ser monitor, contribuindo para a formação de futuros docentes. Os monitores ampliam seus saberes mediante participação no planejamento, execução e avaliação do ensino, além de aprofundar conhecimentos teóricos e práticos na área de conhecimento. Ademais, a experiência promove uma reflexão sobre a prática docente, levando os estudantes a perceberem-se como potenciais professores e a consolidarem saberes que podem ser levados para sua atuação profissional, inclusive na educação básica. Assim, conclui-se que a monitoria é uma estratégia formativa que potencializa a formação docente no ensino superior, fornecendo saberes essenciais à prática pedagógica.

Ao sugerir a ampliação da pesquisa para o programa de monitoria, a devolutiva contribui para a valorização do papel pedagógico dessa atividade, ao reconhecê-la como espaço formativo para o estudante-monitor, estratégia de apoio ao processo de ensino-aprendizagem e política institucional voltada à qualificação do ensino de graduação na UFPB.

f) Visão crítica acerca da Universidade e do papel de ser servidor TAE

A seguir, apresenta-se a fala da TAE 6 acerca das contribuições da sua pesquisa para a instituição após a formação no PPGAES. Segue abaixo a fala:

[...] O produto sou eu mesma com uma compreensão mais profunda do que é a universidade do ponto de vista histórico e na compreensão dos limites do meu papel. E como eu usei lá um pouco aquela metáfora com Alice no País das Maravilhas, até hoje me ajuda muito porque toda vez que eu estou querendo ser muito rígida em relação a querer ver as coisas de forma muito rígida, eu entendo. Sei que algumas pessoas conhecem o trabalho, mas são pessoas próximas e não sei se houve alguma devolutiva. (TAE 6/UFPB)

Interessante e ao mesmo tempo profunda a compreensão da TAE acima mencionada sobre sua devolutiva e contribuições à Instituição. Afirmar-se isso pois, geralmente, espera-se que a contribuição se dê através de algo palpável, como por exemplo um Produto Técnico e Tecnológico - embora à época dessa TAE não houvesse resolução interna nesse sentido do PTT. Todavia, recorda-se que os aspectos profissionais, pessoais e acadêmicos perpassam por pessoas, sujeitos mais importantes dessa teia complexa de pesquisa. Portanto, ao mencionar que

“O produto sou eu mesma com uma compreensão mais profunda do que é a universidade do ponto de vista histórico e na compreensão dos limites do meu papel.” a servidora TAE aprofunda a visão sobre devolutiva, porque a devolutiva que nos constrói como servidor, como TAE e como pesquisador é tão importante quanto àquela que apresenta produtos técnicos/tecnológicos concretos ou visíveis.

Coutinho (2022) em sua tese com foco nos Técnicos em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN traz a expressão “ser técnicos em assuntos educacionais: a origem de uma problemática”, que detona a importância desse processo complexo de reconhecer o papel do TAE. Ademais, a autora afirma que os saberes dos TAE que emergem da análise de suas falas, são frutos do movimento de pensar sobre sua ação e mobilizados essencialmente a partir da prática realizada na instituição. Por conseguinte, é importante esse movimento de reflexão e visão crítica, conforme falado pela TAE, para o processo de reconhecimento do papel como servidor TAE na instituição.

Pode-se afirmar ainda que essa fala da TAE em análise remete à perspectiva de que o servidor TAE encontra-se trabalhando num ambiente complexo e desafiador, que é a Universidade Pública no Brasil. Conforme já foi pontuado aqui, os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais estão inseridos num ambiente organizacional completo, a Universidade Pública Brasileira. Essa inserção confere desafios pessoais e profissionais no que tange à sua atuação laboral.

Urge mencionar a pesquisa de Moura (2017) com foco também nos Técnicos em Assuntos Educacionais, ao afirmar que nesse cenário complexo, o TAE percorre um caminho nem sempre fácil para que possa encontrar um lugar e ser reconhecido como profissional capaz de contribuir com o processo educativo.

A seguir será apresentado um resumo sobre a pesquisa desenvolvida pela TAE desenvolvida no âmbito do PPGAES.

A pesquisa apresentada tem como foco a análise da gestão do apoio acadêmico estudantil na Universidade Federal da Paraíba, com ênfase na Coordenação do Curso de Pedagogia presencial do Centro de Educação. A investigação busca compreender os mecanismos, desafios e possibilidades envolvidos na organização e execução das ações de suporte ao estudante, considerando a complexidade e as contradições inerentes ao contexto do ensino superior público.

Os objetivos principais da pesquisa são: (1) estudar e analisar os documentos institucionais relacionados à gestão do apoio acadêmico e às ferramentas tecnológicas disponíveis, como o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e o

Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC); (2) identificar e levantar informações acerca dos processos administrativos abertos pelos estudantes no período de 2016.2 a 2018.1, buscando subsídios para a tomada de decisão; e (3) relatar experiências relevantes vivenciadas na gestão do apoio, por meio do relato de casos ocorridos nesse mesmo período.

A metodologia adotada fundamenta-se na pesquisa qualitativa, empregando o estudo de caso como estratégia central. A análise dos processos documentais, associada a relatos de experiências, possibilitou uma compreensão aprofundada das dinâmicas e dificuldades enfrentadas na prática gestora. Nesse procedimento, buscou-se uma aproximação interpretativa, reconhecendo a subjetividade e a complexidade do mundo institucional.

Quanto aos resultados, evidenciam-se dificuldades na interpretação e aplicação das normativas, além de um cenário marcado por conflitos e contradições entre teoria e prática. Destaca-se a presença de uma “confusão” semelhante ao jogo com coisas vivas, conforme a metáfora utilizada na obra de Lewis Carroll, evidenciando a complexidade do jogo institucional. Conclui-se que a gestão do apoio acadêmico demanda uma postura flexível, que aceite a incerteza, convidando à reflexão contínua e à proposição de ações que promovam a humanização e a efetividade do suporte ao estudante.

g) Descobertas institucionais à luz de pesquisa aplicada à UFPB

[...] E a gente fez algumas descobertas que, para mim, minha orientadora, direção de centro, que fiz questão da diretoria estar na minha banca, foram algumas descobertas interessantes que ela não sabia[aprimorar a avaliação dos cursos de Graduação do CE], minha orientadora também não sabia, e outras perspectivas que isso foi muito relevante. (TAE 7/UFPB)

Inicialmente, cabe pontuar que a pesquisa e as descobertas mencionadas acima na fala do TAE 7 se dão em um dos maiores centros de ensino da Universidade Federal da Paraíba, o Centro de Educação-CE. Nele, são oferecidos 7 (sete) cursos de graduação, a saber: Pedagogia; Pedagogia EAD; Psicopedagogia; Ciências das Religiões; Ciências Naturais; Pedagogia do Campo e Pedagogia Pronera. Além disso, o centro oferece 4 (quatro) cursos de pós-graduação *stricto-sensu*.

As descobertas mencionadas pelo TAE dizem respeito aos cursos de graduação ofertados pelo CE no âmbito da UFPB. Em que pese mais a seguir apresentaremos um resumo da sua pesquisa e as contribuições para a instituição, todavia aqui já se antecipa que esse estudo desenvolvido pelo TAE apresentou as fortalezas, fraquezas, ameaças e oportunidades (Matriz

Swot) dos cursos de graduação com base nas avaliações. Urge dizer que esse trabalho proposto e realizado pelo servidor TAE se configurou também como uma oportunidade de desenvolver/praticar uma atividade típica relevante do cargo: “*assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo*”, conforme o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar se os relatórios de avaliação externa dos cursos de graduação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba atendem às diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para isso, a investigação centrada na análise dos relatórios disponíveis na página da Comissão Própria de Avaliação (CPA) buscou verificar a conformidade desses documentos com as normas do sistema de avaliação, identificando fragilidades e potencialidades dos cursos analisados.

No caminho metodológico, foi adotada uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram levantados dados junto às leis, decretos, portarias e instrumentos de avaliação como o IACG-2017, além da análise dos relatórios de avaliação dos cursos do centro. A análise envolveu o uso de uma matriz SWOT para diagnosticar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças internas e externas aos cursos com base nas avaliações.

No que tange aos resultados revelaram que, embora os cursos apresentem potencialidades como a estrutura curricular e o corpo docente, persistem fragilidades sobretudo na infraestrutura, como laboratórios, bibliotecas e instalações físicas, que continuam a comprometer a qualidade da oferta de ensino. Os relatórios indicaram que esses aspectos demandam ações de melhoria coordenadas e participativas. As propostas finais sugerem a intensificação do uso da matriz SWOT para aprimorar os indicadores do sistema, com ações específicas para superar as fragilidades e potencializar as forças, além de esforços para obter avaliações in loco, especialmente para o curso mais antigo que ainda não passou por esse processo. Essas ações visam, de modo geral, melhorar a eficácia do processo de avaliação e fortalecer a qualidade dos cursos ofertados pelo Centro de Educação.

Importante mencionar que o servidor TAE apresentou ao todo 13 propostas, frequentemente denominadas como ações ou recomendações para aprimorar o processo de avaliação dos cursos de graduação do Centro de Educação da UFPB, alinhadas às diretrizes do SINAES e às análises realizadas na pesquisa. Essas propostas incluem, entre outras:

1. Utilizar a ferramenta de matriz SWOT de forma sistemática para melhorar a

qualidade e atualizar os indicadores do IACG (2017).

2. Realizar avaliações in loco periódicas, especialmente para cursos que ainda não passaram por esse procedimento, como o curso de Pedagogia.

3. Fortalecer a participação de diferentes atores da comunidade acadêmica e da sociedade civil nos processos de autoavaliação e planejamento.

4. Melhorar a infraestrutura física e tecnológica do Centro de Educação, incluindo laboratórios, bibliotecas e espaços de convivência.

5. Revisar e atualizar continuamente os planos de desenvolvimento institucional (PDI) com foco na avaliação e na melhoria da qualidade dos cursos.

6. Promover maior integração entre os relatórios avaliativos e as ações de gestão institucional para implementar melhorias concretas.

7. Estimular a formação continuada do corpo docente e técnico-administrativo, visando aprimorar a avaliação e o ensino.

8. Aprimorar a organização didático-pedagógica dos cursos, buscando maior coerência entre projetos pedagógicos, infraestrutura e práticas de ensino.

9. Ampliar a oferta de recursos e insumos para o desenvolvimento dos cursos, de modo a atender às necessidades de infraestrutura.

10. Utilizar os resultados das avaliações para orientar a elaboração e revisão dos currículos dos cursos de forma participativa.

11. Estabelecer ações de monitoramento e avaliação contínua do impacto das melhorias implementadas.

12. Incentivar a elaboração de ações de impacto para a comunidade externa, fortalecendo a relação com a sociedade e evidenciando a responsabilidade social da instituição.

13. Solicitar avaliações in loco junto ao MEC/INEP quando necessário, especialmente em cursos com baixo desempenho ou que não passaram por avaliação recente.

Essas propostas visam promover melhorias estruturais e pedagógicas, fortalecer o

sistema de avaliação interna e externa, além de ampliar a participação social e institucional no processo de garantia de qualidade.

Figura 5 - Propostas de ações para a melhoria do processo avaliativo dos Curso do Centro de Educação das ameaças e fraquezas evidenciadas nos últimos relatórios de avaliação externa.

PROPOSTA 1	Solicitar ao MEC/INEP a visita de uma Comissão de Avaliação para a realização de uma Avaliação <i>in loco</i> no curso de Pedagogia (13418), que nunca recebeu uma visita externa do MEC, conforme Despacho n.º 2 / 2021 - CPA (11.01.40) emitido em 12 de novembro de 2021.
DESCRIÇÃO	
Segundo a Lei do SINAES - Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 –, em seu art. 4º: “A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. § 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento. § 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas” (BRASIL, 2004, p. 2).	
RESULTADOS ESPERADOS	
Espera-se que, com a visita da Comissão de Avaliação, o Curso de Licenciatura em Pedagogia possa ser avaliado de acordo com as três dimensões (perfil do corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica) do IACG – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento, possibilitando um conceito superior ao que vem recebendo de forma repetida nos últimos ENADEs. E que, após emissão do Relatório de Avaliação <i>in loco</i> , o Curso possa conhecer as suas fragilidades e potencialidades a partir do olhar do INEP.	

Fonte: Autor da pesquisa.

h) Relevância do Programa de Educação Tutorial (PET) no ensino e formação na UFPB.

Primeiramente, justifica-se que a servidora TAE autora da pesquisa aqui discutida não foi localizada e por essa razão não participou da sessão de Grupo Focal com os demais Técnicos em Assuntos Educacionais. Posteriormente, obteve-se a informação de que ela se encontra em afastamento legal por motivos de saúde. Todavia, entendendo que sua pesquisa também configura contribuição à UFPB, sobretudo por ser sujeito da presente pesquisa, serão apresentados o resumo da sua pesquisa e as contribuições institucionais como devolutiva nesse sentido.

A pesquisa tem como objetivo compreender o processo de enraizamento do Programa

de Educação Tutorial (PET) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com foco na relação entre a política nacional de educação superior e sua implementação local. A introdução destaca a complexidade da instituição universitária enquanto espaço de diálogo social e de influência mútua com a sociedade, além de contextualizar o PET como uma política de qualificação da graduação que atua em espaços extracurriculares com uma relação horizontal entre ensino, pesquisa e extensão. A investigação parte da ideia de que o enraizamento é um processo de integração da política às realidades locais, entendido como a mobilização de atores sociais capazes de influenciar e melhorar a execução do programa.

Os objetivos tensionados pela autora incluem: (1) identificar o possível enraizamento do PET na UFPB a partir da visão dos atores envolvidos na sua implementação; (2) analisar como esse enraizamento influencia no funcionamento do programa, apontando fragilidades e pontos fortes; (3) propor mecanismos de ação para fortalecer a gestão do PET ou de políticas similares. A metodologia adotada é qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com gestores do programa na universidade. A pesquisa documental inclui análise de legislação e documentos institucionais, enquanto as entrevistas buscam captar a visão dos atores envolvidos na gestão do PET. Essa abordagem permite compreender as dinâmicas de implementação e os fatores que dificultam ou favorecem o enraizamento do programa na instituição.

No que tange aos resultados, a pesquisa revela que há um enraizamento frágil do PET na UFPB, principalmente em termos institucionais. Foi observado que essa fragilidade dificulta a articulação do programa com outras instâncias acadêmicas, limita sua visibilidade e impede seu desenvolvimento sustentável. A relação do programa com as unidades acadêmicas é marcada por dificuldades que podem limitar sua continuidade e impacto. Ainda assim, identificam-se pontos fortes, como o envolvimento de atores dedicados e a estrutura de gestão estabelecida, embora seja necessário fortalecer a relação institucional para garantir maior efetividade. Com base nesses achados, a pesquisadora propõe ações voltadas à melhoria da gestão do PET, visando ampliar seu enraizamento na universidade e, por extensão, na política de educação superior.

7 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

Este capítulo apresenta o Produto Técnico-Tecnológico (PTT) resultante da presente pesquisa, elaborado em conformidade com a resolução interna nº 03/2023 do Programa de Pós-Graduação em Política Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAVE/CE/UFPB) e com as diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os programas de pós-graduação profissionais.

À luz da resolução supracitada, têm-se que PTT é o resultado palpável de uma atividade docente ou discente, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo. O produto é algo tangível, que se pode tocar, ver e ler. Ademais, o PTT deve apresentar potencial impacto, aplicabilidade de aderência às linhas de pesquisa do programa. De acordo com Lima (2025) a produção de PTT nos mestrados profissionais reflete a importância da pesquisa aplicada na construção de respostas concretas para problemas contemporâneos. Ainda conforme a autora supracitada os produtos têm os requisitos essenciais para a qualificação profissional, ao capacitar discentes para desenvolver produtos que atendam às exigências da sociedade e às diretrizes da CAPES.

De acordo com os estudos de Cunha (2024) acerca dos PTT, têm-se que a aplicação dos produtos é de fundamental relevância para o desenvolvimento das organizações, especialmente as instituições de ensino superior, devido às suas contribuições para o aprimoramento do planejamento, da gestão e da avaliação da educação superior.

Para cada PTT são apresentadas sugestões do que poderá ser desenvolvido dentro de cada categoria (tipo de produto), a exemplo de blogs, sítios eletrônicos, guias didáticos, aplicativos para dispositivos móveis, cursos, sequências didáticas, vídeos, entre outros. (Pinheiro; Aires, 2022).

Consoante a essas orientações, o produto desenvolvido nesta pesquisa caracteriza-se como um site institucional interativo destinado à sistematização e publicização da trajetória profissional de Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) egressos de programa de pós-graduação. O site foi pensado como instrumento de gestão do conhecimento, memória institucional e também no caminho de proporcionar valorização profissional aos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB.

7.1 Descrição do produto técnico-tecnológico

O Produto Técnico e Tecnológico (PTT) proposto consiste no desenvolvimento de um site institucional interativo (Figuras 6 e 7) destinado à sistematização e publicização da trajetória acadêmica e profissional de Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) egressos de programa de pós-graduação.

O produto será estruturado como um site contendo informações organizadas em quatro eixos centrais:

1. Perfil profissional;
2. Pesquisas desenvolvidas no programa de pós-graduação;
3. Expertises e aprendizagens profissionais consolidados;
4. Contribuições institucionais decorrentes da formação *stricto sensu* no PPGAES à UFPB.

Trata-se de um produto de natureza aplicada, com potencial replicabilidade em outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o que pode contribuir contribuindo para a valorização da carreira técnico-administrativa ao tempo em que confere mais visibilidades aos trabalhos desenvolvidos e aos próprios profissionais sujeitos dessa pesquisa, a saber os Técnicos em Assuntos Educacionais.

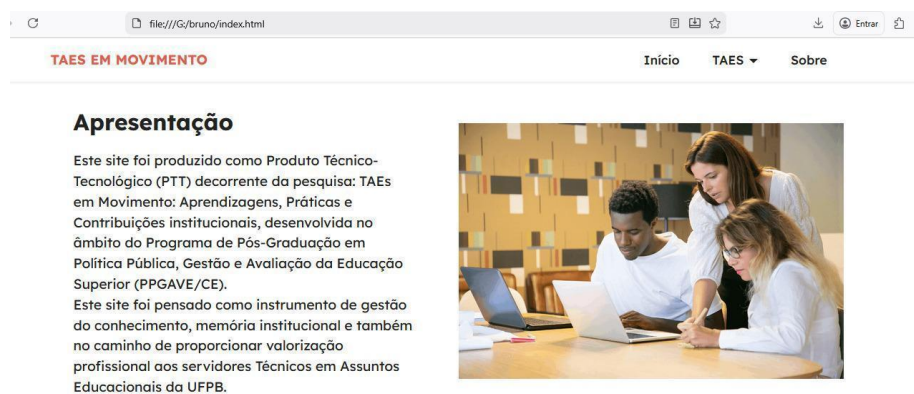
Conforme Assumpção e Villegas (2013), a utilização da web como ferramenta de desenvolvimento de um produto ou consolidação de uma marca ultrapassou o papel coadjuvante. O número crescente de acessos mostra o enorme potencial evidente de divulgação de produtos, por meio de sites bem elaborados e atraentes. Ainda de acordo com os autores supracitados, é relevante pontuar que interatividade é caracterizada como “a arte da participação”, é o receptor assumindo o papel de autor em uma obra aberta, uma obra em estado de possibilidade.

O objetivo geral do Produto Técnico-Tecnológico é sistematizar e publicizar o perfil profissional de Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) egressos de programa de pós-graduação, a fim de dar visibilidade aos aspectos como: Contatos institucionais, expertises profissionais, pesquisa desenvolvida no âmbito do PPGAES, resumo da pesquisa, contribuições institucionais à UFPB decorrentes da pesquisa, currículo lattes e link para pesquisa na íntegra do TAE.

Outrossim, é também objetivo do presente Produto Técnico-Tecnológico configurar-se

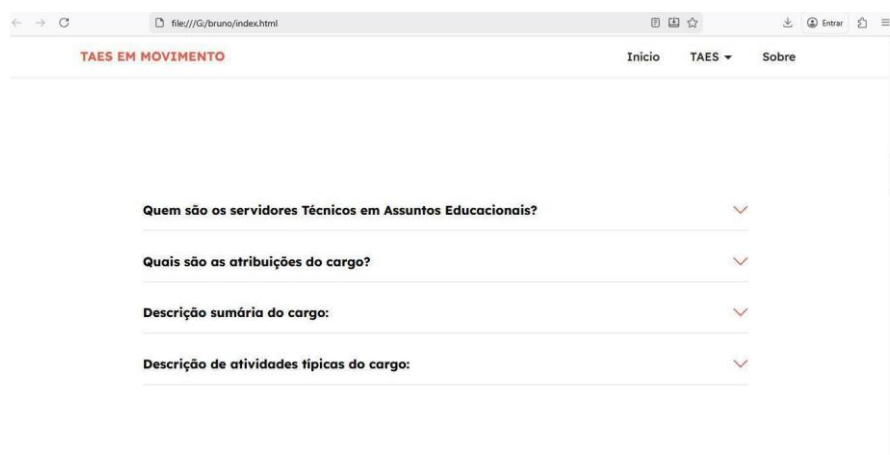
como uma ferramenta estratégica para apoiar a tomada de decisão da Gestão universitária da Universidade Federal da Paraíba no sentido de qualificar as seleções para funções de gestão no âmbito da UFPB, para apoiar a escolha de servidores com expertise em determinados temas, o que pode tornar a designação de gestores mais transparente. Apresenta-se também como intencionalidade do Produto Técnico-Tecnológico fomentar a valorização da produção técnico-científica dos TAE, mostrando de forma acessível os campos de atuação as contribuições dos egressos. Isso também reforça a importância da formação continuada no desenvolvimento profissional na UFPB.

Figura 6 - Apresentação da página.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Figura 7 - Uma das guias da página.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Por fim, o Produto Técnico-Tecnológico aqui apresentado tem potencial de identificar talentos internos no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, no sentido de permitir que os gestores reconheçam servidores com competências ou experiências específicas relacionadas a áreas da Universidade.

7.2 Metodologia de elaboração do produto técnico-tecnológico

Em conformidade com as diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019), a presente pesquisa apresenta a elaboração de um Produto Técnico-Tecnológico (PTT). Vale salientar que o PTT é requisito obrigatório dos programas de mestrados profissionais e objetiva conduzir os resultados da pesquisa para soluções ou caminhos práticos para a realidade estudada no âmbito da Universidade.

O PTT apresentado nessa dissertação foi produzido consoante a Resolução Interna nº 03/2023 do PPGAES/CE/UFPB/, buscou-se também a perspectiva de integração entre o estudo teórico acadêmico com a prática institucional.

A escolha do formato do produto esteve diretamente vinculada aos resultados e achados empíricos da presente dissertação que relevar a necessidade de visibilidade dos sujeitos da pesquisa, seja na condição de Técnicos em Assuntos Educacionais - no que se refere à condição do cargo, seja na condição de contribuições oferecidas à UFPB decorrentes das suas pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPGAES.

O site aqui proposto como PTT foi desenvolvido através do software *Mobirise*®. Trata-se de um construtor de sites *no-code* — ou seja, um aplicativo que permite criar e publicar websites sem escrever código manualmente. Ele foi projetado especialmente para usuários sem conhecimentos técnicos de programação ou desenvolvimento web, usando uma interface gráfica intuitiva de *arrastar e soltar* (*draganddrop*) para montar páginas completas. Importante mencionar o Mobirise é um exemplo de plataforma LCNC, ou seja, *Low Code e No Code*, exige pouca codificação e exige pouca programação, utilizado para criar sites institucionais ou desenvolver sistemas internos.

Para a produção do protótipo de *site*, foram utilizadas as orientações de Filatro (2015) acerca do desenho instrucional, que se configura como um processo contínuo, reflexivo e orientado, especialmente no que se refere à organização sistemática das etapas de análise, *design*, desenvolvimento, implementação e avaliação.

A metodologia adotada neste estudo fundamentou-se na **Design Science Research (DSR)**, abordagem que se caracteriza pela produção de conhecimento científico por meio do

desenvolvimento e avaliação de artefatos destinados à resolução de problemas reais em contextos organizacionais. Diferentemente de abordagens tradicionais, centradas na descrição ou explicação de fenômenos, a DSR orienta-se pela intervenção prática, articulando rigor teórico e utilidade aplicada.

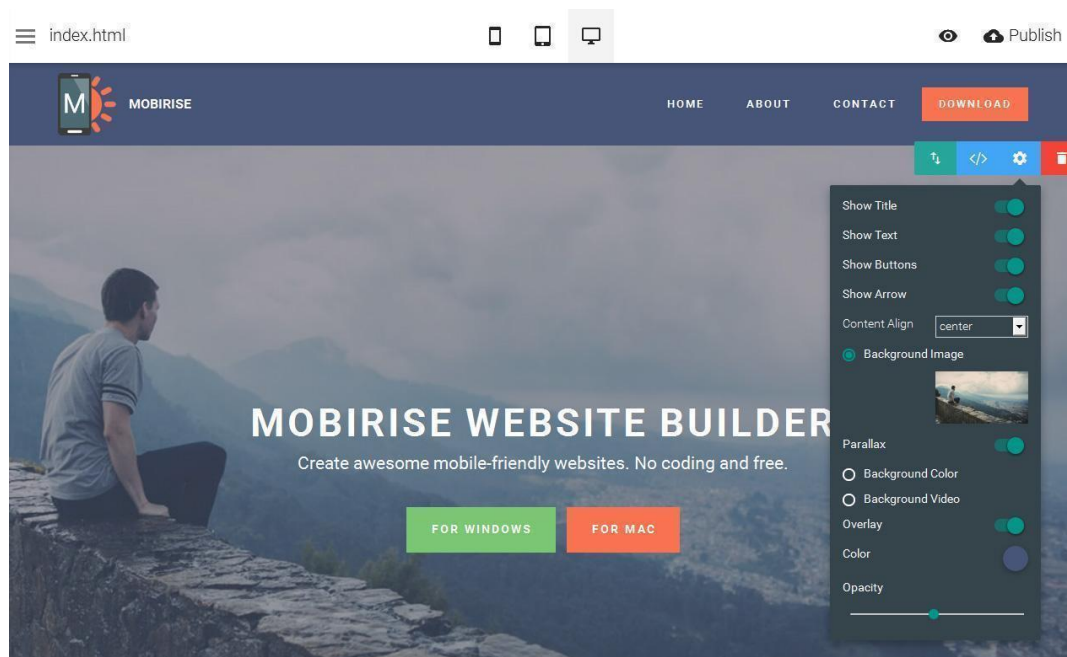
Nesse sentido, a DSR busca criar soluções inovadoras que, ao mesmo tempo, contribuam para a base de conhecimento científico e atendam a demandas concretas das organizações (Vom Brocke *et al.*, 2020). Conforme destaca Hevner (2018), o cerne dessa abordagem está no *design* intencional e na avaliação sistemática de artefatos capazes de responder a problemas identificados. Complementarmente, Chatterjee (2015) ressalta que a DSR produz conhecimento prescritivo, uma vez que não apenas analisa a realidade, mas propõe e testa soluções aplicáveis.

No contexto desta pesquisa, o artefato desenvolvido consistiu em um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) materializado em um protótipo de *site*, concebido para sistematizar e dar visibilidade às contribuições institucionais oriundas das pesquisas desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba.

A construção do PTT seguiu as etapas clássicas da DSR, conforme Ken Peffers *et al.* (2007): (i) identificação do problema, evidenciado pela dispersão e baixa visibilidade das contribuições institucionais; (ii) definição dos objetivos da solução, voltados à organização e disseminação desse conhecimento; (iii) desenvolvimento do artefato, com base nos achados analíticos; (iv) demonstração, por meio de sua disponibilização em ambiente digital; (v) avaliação, considerando sua utilidade, aplicabilidade e potencial institucional; e (vi) comunicação dos resultados à comunidade acadêmica e institucional. Há que se registrar que esta última etapa não foi concluída, uma vez que o PTT desenvolvido se trata de um protótipo.

A escolha da DSR justifica-se pela necessidade de não apenas compreender a produção acadêmica desses servidores, mas também de transformar esse conhecimento em uma ferramenta estratégica de gestão e disseminação institucional. Assim, o protótipo desenvolvido configura-se como uma devolutiva qualificada da pesquisa, contribuindo para a organização do conhecimento, o fortalecimento da formação continuada e o aprimoramento das práticas institucionais.

Figura 8 -Página inicial que oferece o download do *software*.



Fonte: <https://mobirise.com/pt/>

De acordo com Sanchis *et al.* (2020), o termo *Low Code* foi cunhado pela Forrester Research em 2014, a qual afirmava que as empresas preferem escolher alternativas *Low Code* para entrega rápida, contínua e de teste e aprendizado.

Originalmente lançado em 2015, o Mobirise funciona como uma alternativa offline a plataformas como Wix ou Squarespace, permitindo baixar o software para computadores com Windows, macOS e Android.

Conforme a descrição no próprio site que fornece o download do software, o *Mobirise* é um software de construção de sites gratuito, trata-se de uma ferramenta que permite aos usuários criar e lançar sites sem custo, oferecendo recursos como arrastar e soltar, templates pré-fabricados e edição personalizada.

7.3 Instrumentos de validação

Para fins de validação do produto apresentado na presente dissertação, foi enviado questionários (conforme Apêndice E) aos sujeitos da presente pesquisa, obtivemos respostas apenas de dois Técnicos em Assuntos Educacionais.

O site foi apresentado a estes sujeitos como apresentação em formato html e alguns prints de tela da parte em construção, apresentando todos os recursos propostos no site, o conteúdo, o formato, a intencionalidade e a relevância para a instituição, no caso a UFPB.

A verificação e análise das respostas evidenciou positiva aceitação quanto ao Produto

Técnico-Tecnológico em si, como também ao conteúdo, escolha do formato e os objetivos propostos com a produção do produto. Houve também respostas positivas quanto à estética do site para o espectador e também sobre a proposta de reflexão sobre as aprendizagens e contribuições institucionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais à UFPB. Todavia, foi apontado como sugestão uma inserção de campo ou espaço no site para interação entre os Técnicos em Assuntos Educacionais.

7.4 Relevância, aplicabilidade, impacto e inovação

O Produto Técnico-Tecnológico produzido à luz dessa pesquisa apresenta elevada relevância institucional, haja vista que responde de forma objetiva às necessidades dos próprios servidores Técnicos em Assuntos Educacionais sujeitos da pesquisa. Cabe mencionar que algumas falas dos TAEs evidenciaram a necessidade de maior valorização dos seus trabalhos, das suas atribuições em si que, por vezes, são desconhecidas pela instituição e também por suas pesquisas desenvolvidas no âmbito da própria UFPB e as contribuições fornecidas à instituição.

Trata-se, portanto, de um Produto Técnico-Tecnológico classificado no Grupo II da CAPES, na categoria Plataforma digital / Sistema de informação - site, conforme a tipologia de Produtos relevantes para as 49 áreas de avaliação, após deliberações da CTC-ES (185º REUNIÃO)(CAPES,2019).

A relevância do produto decorre do objeto de pesquisa adotado, mas também, decorre das necessidades expressamente apresentadas pelos sujeitos da pesquisa e também das observações e conclusões empíricas dos autores. Dessarte, o site proposto contribui no sentido de proporcionar mais visibilidade e valorização profissional ao sistematizar e publicizar o perfil profissional de Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) egressos de programa de pós-graduação em Política Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES/CE/UFPB.

No que tange à aplicabilidade, o PTT apresenta totais viabilidade técnica, haja vista que pode ser implementado à divulgação permanente por partes de novos pesquisadores que deem continuidade ao objeto de pesquisa estudado nesta dissertação: os servidores técnicos em assuntos educacionais da UFPB, egressos do PPGAES, ou ainda pode ser objeto de divulgação e atualização do programa de pós-graduação PPGAES, pois se configura como um caminho também de valorização e divulgação do programa em si.

Acerca do potencial impacto, tem-se que este faz referência ao que já fora mencionado neste capítulo, notadamente a poder se configurar como uma ferramenta estratégica para apoiar

a tomada de decisão da Gestão universitária da Universidade Federal da Paraíba no sentido de qualificar as seleções para funções de gestão no âmbito da UFPB, para apoiar a escolha de servidores com expertise em determinados temas, o que pode tornar a designação de gestores mais transparente.

No que se refere à inovação, menciona-se que o site proposto é resultante da primeira pesquisa sobre os Técnicos em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba, e nesse caminho, apresenta-se como a proposta pioneira de apresentação de maneira tecnológica e interativa desses servidores supracitados e das aprendizagens e contribuições institucionais. Tudo isso confere ao produto um caráter inovador e que caminho para novos produtos e pesquisas.

7.5 Reformulação e consolidação do produto

As verificações e análises dos comentários acerca do questionário pelos sujeitos mostraram uma aceitação positiva quanto a alguns pontos do produto, como escolha do formato, apresentação do *dashboard*, adequação da linguagem utilizada e recursos audiovisuais. Houve também respostas positivas quanto à estética do site para o espectador e também sobre a proposta de reflexão sobre as aprendizagens e contribuições institucionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais à UFPB. Todavia, foi apontado como sugestão uma inserção de campo ou espaço no site para interação entre os Técnicos em Assuntos Educacionais. Nesse sentido, deparamo-nos com algumas limitações técnicas no site, e optou-se em inserir um e-mail como campo de envio de possíveis sugestões ou interações assíncronas entre os TAES.

Dessa forma, foram feitos ajustes no site no sentido de aprimorar o Produto e convergir com as demandas opinativas que foram apresentadas no processo de validação.

O produto Técnico-Tecnológico resultante dessa pesquisa encontra-se apresentado em formato de prints de tela do site em formato autônomo, no Apêndice D desta dissertação.

O Produto Técnico e Tecnológico (PTT) será entregue em formato de site, desenvolvido em linguagem padrão para páginas da internet. O material será organizado em um arquivo principal em HTML (*Hyper Text Markup Language*), acompanhado dos demais elementos necessários para o funcionamento da página, como arquivos de estilo e recursos gráficos, quando aplicáveis.

O conjunto de arquivos que compõem o site será encaminhado à Administração da página oficial do PPGAES, para que seja realizada a hospedagem e disponibilização do conteúdo de forma completa na internet.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao promover discussões referentes aos ocupantes do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais da UFPB, pretende-se dar mais visibilidade aos TAEs, seus trabalhos, aprendizagens e contribuições institucionais à UFPB, bem como, colaborar com a literatura sobre o tema, o que permitirá ampliar as discussões.

O objetivo principal foi analisar como a formação no Programa de Pós-graduação PPGAES contribui para o seu desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos Técnicos em Assuntos Educacionais, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os dados levantados se deram a partir de sessões de Grupo Focal com sete Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB que estão lotados no *Campus I*.

Pelo estudo realizado compreendeu-se que o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES) contribuiu de modo relevante para o desenvolvimento pessoal dos Técnicos em Assuntos Educacionais. Entendeu-se que vale destaque na perspectiva de criação de redes, de sentimento de pertença e ainda de ampliação da visão acerca do contexto de trabalho.

As considerações finais desta pesquisa permitem afirmar que o programa de mestrado investigado favoreceu trajetória profissional dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) egressos, apresentando contribuições que atravessam o âmbito individual e alcançam as ambiências institucionais da UFPB, vez que os relatos e registros de falas dos TAEs apontam no sentido das contribuições para aprimoramento das próprias funções típicas do cargo.

Conforme relatado por um dos TAEs participantes da pesquisa, o mestrado possibilitou não apenas a ampliação de conhecimentos, mas também a ressignificação do próprio papel enquanto servidor técnico em assuntos educacionais.

Pode-se inferir também que as contribuições do programa também chegaram ao lócus de trabalho desses servidores, isto é, seus locais de lotação na Instituição. Nesse sentido, compreendeu-se que a maioria absoluta dos participantes — mais de dois terços — relatou melhorias no desempenho de suas atividades em suas respectivas lotações. Seja no sentido de melhoria de atribuições peculiares ao cargo de Técnico em Assuntos Educacionais - que é um mote de pesquisa bastante discutido sobre essa categoria profissional - seja na perspectiva de favorecimento prático na resolução de demandas dos setores em que atuam, conforme constatamos ao decorrer desta dissertação.

Quanto às aprendizagens profissionais e contribuições para o setor de trabalho, foi possível também visualizar o que podemos chamar de “marcas formativas” do Programa de

Pós-Graduação nos registros de falas dos Técnicos em Assuntos Educacionais. Essas chamadas marcas são evidenciadas pelas menções de análise crítica das situações laborais, da melhoria nos atendimentos e assessoramentos ao público discente e docente e ainda no sentimento pessoal de estar mais preparado para o desempenho das funções de TAE.

Acerca das sugestões dos Técnicos em Assuntos Educacionais para o aprimoramento do Programa, foi possível perceber a partir dos registros de falas que houve menções de desconhecimento, mas também de algumas críticas pontuais no que tange à falta de planejamento, duplicidade de esforços nas cobranças do corpo docente aos discentes e sugestões de escuta dos gestores da Instituição e mecanismo para promover maior visibilidade às pesquisas desenvolvidas. Nesse diapasão, foi possível inferir que os registros de falas nesse sentido não se configuram necessariamente como críticas isoladas, mas refletem, em grande medida, um processo de amadurecimento do próprio programa de pós-graduação.

No que tange às contribuições institucionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais à UFPB, constatou-se diversas contribuições. Malgrado alguns TAES não tiveram clareza acerca da contribuição para a Instituição decorrente da sua pesquisa, ainda assim relataram melhorias na perspectiva acadêmica, de ressignificação de saber e ainda de entendimento pessoal sobre o próprio cargo. Já para outros TAES - também sujeitos desta pesquisa - a contribuição das suas pesquisas foi mais bem definidas e delineadas, através de propostas de melhorias de processos no âmbito internacional para a UFPB, de edição de Resolução Interna, de produção de material de base para uso em capacitações, e de desenvolvimento de análises técnicas sobre avaliação de cursos na Instituição.

Portanto, compreende-se que os Técnicos em Assuntos Educacionais, em que pese ainda expostos às situações de falta de reconhecimento e oportunidades, consoante também apresentados em seus registros de falas, esforçam-se para desenvolver e favorecer a Instituição no sentido das suas práticas típicas do cargo e também no sentido das pesquisas empreendidas por estes sujeitos.

Para atender aos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi elaborado, como produto final, uma página web vinculada à página oficial do PPGAES contendo dados e informações sobre as pesquisas desenvolvidas pelos TAEs no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, como também informações sobre seu perfil profissional, links para o currículo lattes, expertises produzidas no âmbito institucional e contribuições diretas à Universidade a partir das suas pesquisas. Seu conteúdo foi extraído dessa pesquisa, sendo sistematizado em forma de “Prints de tela”, inseridos ao final como Apêndice D.

Por conseguinte, esta investigação descortinou e se configurou como a primeira pesquisa sobre os Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB, conferindo visibilidade a uma categoria profissional historicamente pouco explorada na produção acadêmica. Apresentamos aqui as repercussões do mestrado na constituição identitária, no desempenho profissional e na dinâmica institucional, esta pesquisa pode ampliar o debate sobre a formação continuada no âmbito da educação superior pública, assim como sugere novos estudos que aprofundem a compreensão acerca do papel dos TAEs nas universidades federais.

Dessarte, concluiu-se que o Programa de Pós-Graduação em Política Pública, Gestão e Avaliação do Ensino Superior – PPGAES se apresenta como um relevante caminho de valorização profissional, qualificação e também fortalecimento profissional para os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB, seja na perspectiva de conquista do seu lugar na IES, seja na perspectiva contribuir de modo decisivo para o trabalho desses profissionais.

Em suma, devemos ressaltar que os resultados obtidos ao longo do percurso desta pesquisa referendam o pressuposto inicial, no qual defendeu-se que a formação no PPGAES favorece as dimensões pessoais, profissionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais e também corrobora com a perspectiva da práxis profissional desses sujeitos, sem perder de vista as contribuições para a Instituição.

As reflexões suscitadas no estudo possibilitam que destaquemos ainda a necessidade de novas pesquisas acerca dos Técnicos em Assuntos Educacionais na UFPB, mormente, sobre os sentidos da práxis profissional desses profissionais em seus lócus de trabalho. Outrossim, malgrado essa pesquisa tenha se configurado como o primeiro trabalho sobre os Técnicos em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba, apontamos horizonte para novas pesquisas sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- ABREU, N. R.; BALDANZA, R. F.; GONDIM, S. M. G. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. **JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 6, p. 5-24, 2009.
- ALMEIDA, U. R. *et al.* A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 204-213, 2018.
- ALVES, A. A.; BLIKESTEIN, I. Análise Narrativa. In: SILVA, A. B da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- ALVES, D. A. de; TEIXEIRA, W. M. Ética em pesquisa em ciências sociais: regulamentação, prática científica e controvérsias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e217376, p. 1-21, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634202046217376>
- ARRUDA, C. N. **Técnicos em assuntos educacionais e prática pedagógica fora da sala de aula**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Rio Grande do Sul: Grupo A, 2011. 9788536321455. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321455/>. Acesso em 28 ago. 2023.
- BITTENCOURT, Z. A.r; VEDRINE, E.; SCHWARTZ, S. A produção científica sobre internacionalização na pós-graduação: uma pesquisa de estado do conhecimento. **Travessias**, v. 20, n. 1, p. 6, 2026.
- BORDINI, G. S.; SPERB, T. M. O uso dos grupos focais on-line síncronos em pesquisa qualitativa. **Psicologia em Estudo**, v. 16, p. 437-445, 2011.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 set. 2023.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Mpv/mpv1286.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório Final de Atividades – GT Impacto e Relevância Econômica e Social**. Brasília, DF: MEC, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**. Descrição dos cargos técnico-administrativos em educação autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

BRASIL. **Parecer no 977 CES**, de 03 de dezembro de 1965. Dispõe sobre a definição dos cursos de pós-graduação. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 16/10/2024.

BRASIL. **Portaria no 47**, de 17 de outubro de 1995. Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado profissional. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2184/portaria-capes-n-47/>. Acesso em: 16/10/2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Thematic analysis: a practical guide**. London: SAGE Publications, 2021.

CARVALHO, M. C. N. **Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

CHATTERJEE, S. *Elements of Design Science Research*. Springer, 2015.

COUTINHO, T. P. S. C. **Entre a arena e os bastidores: da prática em desenvolvimento à práxis pedagógica do Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito do IFRN**. 2022. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/4d53fbd1-0207-4a9f-8813-6897f46cd4df/content>.

CUNHA, A. S. L. et al. **Produtos técnicos e tecnológicos de mestrados profissionais e suas contribuições para a gestão da educação superior**. Repositório UFPB. 2024. Acesso em 10 de fevereiro de 2026.

CURY, D. G. **A (in)visibilidade do Técnico em Assuntos Educacionais: percalços e possibilidades de atuação na Universidade Federal de Uberlândia**. Tese de Doutorado. Uberlândia. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_ba754333490627d07360daee203bcbad

DA COSTA, R. N. R.; GALELLI, Ademar. **A relação entre qualidade, motivação e comprometimento organizacional: estudo de caso em uma universidade federal**. Dissertação de Mestrado, Repositório Institucional da Universidade Federal de Caxias do Sul, 2014.

DA CRUZ, Filomena Maria Oliveira; DE FÁTIMA MELO, Lúcia. Desafios da Formação Continuada dos Servidores Técnico-Administrativos na Universidade Federal do Acre. **Communitas**, v. 9, n. 23, p. e8904-e8904, 2025.

DA SILVA, Katia Félix; JUNIOR, José De Miranda Freire; PONTES, Ana Paula Furtado Soares. Formação continuada de técnicos em assuntos educacionais: um olhar sobre a política nacional de desenvolvimento de pessoas de um Instituto Federal. **Ensino & Pesquisa**, v. 22, n. 3, p. 309-321, 2024.

DE MIRANDA, N. A. et al. Entre a formação e a docência: percepções de egressos de Pedagogia sobre estágio, coerência formativa e condições de trabalho. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 13, n. 34, p. 230-250, 2026.

DA SILVA ALVES, Marcelo dos Reis; DE LIMA, Geraldo Gonçalves. A formação continuada dos Técnicos-Administrativos em Educação no IFTM: contribuições para o apoio ao ensino e fortalecimento do ambiente educacional. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 11, n. jan./dez., p. e245025-e245025, 2025.

DA SILVA, Cláudio Nei Nascimento et al. Determinantes metodológicos que entram na configuração dos mestrados profissionais no Brasil: concepções, método e resultados para a sociedade. **Editora Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, p. 123-142, 2022.

DA SILVA TORLIG, E. G. *et al.* Proposta de validação para instrumentos de pesquisa qualitativa (Vali-Quali). **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 23, n. 1, 2022.

DONATO, H.; DONATO, M. Etapas na condução de uma revisão sistemática. **Acta medica portuguesa**, v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

DA SILVA ROCHA, M. H.; DA SILVA, C. H. F.; DELLAZZANA-ZANON, L. L. Devolutiva de resultados: compromisso ético-político em pesquisa com seres humanos. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 6, n. 11, p. 219-235, 2021.

DURÉ, RaviCajú; DE ANDRADE, Maria José Dias; ABÍLIO, Francisco José Pegado. A Identificação Profissional em um Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas: Quem Quer Ser um Professor?. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. e46357-27, 2023.

EM PESQUISA-ANPED, Comissão de Ética. **Ética e pesquisa em educação**: subsídios-volume 2. ANPED. – Rio de Janeiro: ANPED, 2021. recurso online.

FERNANDES, T. D.s; GARCÊS, B. P.. A MOTIVAÇÃO NO TRABALHO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **ARACÊ**, v. 7, n. 10, p. e9236-e9236, 2025.

FERREIRA, L. G. *et al.* Influência dos incentivos à qualificação dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de São João Del Rei. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 5, n. 1, p. 183-203, 2015.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2005.v2.74. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/74>. Acesso em: 7 fev. 2025.

FRANCISCONI, Gislene; GIACOMAZZO, Graziela. Desenvolvimento Profissional e Epistemologia da Práxis: perspectivas para a Inovação Pedagógica. **Ensino & Pesquisa**, v. 22, n. 3, p. 214-227, 2024.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação,

produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2022. ISBN 9788597012934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E. dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, H. J. L; ABENSUR, P. L. D; QUEIROZ, S. Q. Identidade de profissionais da educação na rede federal de educação profissional científica e tecnológica: os especialistas em educação. **Revista SINERGIA**, São Paulo, v.10, n.1, jan./jul. 2009.

GONÇALVES, M. F. *et al.* A importância da monitoria acadêmica no ensino superior. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 1, p. e313757-e313757, 2021.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira Pedagogia**, Brasília, v. 93, n.235, p. 836-863, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/bqD9kT8FGbNz5W5CZvMDJWB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2023.

HEVNER, A. R. Reflections on Design Science Research. *MIS Quarterly*, v. 42, n. 1, 2018.

LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 17 conjuntos. 2023.

LIMA, I. V. O sistema de remuneração dos servidores técnico-administrativos das IFES sob a lente da gestão de pessoas por competências. **GESTÃO PÚBLICA**, 2016.

LIMA, M. L. F. **Políticas públicas no ensino superior**: ações afirmativas na UFPB. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7773/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MEDEIROS, C. C. S; DE MORAIS, I. C. S. Diálogos com a Prática: O Papel do Estágio na Educação Infantil para a construção da Identidade Docente. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 26, n. 1, p. AI02-AI02, 2026.

MEIRELES, M. W. C.; DE PAULA MARTINS, H.; FERNANDES, L. E. M. Formação continuada de servidores e satisfação no trabalho socioeducativo. **Cadernos Cajuína**, v. 10, n. 1, p. e810-e810, 2025.

Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Pessoal. Considerações sobre a situação atual dos técnicos em assuntos educacionais no MEC. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001934.pdf>.

MOREIRA, A. L.; PONTES, A. P. F. S. O estágio para estudantes de Pedagogia na UFPB: motivações e vivência. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 4, n. 9, p. 79-97, 2017.

MOURA, S. L. **O lugar dos Técnicos em assuntos educacionais em uma instituição federal de ensino do sul do Brasil**. 2017. 109f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade LaSalle, Canoas.

NEVES, V. N. S. et al. **"A emancipação da medicina paraibana": tessituras constitutivas da Faculdade de Medicina da Paraíba (1950-1974)**. 2024.

OBES, Liziane Feckner Buldain. **Desafios e possibilidades da formação continuada em serviço para os servidores técnico-administrativos da Unb na percepção do servidor e do gestor**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/51298>. Acesso em 29 de março de 2026.

OLIVEIRA, C. F. B. **A atuação do Técnico em Assuntos Educacionais na formação inicial em educação física**. 2015, 104 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo.

OLIVEIRA, C. F. B. **A atuação do técnico em assuntos educacionais na formação inicial em educação física**. 2015. 90f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www2.unifesp.br/centros/cedess/mestrado/baixada_santista_teses/054_bx_dissertacao_

PEREIRA, A. M.; DOLCI, L. N.; DA COSTA, L. S. O sentido do trabalho no contexto da crise estrutural do capital. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 6, n. 2, 2016.

PEFFERS, K. et al. A Design Science Research Methodology for Information Systems Research. *Journal of Management Information Systems*, v. 24, n. 3, p. 45–77, 2007.

RAMOS, A.; Faria, P. M.; FARIA, Á. (2014). Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, 14(41), 17-36. <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS01>

RBPG, R. Mestrado no Brasil – a situação e uma nova perspectiva. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2005.v2.85. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/85>. Acesso em: 7 fev. 2025.

RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, p. 779-786, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**, 4ed. Grupo GEN, 2017. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013948/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

RICHIT, A.; LOSS, Adriana S. Aprendizagens profissionais de acadêmicos de licenciatura em pedagogia em estágio supervisionado. **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e262812, 2024.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Módulo Básico De Especialização Em Gestão Pública. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

SALES, T. M. **Eficácia social da política pública de cotas no curso de medicina da universidade federal de campina grande – UFCG**: compreendendo as trajetórias acadêmicas de alunos/as cotistas. 2023. 200f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27551/1/TiagoMontenegroSales_Dissert.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

SANSEVERINO, A. M; GOMES, C.S.F.. O papel dos Técnicos em Assuntos Educacionais em uma instituição federal de ensino superior: atribuições e propostas de ações. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 10., 2014, Rio de Janeiro. Anais...** . Rio de Janeiro: Inovarse, 2014. p. 1 - 21. Disponível em: Acesso em: 02 out. 2024.

SANSEVERINO, A. M.; GOMES, C. F. S. Propostas dos técnicos em assuntos educacionais. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 7, n. 1, 2017.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTANA JÚNIOR, R. V. **Os técnicos em assuntos educacionais e as relações de poder nos Centros Acadêmicos da Universidade Federal de Pernambuco**. Rivanildo Valerino de Santana Junior. – 2022.

SILVA, C. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: SILVA, C. da. **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003. p. 17-38.

SANTOS, R. *et al.* **A internacionalização na Pós-Graduação da UEPB: avanços e desafios avaliativos no programa de pós-graduação em literatura e interculturalidade**. 2025.

SILVA, J. C. M. *et al.* Os Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) na educação profissional e tecnológica: desafios relacionados à construção da sua identidade profissional. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 12, p. e10257-e10257, 2024.

SILVA, J. C. M.; **Os Técnicos em Assuntos Educacionais: compreendendo o seu lugar de pertencimento na articulação dos processos educativos na Educação Profissional e Tecnológica**. 2021. XXX f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – IFPE, Olinda.

SILVA, J. C. M.; DE MELO FILHO, I. J. O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE O SUPORTE DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (TAE) ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA?. **Revista Valore**, v. 6, p. 6009, 2021.

SILVA, K. F. **Desenvolvimento Profissional e Identitário dos Técnicos em Assuntos Educacionais**: Contribuição para a Política de Formação Continuada de um Instituto Federal João Pessoa – Pb. 2023. 160f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SILVA, N.; BALASSIANO, M.; SILVA, E. O burocrata proteano: gerenciando a própria carreira no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 13-32, 2014.

SOUSA, J. A. **Desafios e papel do Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade de Brasília** / Jaqueline de Almeida Sousa; orientador Livia Freitas Fonseca Borges. -- Brasília, 2019. 114 p.

SOUSA JUNIOR, L.; FARIAS, M. S. B. METODOLOGIA E PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO: a experiência do Mestrado Profissional em Políticas Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV/UFPB. **Revista Multidisciplinar Plurais**. Salvador, v. 2, n. 1, p. 24-36, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/3618/2330>. Acesso em 23 de novembro de 2024.

TESSARINI JUNIOR, G.; SALTORATO, P. Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais. **Cadernos Ebape**. Br, v. 19, p. 811-823, 2021.

VOM BROCKE, J. et al. *Design Science Research: Cases*. **Springer**, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos; tradução Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

Apêndice A – Guia de Tópicos para desenvolvimento do Grupo Focal (GF)

TEMÁTICAS PARA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO GRUPO FOCAL COM OS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS.

Público Alvo: Servidores Técnicos em Assuntos Educacionais, da UFPB, *campus* I, egressos do PPGAES.

1. Impacto da formação no PPGAES sua vida pessoal e profissional;
2. PPGAES: Aprendizagens Profissionais e contribuições para o seu trabalho na UFPB;
3. Devolutiva de pesquisa para a UFPB: Processo e receptividade da dissertação ou Produto Técnico Tecnológico;
4. Expectativas e oportunidades geradas a partir da conclusão do Mestrado Profissional na Instituição e fora dela;
5. Impactos da conclusão do Mestrado Profissional no setor de trabalho (Expectativas e realidades);
6. Como aprimorar as contribuições do Programa de Pós-graduação para o desenvolvimento institucional e profissional?
7. Visão sobre si a partir da conclusão do Mestrado Profissional;

APÊNDICE

Apêndice B – Termo de Autorização para uso de Imagem.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA PÚBLICA, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR – PPGAES – CE.

Eu, _____,
portador(a) do documento de identidade nº _____ e CPF nº
_____, residente e domiciliado(a) em
_____.

AUTORIZO, de forma livre, voluntária e gratuita, a utilização de minha imagem, captada por meio de fotografias, no âmbito do Produto Técnico-Tecnológico desenvolvido (site para divulgação das contribuições dos TAEs egressos do PPGAES) através da pesquisa intitulada; Técnicos em Assuntos Educacionais em Movimento: Aprendizagens, Saberes e Contribuições Institucionais, desenvolvido por Bruno Vitor Veríssimo de Lima, inscrito no CPF 095.752.484-65 e RG 3168607-9, discente do Programa de Pós-Graduação em Política Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior, orientado pela docente Dr^a Ana Paula Furtado Soares Pontes, da Universidade Federal da Paraíba.

A presente autorização permite que minha imagem seja utilizada exclusivamente para **fins acadêmicos e científicos**, incluindo a dissertação de mestrado, artigo científico resultante exclusivamente da pesquisa e o Produto Técnico-Tecnológico (PTT).

Declaro estar ciente de que:

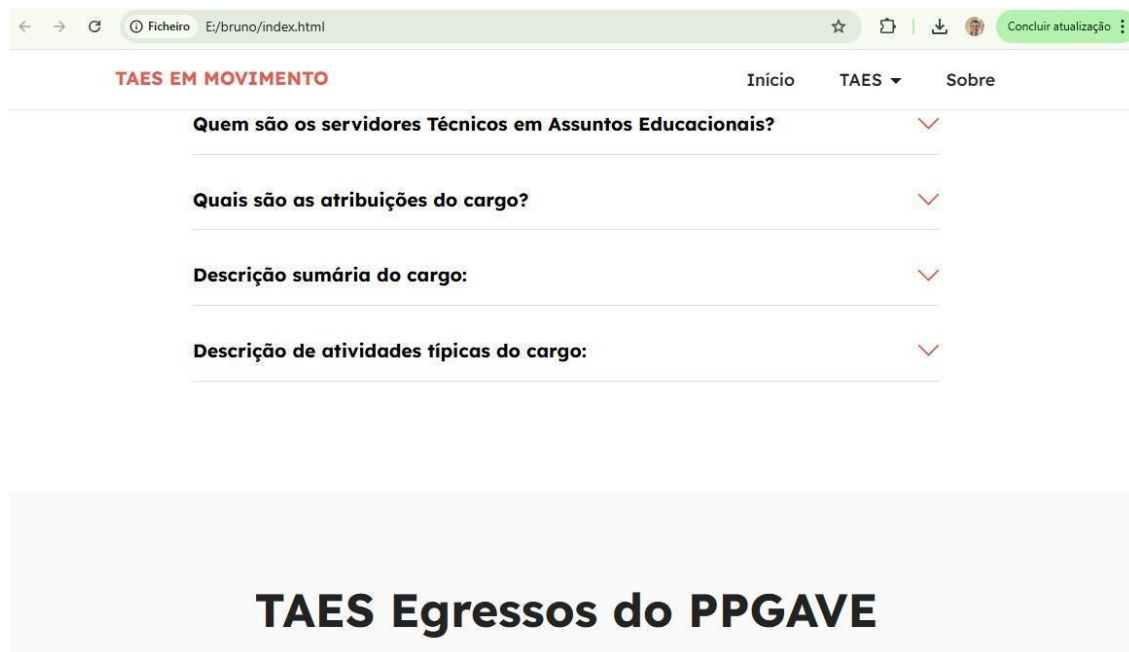
1. A utilização da minha imagem não terá finalidade comercial.
2. Minha participação é voluntária e não implica em qualquer tipo de remuneração.
3. Posso solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa a qualquer momento.
4. A qualquer tempo posso solicitar a interrupção do uso da minha imagem, mediante comunicação ao(à) pesquisador(a), respeitando os materiais já publicados.

Assinatura

Apêndice C – Links para acesso às pesquisas desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais no âmbito do PPGAES.

Sujeitos	Links para acesso às pesquisas desenvolvidas pelos TAES.
S1	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9329?locale=pt_BR
S2	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9320?locale=pt_BR
S3	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9328?locale=pt_BR
S4	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15354?locale=pt_BR
S5	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12966
S6	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9366?locale=pt_BR
S7	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19557?locale=pt_BR
S8	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22706?locale=pt_BR

Apêndice D – Print de tela acerca do Produto Técnico-Tecnológico



**Téc. Assuntos
Educacionais**

Desenvolvimento
da formação
profissional na área
de gestão
educacional.

**Téc. Assuntos
Educacionais**

Fortalecimento das
políticas
educacionais
externas no âmbito
da UFPB:
Internacionalizaçã
o.

**Téc. Assuntos
Educacionais**

Relevância do
Programa de
Educação Tutorial
(PET) no ensino e
formação na UFPB.

**Téc. Assuntos
Educacionais**

Fortalecimento das
políticas
educacionais
internas no âmbito
da UFPB.

Apêndice E – Questionário de Avaliação do site decorrente da pesquisa: Técnicos em Assuntos Educacionais em Movimento: Aprendizagens, Saberes e Contribuições Institucionais.

Prezado(a) participante,

Convidamos você a verificar o site como um Produto Técnico e Tecnológico (PTT) elaborado a partir dos resultados da minha pesquisa de mestrado, desenvolvida no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - PPGAVE. Venho pedir que, após a verificação, gentilmente que você possa responder ao seguinte questionário de avaliação desse produto. O presente questionário foi desenvolvido tendo como base, os aspectos pedagógicos, conceituais, comunicacionais e estético-funcionais apresentados por Kaplún (2003), Farias e Mendonça (2025).

Escala de resposta para todas as questões:

(1 Discordo / 2 Não sei opinar / 3 Indiferente / 4 Concordo)

EIXO 1 – CONCEITUAL - Avalie os aspectos conceituais apresentados no site:

Os conteúdos apresentados foram relevantes para a compreensão das contribuições institucionais decorrentes das pesquisas dos TAEs.

() Discordo () Não sei opinar () Indiferente () Concordo

EIXO 2 – PEDAGÓGICO - Avalie os aspectos de aprendizagem apresentados no site:

O site me fez refletir sobre os saberes e contribuições institucionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais à UFPB.

() Discordo () Não sei opinar () Indiferente () Concordo

EIXO 3 – COMUNICACIONAL - Avalie os aspectos comunicacionais apresentados no site, como a linguagem:

A comunicação apresentada foi clara e de fácil entendimento.

() Discordo () Não sei opinar () Indiferente () Concordo

EIXO 4 – ESTÉTICO-FUNCIONAL - Avalie os aspectos estéticos e funcionais do site:

O site é bem avaliado esteticamente, gerando uma experiência atraente para o espectador.

() Discordo () Não sei opinar () Indiferente () Concordo

AVALIAÇÃO GERAL (integração dos eixos)

Você tem alguma sugestão de melhoria para o site apresentado?

Apêndice F – Produto Técnico-Tecnológico (PTT) do Protótipo de Web Site.

Protótipo de web site



Bruno Vitor Veríssimo de Lima

Contribuições institucionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais à UFPB.

Trata-se de um **Produto Técnico-Tecnológico (PTT)** decorrente da dissertação de mestrado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Política Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAVE da Universidade Federal da Paraíba.



Bruno Vitor Veríssimo de Lima e Prof^ª Dr^ª Ana Paula Furtado Soares Pontes

SUMÁRIO

Protótipo de Web site - PTT Apresentado ao PPGAVE



1. Quem são os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais?.....	03
2. Contribuições dos Téc. em Assuntos Educacionais à UFPB.....	04
3. Metodologia de Produção do PTT.....	05
4. O Programa de Pós-graduação PPGAVE/UFPB.....	08
5. Abas, Informações e Funcionalidades do Protótipo de Web Site.....	09
6. Referências Bibliográficas.....	16
7. Apêndice.....	17

Servidores Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB.



Quem são?

A categoria funcional de Técnico em Assuntos Educacionais foi criada pelo Plano de Cargos e Salários (PCC) sob a Lei No 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais (Brasil, 1970).

Importante mencionar o Ofício que fora enviado em 2005, pelo Ministério da Educação: Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, que definiu a descrição sumária do cargo e ainda as atribuições típicas do cargo de TAE.



Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC foi enviado pelo Ministério da Educação (MEC)

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>



Moura (2017) evidencia que há poucos trabalhos que colocam esse profissional no centro de estudos. Tendo em vista que essa categoria está presente em todas as universidades federais do Brasil, bem como nos institutos e escolas federais.

Servidores Técnicos em Assuntos Educacionais



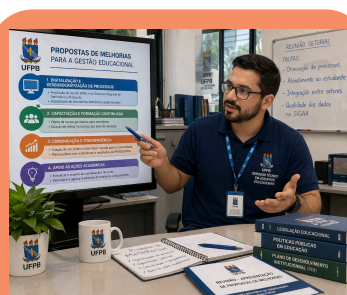
Quem são?

A categoria profissional chamada Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) é de provimento de cargo efetivo de nível superior (nível E, conforme classificação prevista na lei nº 11.091/2005), **destinado a licenciados ou a pedagogos**.

Contribuições dos TAEs à UFPB

No que tange às contribuições institucionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais à UFPB, constatou-se diversas contribuições.

As contribuições dos Técnicos em Assuntos Educacionais egressos do PPGAVE à Instituição estão relacionadas tanto com o aspecto acadêmico de aprofundamentos das pesquisas, como também através do desenvolvimento de PTTs alinhados às necessidades institucionais da UFPB.



Propostas de Melhorias em políticas internas da Instituição.

Análises de avaliações de cursos de graduação no âmbito de um Centro de Ensino na UFPB.



Aprofundamentos de pesquisas sobre processos na UFPB.

Desenvolvimento de pesquisa para aprofundamentos de processo pedagógico relevante: Monitoria na UFPB.



Desenvolvimento de minuta de resolução interna.

Constatou-se também desenvolvimento de minuta de resolução para fins de organização de processo de estágio na UFPB.

É importante mencionar que as contribuições acima apresentadas são, em tese, apenas parte do que fora investigado acerca das contribuições decorrentes das pesquisas dos Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB para a Instituição. Conforme a fala de um dos sujeitos da pesquisa: *“São inúmeras as contribuições que o PPGAES dá, não só para o servidor enquanto TAE, mas com certeza para o setor e consequentemente para a formação dos nossos estudantes, que é o grande objetivo da nossa atuação no setor”.* (TAE 4/UFPB).

Metodologia de produção do PTT (Produto Técnico-Tecnológico)



Eixos centrais do Protótipo de web site			
Perfil profissional	Pesquisas desenvolvidas no programa de pós-graduação;	Expertises e aprendizagens profissionais consolidados;	Contribuições institucionais decorrentes da formação <i>stricto sensu</i> no PPGAVE à UFPB.
Desenvolvimento do Produto			
O Protótipo de site aqui proposto como PTT foi desenvolvido através do software Mobirise®. Trata-se de um construtor de sites <i>no-code</i> — ou seja, um aplicativo que permite criar e publicar websites sem escrever código manualmente, a partir de templates pré-definidos.  Adotamos a perspectiva Design Science Research (DSR), abordagem que se caracteriza pela produção de conhecimento científico por meio do desenvolvimento e avaliação de artefatos destinados à resolução de problemas reais em contextos organizacionais.  Ele foi projetado especialmente para usuários sem conhecimentos técnicos de programação ou desenvolvimento web, usando uma interface gráfica intuitiva de arrastar e soltar (draganddrop) para montar páginas completas.			
Objetivos do Produto			
O objetivo geral do Produto Técnico-Tecnológico é sistematizar e publicizar o perfil profissional de Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) egressos de programa de pós-graduação, a fim de dar visibilidade. 			



Outrossim, é também objetivo do presente Produto Técnico-Tecnológico configurar-se como uma ferramenta **estratégica para apoiar a tomada de decisão da Gestão** universitária da Universidade Federal da Paraíba no sentido de qualificar as seleções para funções de gestão no âmbito da UFPB.

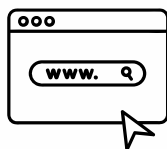
Formato do Protótipo de site

O Produto Técnico e Tecnológico (PTT) encontra-se em formato de site, desenvolvido em linguagem padrão para páginas da internet. Está definido e organizado em um arquivo principal em **HTML (HyperTextMarkupLanguage)**.



Definição do Produto

O Protótipo desenvolvido consiste em um Produto Técnico-Tecnológico (PTT) materializado em um **site, concebido para sistematizar e dar visibilidade às contribuições institucionais** oriundas das pesquisas desenvolvidas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba.



Validação do Produto

A validação do Produto ocorreu através de questionário enviado aos sujeitos da presente pesquisa (TAEs da Instituição egressos do PPGAVE). O questionário pode ser consultado ao final desta revista, como apêndice.



Relevância, aplicabilidade, impacto e inovação

Apresenta elevada relevância institucional, haja vista que **responde de forma objetiva às necessidades dos próprios servidores Técnicos em Assuntos Educacionais** sujeitos da pesquisa.

No que tange à aplicabilidade, o PTT apresenta totais **viabilidade técnica**, haja vista que pode ser implementado à divulgação permanente por partes de novos pesquisadores que deem continuidade ao objeto de pesquisa.



Sobre Impacto e inovação, o site proposto **apresenta-se como a proposta pioneira de apresentação de maneira tecnológica e interativa desses servidores supracitados e das aprendizagens e contribuições institucionais.**



O Programa de Pós-graduação - PPGAVE-UFPB.



O funcionamento do curso teve início em 13 de março de 2015. O curso está vinculado ao Centro de Educação/UFPB.

O Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB foi autorizado pela Resolução nº 05/2012 do CONSUNI de 22 de maio de 2012 e criado pela Resolução nº 12/2012.

O curso está vinculado ao Centro de Educação/UFPB e integra o rol de cursos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPG) da UFPB.



Em 2025, houve edição e publicação de nova Resolução, trata-se da Resolução nº 08/2025 do CONSEPE/UFPB.

Aprovou o novo Regulamento e a Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação (PPGAVE).



Segundo o portal CAPES, consultado em julho/2024, o **mestrado profissional** é voltado para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho.

Protótipo de Web site

Produto Técnico-Tecnológico (PTT)



Apresentaremos a seguir as abas, as informações e as funcionalidades do Protótipo de Web site desenvolvido como Produto Técnico-Tecnológico (PTT).



Quem são os servidores Técnicos em Assuntos Educacionais?



Quais são as atribuições do cargo?



Descrição sumária do cargo:



Descrição de atividades típicas do cargo:





O Produto Técnico-Tecnológico aqui apresentado tem **potencial de identificar talentos internos no âmbito da Universidade Federal da Paraíba**, no sentido de permitir que os gestores reconheçam servidores com competências ou experiências específicas relacionadas a áreas da Universidade.

TAES Egressos do PPGAVE



TALES TARSIS

Téc. Assuntos Educacionais

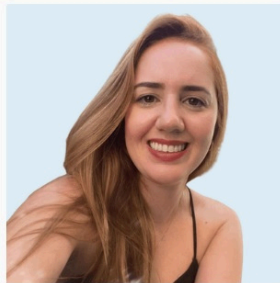
Descobertas institucionais à luz de pesquisa aplicada à UFPB:
Avaliação de cursos de graduação do CE pela CPA.



ALAN LEITE

Téc. Assuntos Educacionais

Qualificação de processos acadêmicos no âmbito da UFPB: Estágio.



LIARA COSTA

Téc. Assuntos Educacionais

Valorização do papel pedagógico da monitoria na UFPB.



GABRIELA LEITE

Téc. Assuntos Educacionais

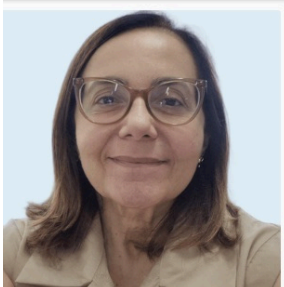
Visão crítica acerca da Universidade e do papel de ser servidor TAE.

TAES EM MOVIMENTO

Início

TAES ▾

Sobre



EDINALVA ALVES

Téc. Assuntos Educacionais

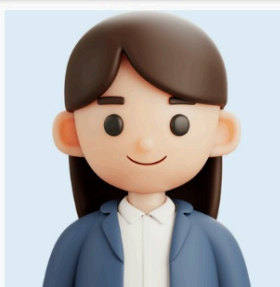
Desenvolvimento da formação profissional na área de gestão educacional.



RUBEM ALVES

Téc. Assuntos Educacionais

Fortalecimento das políticas educacionais externas no âmbito da UFPB: Internacionalização.



FLÁVIA PALOMA

Téc. Assuntos Educacionais

Relevância do Programa de Educação Tutorial (PET) no ensino e formação na UFPB.



LIDIANE RAMOS

Téc. Assuntos Educacionais

Fortalecimento das políticas educacionais internas no âmbito da UFPB.



Conforme Assumpção e Villegas, 2013, a **utilização da web como ferramenta de desenvolvimento de um produto** ultrapassou o papel coadjuvante. O número crescente de acessos mostra o enorme potencial evidente de divulgação de produtos, por meio de sites bem elaborados e atraentes.



Técnicos em Assuntos
Educacionais



Universidade Federal
da Paraíba



Painel dos Técnicos em Assuntos Educacionais.

TAES EM MOVIMENTO

Início

TAES ▾

Sobre



ALAN LEITE MOREIRA

Doutor em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Maceió (2024). Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior pela UFPB (2017). Especialista em Metodologia do Ensino de Química pela FIJ-RJ (2011). Graduado no bacharelado em Farmácia, Bioquímica e Indústria pela UFPB (2013) e na Licenciatura em Química pela UFPB (2008). Membro dos Grupos de Pesquisa "Estágio, Ensino e Formação Docente" (2015-atual) e "SINAPSE - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Saúde Mental e Neurociência" (2020-atual), ambos vinculados à UFPB. Atua como Técnico em Assuntos Educacionais da UFPB (2014-atual) e como Professor de Química da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (2013-atual).

Informações do TAE

Resumo da Pesquisa

Expertise

Formação: Licenciatura em Química

Contato institucional: 3216-7383

Lotação: PRG - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO

Mote da pesquisa: Contribuições do estágio realizado por estudantes de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus I.

Contribuições Institucionais: Implementação de uma Instrução Normativa relacionada à contratação de estagiários no âmbito da UFPB: Instrução Normativa Conjunta nº 01 PROGEP/PROPLAN/PRG/GR, de 20 de setembro de 2016.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7570406282606856>



Informações da página

Conforme apresentado acima, além das informações do servidor TAE, há também um **resumo ampliado da pesquisa desenvolvida pelo TAE** e ainda a **expertise** apropriada. Outrossim, há também link para o **currículo Lattes**.

Painel dos Técnicos em Assuntos Educacionais.

TAES EM MOVIMENTO

Início

TAES ▾

Sobre



LIARA DAS GRACAS COSTA DE MEDEIROS SOUZA

Doutoranda em educação, na linha de políticas educacionais, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - UFPB (2018) e especialista em Docência no ensino superior pela Universidade Potiguar (2015). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011). Atua profissionalmente como Técnica em Assuntos Educacionais da UFPB. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Superior, estágio e monitoria.

Informações do TAE

Resumo da Pesquisa

Expertise

Formação: Pedagogia

Contato institucional: 3216-7383

Lotação: PRG - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO

Mote da pesquisa: A monitoria no curso de pedagogia da UFPB e suas contribuições para a formação dos estudantes.

Contribuições Institucionais: Visibilidade e ampliação do programa de Monitoria na UFPB.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0883749030789886>



Informações da página

O uso das imagens dos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais da UFPB (sujeitos desta pesquisa) foi devidamente autorizado em termo específico nesse sentido.

Painel dos Técnicos em Assuntos Educacionais.

TAES EM MOVIMENTO

Início

TAES ▾

Sobre



EDINALVA ALVES AGUIAR CARVALHO DE MELO

Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba(1987). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional.

Informações do TAE

Resumo da Pesquisa

Expertise

Formação: Letras - Língua Portuguesa

Contato institucional: 3216-7140

Lotação: PPGE-CE-UFPB

Mote da pesquisa: Execução e Gestão do Programa Escola de Gestores na UFPB.

Contribuições Institucionais: Dados para aprimoramento pela gestão da UFPB do Programa pela gestão da UFPB (programa de pós-graduação).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4930451886388544>



Informações da página

O mote da pesquisa da servidora TAE faz referência à pesquisa desenvolvida no âmbito do PPGAVE

Painel dos Técnicos em Assuntos Educacionais.

TAES EM MOVIMENTO

Início

TAES ▾

Sobre



RUBEM ALVES DE LIMA

Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba(1987). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional.

Informações do TAE

Resumo da Pesquisa

Expertise

Formação: Matemática

Contato institucional: 3216-8798

Lotação: PRPG - COORDENAÇÃO GERAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO E LATO SENSU.

Mote da pesquisa: Processo de internacionalização dos programas de pós-graduação stricto sensu na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Contribuições Institucionais: Propostas com vistas à melhoria do processo de internacionalização dos programas de pós-graduação da UFPB e Proposta de criação e implantação do CIAI no SIGAA.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2696880833872853>

Painel dos Técnicos em Assuntos Educacionais.

TAES EM MOVIMENTO

Início

TAES ▾

Sobre



TALES TÂRSIS DANTAS VIEIRA

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB) Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAVE/UFPB), Pós-graduado em Tecnologias e Metodologias da Educação (ISEIB) e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Técnico em Assuntos Educacionais do PPGOA/CE/UFPB e do SAP/CE.

Informações do TAE

Resumo da Pesquisa

Expertise

Formação: Licenciatura em Ciências Biológicas

Contato institucional: 3216-8218

Lotação: CE-DIREÇÃO DE CENTRO

Mote da pesquisa: Verificação dos relatórios de avaliação externa dos cursos de graduação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba a fim de analisar se atendem às normas do SINAES.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3267126969016839>

Informações sobre o autor.

TAES EM MOVIMENTO

Início

TAES ▾

Sobre



Olá, sou Bruno Vitor

Sou servidor Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tomei posse no dia 25 de agosto de 2021 nesta Universidade. Atualmente sou lotado na Pró-Reitora de Pesquisa – PROPESQ. Ingressei no mestrado em 2024 no processo seletivo da turma 10 do Programa de Pós-Graduação em Política Pública, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAVE/CE.

Nesse sentido, minha própria atuação como servidor técnico em assuntos educacionais na UFPB motivou o desenvolvimento da pesquisa intitulada: “Técnicos em Assuntos Educacionais em Movimento: Aprendizagens, Saberes e Contribuições Institucionais”, no sentido de contribuir para as suas atividades finalísticas. Hodiernamente, sou discente da pós-graduação stricto sensu e também sou colaborador de um projeto de pesquisa da iniciação científica desta universidade.

Destarte, a pesquisa supracitada desenvolveu como Produto Técnico-Tecnológico (PTT) este site a fim de promover maior visibilidade aos servidores Técnicos em Assuntos Educacionais egressos do Programa de pós-graduação objeto deste estudo (PPGAVE) da UFPB.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

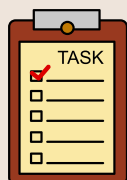
BRASIL. **Ministério da Educação. Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC.** Descrição dos cargos técnico-administrativos em educação autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.** Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 dez. 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5645.htm. Acesso em: 15 de set de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 15 de set de 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Mestrado profissional: o que é? Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e>. Acesso em: jul. 2024.

MOURA, S. L. **O lugar dos Técnicos em assuntos educacionais em uma instituição federal de ensino do sul do Brasil.** 2017. 109f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade LaSalle, Canoas.



APÊNDICE - Questionário de Avaliação do site decorrente da pesquisa: Técnicos em Assuntos Educacionais em Movimento: Aprendizagens, Saberes e Contribuições Institucionais.

Prezado(a) participante,

Convidamos você a verificar o site como um Produto Técnico e Tecnológico (PTT) elaborado a partir dos resultados da minha pesquisa de mestrado, desenvolvida no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - PPGAVE. Venho pedir que, após a verificação, gentilmente que você possa responder ao seguinte questionário de avaliação desse produto. O presente questionário foi desenvolvido tendo como base, os aspectos pedagógicos, conceituais, comunicacionais e estético-funcionais apresentados por Kaplún (2003), Farias e Mendonça (2025).

Escala de resposta para todas as questões:

(1 Discordo / 2 Não sei opinar / 3 Indiferente / 4 Concordo)

EIXO 1 – CONCEITUAL - Avalie os aspectos conceituais apresentados no site:

Os conteúdos apresentados foram relevantes para a compreensão das contribuições institucionais decorrentes das pesquisas dos TAEs.

() Discordo () Não sei opinar () Indiferente () Concordo

EIXO 2 – PEDAGÓGICO - Avalie os aspectos de aprendizagem apresentados no site:

O site me fez refletir sobre os saberes e contribuições institucionais dos Técnicos em Assuntos Educacionais à UFPB.

() Discordo () Não sei opinar () Indiferente () Concordo

EIXO 3 – COMUNICACIONAL - Avalie os aspectos comunicacionais apresentados no site, como a linguagem:

A comunicação apresentada foi clara e de fácil entendimento.

() Discordo () Não sei opinar () Indiferente () Concordo

EIXO 4 – ESTÉTICO-FUNCIONAL - Avalie os aspectos estéticos e funcionais do site:

O site é bem avaliado esteticamente, gerando uma experiência atraente para o espectador.

() Discordo () Não sei opinar () Indiferente () Concordo

AVALIAÇÃO GERAL (integração dos eixos)

Você tem alguma sugestão de melhoria para o site apresentado?



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Instituição Associada:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Discente:	Bruno Vitor Veríssimo de Lima
Produto/Processo Educacional:	Protótipo de web site
Dissertação:	Técnicos em Assuntos Educacionais em Movimento: Aprendizagens, Práticas e Contribuições institucionais
Orientador (a):	Profª Drª Ana Paula Furtado Soares Pontes
Área de Concentração:	POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Linha de Pesquisa:	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Projeto:	Técnicos em Assuntos Educacionais em Movimento: Aprendizagens, Práticas e Contribuições institucionais

TIPOS DE PRODUTOS TÉCNICO TECNOLÓGICOS

	PTT1: Material didático/instrucional
	PTT2: Curso de formação profissional
	PTT3: Tecnologia social
	PTT4: Software/Aplicativo
	PTT5: Evento Organizados
	PTT6: Relatório Técnico
	PTT7: Acervo
	PTT8: Produto de comunicação
	PTT9: Manual/Protocolo
	PTT10: Carta, mapa ou similar
X	Outro: Protótipo de web site

CRITÉRIOS

		Sim	Não
Aderência	À projeto de pesquisa	X	
	À linha de pesquisa do Programa	X	
	Área de concentração do Programa	X	
	Ao projeto	X	

Replicabilidade	O PTT pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido?	X	
Registro	Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual		X

IMPACTO

	Alto - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
	Médio - PTT gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.
X	Baixo - PTT gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

IMPACTO - DEMANDA

X	Demanda espontânea
	Demanda contratada
	Demanda por concorrência (ex. Edital)

IMPACTO - OBJETIVO DA PESQUISA

	Experimental
	Sem um foco de aplicação inicialmente definido
X	Solução de um problema previamente identificado

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

X	Local
	Regional
	Nacional
	Internacional

INOVAÇÃO

	Alto teor inovativo (desenvolvido com base em conhecimento inédito).
	Médio teor inovativo
X	Baixo teor inovativo
	Sem inovação aparente

COMPLEXIDADE (Mais de um item pode ser marcado)

X	O PTT é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação.
	A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PTT
X	Há uma reflexão sobre o PTT com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação.

	Há apontamentos sobre os limites de utilização do PTT.
APLICABILIDADE	
X	PTT tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.
	PTT tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.
	PTT foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.
ESTÁGIO DA TECNOLOGIA	
X	Piloto/protótipo
	Em teste
	Finalizado/implantado
	Não se aplica
ACESSO	
	PTT sem acesso.
	PTT com acesso via rede fechada.
	PTT com acesso público e gratuito.
	PTT com acesso público e gratuito pela página do Programa.
X	PTT com acesso por Repositório institucional com acesso público e gratuito.

PARECER	
O PTT reflete a maturidade da pesquisa e sua aplicação prática no contexto das Instituições Federais. Alinhado às exigências da área de concentração, o produto possui relevância social e institucional, com potencial para transformar a gestão da informação e a valorização da carreira dos servidores egressos, cumprindo o requisito de intervenção inerente ao mestrado profissional	

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA		Documento assinado digitalmente
Presidente da banca	Ana Paula Furtado So	 ANA PAULA FURTADO SOARES PONTES Data: 02/06/2026 10:15:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Membro interno PPGAVE/CE/UFPB	Mariana Lins de Olivei	 MARIANA LINS DE OLIVEIRA Data: 02/06/2026 07:35:42-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Membro interno PPGAVE/CE/UFPB	Mariano Castro Neto	 MARIANO CASTRO NETO Data: 29/05/2026 18:04:07-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Membro externo IFPB	Alexsandra Cristina Chaves	 ALEXSANDRA CRISTINA CHAVES Data: 17/04/2026 11:04:08-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Data da defesa	27/03/2026.	